**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

ARMANDO PIERRE GAULAND

**A PROPAGANDA POLÍTICA DO ISLAMISMO XIITA
REVOLUÇÃO ISLÂMICA DO IRÃ: 1978 - 1989**

Tese apresentada à Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Heloiza Helena Gomes de Matos.

**SÃO PAULO
2007**

ARMANDO PIERRE GAULAND

**A PROPAGANDA POLÍTICA DO ISLAMISMO XIITA
REVOLUÇÃO ISLÂMICA DO IRÃ: 1978 - 1989**

Tese apresentada à Área de Concentração Interfaces Sociais da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Heloiza Helena Gomes de Matos.

SÃO PAULO

2007

BANCA EXAMINADORA

Dedicatória

Ao Dieter e a Ivonete, queridos companheiros de jornada!

Agradecimentos

À minha Orientadora Profa. Dra. Heloiza Helena Gomes de Matos pela confiança, incentivo e afetuosa amizade em todos os momentos desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Leandro Leonardo Batista pela oportunidade propiciada, pela parceria e pelas sugestões no exame de qualificação;

À Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, pelo privilégio do convívio, pela idéia original que gerou esta tese e pelas sugestões no exame de qualificação;

Aos Professores da Escola de Comunicações e Artes da USP, especialmente à Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch e o Prof.Dr. Mauro Wilton de Souza.

Ao Dr. Guilherme Fráguas Nobre pelas inúmeras idéias geradas nas nossas conversas intermináveis;

À Embaixada da República Islâmica do Irã nas figuras dos Embaixadores Mansour Moazami e Seyed Jafar Hashemi;

À Dra. Miriam de Souza Rossini do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, pelo estímulo até o último momento,

Aos amigos Ayrton Kanitz e Flávio Dutra pelo inesquecível incentivo.

Nota sobre estilo

O processo de transliteração dos termos em árabe e farsi (persa) adota uma versão simplificada do International Journal of Middle East Studies. Para facilitar a leitura, o plural das palavras árabes é feito adicionando um “s” às mesmas e não segundo as regras da gramática árabe.

RESUMO

A proposta deste estudo é a análise da propaganda política realizada no Irã, por ocasião da Revolução Islâmica no período de 1978 – 1988, através dos cartazes produzidos.

Partindo do chamado "paradigma de Karbala", foram considerados no trabalho os diversos conteúdos que integram o universo revolucionário, a partir da perspectiva social, estética, religiosa e política.

A interdição ao uso e culto das imagens, trazida na esteira do processo de islamização acelerada da sociedade iraniana, é um dos paradoxos considerados ao longo da tese.

O referencial teórico levou em conta as especificidades únicas da cultura e da filosofia iraniana, na tentativa de melhor compreender as ações que envolvem a comunicação no universo xiita.

Palavras-Chave

Comunicação Política, Propaganda Política, Cartazes, Irã, Islamismo

ABSTRACT

The aim of this study is the analysis of the political propaganda yielded in Iran through the posters that were produced between 1978 and 1988, during the Islamic Revolution.

From the so-called “Karbala paradigm”, the study considers the various contents that integrate the revolutionary universe, taking into account the social, aesthetic, religious and political perspective.

The interdiction to image use and cult, carried through the accelerated islamization process of the Iranian society is one of the paradoxes considered in this dissertation.

The theoretical references took into consideration the uniqueness of the Iranian culture and philosophy, in an attempt to better understand the actions that involve the communication in the Shia universe.

Key Words

Political Communication, Political Propaganda, Posters, Iran, Islamism

Iman-e Bozorg va Dastha-ye Khali

Um povo armado somente com "uma grande fé, mas com as mãos vazias".

Slogan da Revolução Islâmica

O Imaginário religioso manipula a esperança e o temor, elementos centrais na dominação das bases populares. Resulta daí uma capacidade de persuasão que dificilmente se encontra nas ideologias racionalizadoras do mundo laico.

Roberto Romano (*Brasil. Igreja contra Estado*)

O desafio intelectual deste século reside no fim de uma visão parcial e negativa de que são vítimas as culturas do Oriente diante de nossa arrogância intelectual. Se o Ocidente é Acidente, e não Destino, se é Parte, e não Todo, como pode outorgar a si mesmo a condição de Leitor ideal do que se passa nas areias do Tchad ou nas mesquitas da Cachemira?(...)

Marco Lucchesi (*Caminhos do Islã*)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cartaz 1	98
Cartaz 2	101
Cartaz 3	103
Cartaz 4	106
Cartaz 5	109
Cartaz 6	112
Cartaz 7	115
Cartaz 8	118
Cartaz 9	122
Cartaz 10	125
Cartaz 11	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
1.1 - Marcos teóricos da comunicação política	24
1.2 - A comunicação política em retrospecto	25
1.3 – Aplicações	27
1.4 - A Propaganda	29
1.5 – Origem	29
1.6 - Expansão do conceito	30
1.7 - Leis e técnicas	32
2 . PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
2.1 – Introdução	36
2.2 – Método	37
2.3 - Classificação do Estudo	38
2.4 - Problema de Pesquisa	38
2.5 - Análise de conteúdo	39
3. O ISLÃ	44
3.1 - Etimologia	45
3.2 – Xiitas X Sunitas	49
3.3 – Liberais e Fundamentalistas	53
4. IRÃ – FORMAÇÃO E HISTÓRIA	55
5. A REVOLUÇÃO	58
5.1 – Antecedentes Históricos	61
5.2 – Ruhollah Khomeini	64
5.3 - O Exílio	68
5.4 - O triunfo da Espera	71
5.5 - Revoltas	75
5.6 - Um reforço na revolução: Down with USA	75
5.7 - Guerra Irã-Iraque	77

5. 8 - Fatwa	80
5. 9 – Teologia Khomeinista	81
5. 10 – A revolução segue seu curso	85
6. A IMAGEM	88
6.1 – O Poder da Imagem	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	145

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

الْحَمْدُ لِلَّهِ رَبِّ الْعَالَمِينَ

الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

مَالِكِ يَوْمِ الدِّينِ

إِيَّاكَ نَعْبُدُ وَإِيَّاكَ نَسْتَعِينُ

اهْدِنَا الصِّرَاطَ الْمُسْتَقِيمَ

وَبِعَلَيْهِمْ وَلَا الضَّالِّينَ صِرَاطَ الَّذِينَ أَنْعَمْتَ عَلَيْهِمْ غَيْرِ الْمَغْضُودِ

Em Nome de Deus, O Clemente, O Misericordioso.

Louvado seja Deus, Senhor do Universo.

O Clemente Misericordioso.

Soberano do Dia do Juízo Final.

A Ti adoramos e a Tua ajuda buscamos.

Guia-nos ao caminho reto.

Ao caminho daqueles que agraciaste,

não a dos abominados nem a dos extraviados.

Surata de Abertura (Al-Fatiha)

Prólogo

O encantamento produzido pelo estilo vocal Dhrupad¹ dos irmãos Dagar, o sitar² clássico de Ravi Shankar, o épico Mahabharata e outras tantas manifestações da cultura indiana, contribuíram para a decisão de passar uma temporada no país de Mahatma Ghandi. Depois de uma longa preparação, cheguei à Índia em dezembro de 1992 e voltei em maio do ano seguinte. Naturalmente, não era mais o mesmo.

Com um imaginário pasteurizado, devidamente construído em grande parte através de textos e imagens da mídia acessível na época, em Porto Alegre, tive a maior comoção de toda a minha vida ao me deparar com situações que nunca cogitei presenciar.

Cauteloso, eu havia lido os principais jornais brasileiros antes de embarcar e acabei encontrando apenas uma pequena nota, num canto de página do jornal O Estado de São Paulo, que fazia referência a um conflito religioso numa cidade do interior indiano.

Chegando em Bombaim, hoje Mumbai³, principal centro econômico e financeiro da Índia, tive dificuldades até para sair do aeroporto, pois a cidade estava com toque de recolher. O conflito iniciado com a destruição de uma mesquita de nome *Babri*, na cidade de Ayodhya, por militantes hindus, havia se espalhado por todo o país e agora o foco principal do conflito era Bombaim, exatamente onde eu me encontrava.

¹ Dhrupad é a mais antiga forma de canto clássico na Índia.

² Sitar: instrumento criado no Século XIV por Amir Khusro, poeta e músico da corte de Jalaluddin Khilji, a partir dos instrumentos vina(sul da Índia) e sehtar (Pérsia).

³ Bombaim voltou a se chamar Mumbai em uma decisão do partido Shiv Sena, que venceu as eleições do governo do estado de Maharashtra. Mumbai era o nome usado antes da chegada dos colonizadores. Etimologicamente vem do nome de uma deusa hindu chamada *Mumbadevi*. No século XVI, os portugueses a batizaram de “bom baía”, que com o domínio da Inglaterra ficou anglicizada para Bombay.

Para a tradição hindu, a cidade de Ayodhya é o local do nascimento do deus Ram. Para a contextualização do conflito foi preciso que eu me inteirasse de que no século XVI, o imperador mogul⁴ Babur havia destruído o templo e construído em seu lugar uma mesquita. A destruição da mesquita e a construção de um templo hindu no mesmo local foram considerados atos de idolatria e, portanto, uma severa afronta contra os muçulmanos. Depois da invasão, houve a destruição total da mesquita. Isto, repetindo, aconteceu há quatro séculos.

Em 1992, numa demonstração de que a História é contínua, mais um capítulo dela estava sendo escrito. Por todo lado viam-se grupos, que eu intuí como rivais, postados em cantos opostos das esquinas, vociferando. O enfrentamento físico parecia iminente.

O hotel em que eu estava hospedado situava-se numa esquina, de forma que era possível ver e ouvir os brados dos manifestantes e, casualmente, foi ali que pela primeira vez ouvi uma frase que nunca mais me abandonaria: "Allahu Akbar".

O final daquele dia foi trágico. Mais de 900 pessoas morreram em plena rua. No dia seguinte mais 300, totalizando 1,2 mil.

O espetáculo que se seguiu foi ainda pior ainda. Como os hindus cremam os seus mortos e essas cremações, em Bombaim, são feitas em templos, o pessoal encarregado não dava conta da demanda, permanecendo então os corpos espalhados pelo leito das ruas. Famílias inteiras circundavam os cadáveres e expressavam uma espécie de alegria, para mim, difícil de entender.

Mais tarde descobri que, tanto hindus quanto muçulmanos mortos em combate de fundo religioso, são considerados vitoriosos. Os hindus encerram o ciclo de reencarnações enquanto os muçulmanos mortos, tendo praticado a Jihad, passam a

⁴ A dinastia Mogul, fundada por Babur, foi uma linhagem de soberanos muçulmanos indianos que governou a Índia de 1526 a 1858.

desfrutar de uma vida de recompensas eternas (após o *11 de setembro* já se popularizou a informação de que existiria no paraíso 72 virgens a que cada um teria direito).

Em 12 de março outros incidentes violentos sacudiriam o país. Mas foi, novamente, em Bombaim que 13 bombas explodiriam de forma coordenada, provocando a morte de mais 317 pessoas e ferindo 1,4 mil. Essas explosões ainda são consideradas como as mais destrutivas na história da Índia.

Mais de 10 anos se passaram e em 25 de agosto de 2003, duas bombas deixadas em táxis explodiram na zona turística de Bombaim matando 52 hindus. Dois grupos islâmicos, Jaish-e-Mohammed e Lashkar-e-Toiba, foram considerados culpados pelas autoridades. Acredita-se que tenha sido uma retaliação pelos atentados de 2002 em Gujarat, onde morreram mais de 2 mil muçulmanos indianos...

A partir desses eventos, passei a me interessar ainda mais pelo que acontecia naquele lado do mundo. Lendo, viajando, conhecendo cada cultura e fixando minha atenção, definitivamente, no Oriente Médio e nas tradições islâmicas.

A proposta desta tese surgiu, então, da experiência e dos relacionamentos fraternais obtidos em três viagens à República Islâmica do Irã, país que, ainda mais do que a Índia, conquistou meu interesse.

As impressões, os sabores, os aromas, os sons, nos atingem de maneira incontornável e nos fazem voltar.

O fascínio pelos países do Oriente, ao longo da história, nos é revelado através de narrativas que parecem pertencer, sempre, ao mesmo autor, embora, às vezes, tragam cores tendenciosas e preconceituosas, como bem demonstrou Edward Said em seu livro clássico *Orientalismo*.

Mas foi o inglês *Sir* Richard Francis Burton, célebre tradutor do Kama Sutra, quem melhor expressou este fascínio:

*Posso realmente dizer que, de todos os devotos que se agarravam chorando à cortina ou comprimiam contra a pedra o coração aos pulos, ninguém sentiu naquele momento uma emoção mais profunda do que o hajji, vindo do extremo norte.*⁵

Burton também afirmou que poucos muçulmanos contemplam a Kaaba pela primeira vez sem medo e temor. “Para confessar a humilhante verdade, o sentimento deles era o de um elevado arrebatamento religioso, e o meu era o êxtase do orgulho satisfeito.”⁶

Já o búlgaro Elias Canetti, enaltece a língua por conta de sua viagem ao Marrocos:

*O que é a língua? O que ela esconde? O que nos rouba? Ao longo das semanas que permaneci no Marrocos, não tentei aprender nem árabe nem os dialetos berberes. Não quis perder nada do poder exótico dos seus gritos. Queria ser atingido por seus gritos, tal como eles eram, sem enfraquecê-los devido a um saber artificial e insuficiente.(...).*⁷

O antropólogo americano Clifford Geertz expressa o mesmo tipo de sensação descrevendo o souk de Sefrou, a milenar cidade marroquina:

To the foreign eye, a mid-Eastern bazaar, Sefrou's like any other, is a tumbling chaos: hundreds of men, this one in rags, that one in silken robe, the next in some outlandish... mountain costume, jammed into alleyways, squatting in cubicles, milling in plazas, shouting in each others' faces, whispering in each others' ears, smothering each other in cascades of gestures, grimaces, glares – the whole envelope in a smell of donkeys, a clatter of carts, and an accumulation

⁵ Richard BURTON. “Personal Narrative of a Pilgrimage to El-Medinah and Meccah”. In: Edward RICE. **Sir Richard Francis Burton**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.233. A cortina é a Kiswa – espécie de cortina feita em seda pura negra com inscrições do Corão em ouro e prata e que cobre a Kaaba na cidade de Meca. A pedra é a al-Hajar al-Aswad, famosa pedra negra que se encontra em um dos cantos da Kaaba. O Hajji, vindo do extremo norte é o próprio Richard Burton.

⁶ Ibid, p.219

⁷ Elias CANETTI. **Vozes de Marrakech**. Porto Alegre: L&PM, 1987, p.28.

*of material objects God himself could not inventory, and some of which He could probably not even identify... sensory confusion brought to a majestic pic.*⁸

Para finalizar as impressões, recorro ao olhar – e ao sentimento – do imigrante paquistanês Jamal Elias, professor de religião no Amherst College de Massachusets:

*A saudade mais profunda que tenho sentido (...) é a ausência de um som, o do chamamento islâmico à oração, ou adhan. Uma das mais distintas características de qualquer paisagem social muçulmana é o fato de cinco vezes por dia se poder ouvir o apelo intenso de uma voz que marca o tempo da oração. (...) Igualmente importante é o fato de a língua árabe utilizada para o adhan evocar uma relação direta com o Corão, que os muçulmanos acreditam ser a palavra literal de Deus, e que portanto reafirma a Sua contínua presença na vida humana.*⁹

Este prólogo objetiva justamente situar o trabalho em relação ao ponto de vista de quem escreve. Ou seja, o autor desta tese pertence ao grupo de homens impactados pelo universo cultural do Oriente. Portanto, todo o esforço de análise que segue, é a partir deste ponto de vista, que por mais que recorra a autores muçulmanos com vivência no Oriente, sempre será a perspectiva do outro.

Especialmente em se tratando de um brasileiro, então, a empreitada parece ainda mais distante. No entanto, o propósito de trabalhar sobre uma revolução de fundo religioso, a Revolução Islâmica ocorrida no Irã há 27 anos, está mais próxima de nós e possui mais consequências do que se pode imaginar à primeira vista.

Jomhuri-ye Eslami-ye Iran, ou República Islâmica do Irã, representa um “ator”, para usar um termo em voga nas ciências sociais, com papel-chave para as relações Ocidente-Oriente. Desde 1979, quando protagonizou um dos movimentos sociais e

⁸ Clifford GEERTZ. “Suq: the bazaar economy in Sefrou.” In: Clifford GEERTZ, Hildred GEERTZ & Lawrence ROSEN. *Meaning and order in Moroccan society – Three essays in cultural analysis.*, p.123-310. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p.129.

⁹ Jamal J. ELIAS. *Islamismo*. Lisboa: Edições 70, 2000, p.13

comportamentais mais importantes do século XX, o Irã é uma peça no jogo político-econômico internacional cuja aproximação é um desafio.

Barreiras culturais, muito mais agudas do que de fato o são devido a preconceitos milenares, têm impedido que se compreenda as atitudes, as reações deste país no campo político. E cabe, principalmente, aos pesquisadores do meio acadêmico contribuir para que um certo estado latente de incompreensão e ignorância seja combatido. Compreender para aceitar, e aceitar para conviver, parece-me a atitude indicada no momento histórico tão convulsionado em que vivemos. E se há um divisor de águas da relação Oriente-Occidente representado pelo atentado de 11 de setembro de 2001 às torres de Nova York, é impossível não relacioná-lo com a Revolução Islâmica xiita do Irã, como veremos mais adiante.

INTRODUÇÃO

Com o término da Guerra Fria e com o desmantelamento da União Soviética, muitos cenários foram projetados, entre eles o fim da História.¹⁰ Ao mesmo tempo, o mundo ocidental é surpreendido com um novo vilão, desta vez vindo do Oriente islâmico.

O novo inimigo, diga-se, é enigmático e misterioso, pois em nenhum período da História Contemporânea o mundo muçulmano foi tão citado e tão pouco compreendido como nos dias de hoje.

Essa "pouca compreensão" não é privilégio apenas de indivíduos ou de veículos de comunicação mas, muitas vezes, de nações cujos órgãos oficiais de informação se vêem completamente alheios às razões de fundo dos acontecimentos. Entre diversos exemplos poderíamos lembrar as invasões do Afeganistão pela então União Soviética em 1979 e pelos Estados Unidos em 2001, e a invasão do Iraque em 2003.

As consequências destas ações tiveram e têm efeitos trágicos e não raro incontroláveis. Contudo, os erros parecem se repetir na forma, nos processos e na maneira de ignorar a história, a cultura, a psicologia e a tradição desses povos.

A partir dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 se observou uma explosão de interesse sobre o Oriente Médio e notadamente sobre o universo muçulmano, inclusive no Brasil.

¹⁰ Francis FUKUYAMA. **O Fim da História e último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Interesse não leva, necessariamente, ao conhecimento e talvez por isso percebeu-se uma espécie de *frisson* nos meios editoriais e midiáticos. Livros esgotados há anos foram relançados às pressas, autores consagrados ou não das mais diversas áreas passaram a pontificar sobre o tema e também a escrever.

Ocorreu na verdade um fenômeno mundial que atingiu regiões de convívio muçulmano tradicional como a Europa. Por outro lado, os Estados Unidos da América, foco principal dos episódios, parece ter se dado conta, finalmente, que possuía uma população muçulmana de 6 milhões de crentes. No entanto, parece ser regra geral, uma enorme confusão do público a respeito dos acontecimentos e dos envolvidos. Num sentido ataca populações de sikhs, bahais, hindus e até mesmo árabes-cristãos, e por outro, os mesmos grupos acabam sendo objeto de solidariedade, inclusive de governos, como se tivessem algum tipo de interesse ou participação nos atentados.

O contexto em que iremos trabalhar nesta tese é complexo. Os fatos ocorreram há poucos anos (não há distanciamento histórico ainda), o cenário é idiossincrático na sua essência, o clima revolucionário é baseado num imaginário altamente diferenciado mesmo no mundo islâmico e, por fim, a Revolução Islâmica do Irã representou o fim de mais de 2.500 anos de monarquia.

Todo processo revolucionário sempre trouxe mudanças abruptas e radicais na vida das populações e dos governos. A primeira foi a agrícola, que aconteceu quando os homens domesticaram os animais e aprenderam a cultivar e a colher. Com maior controle sobre a existência e quantidade da sua alimentação, foi possível ao homem pôr fim à vida nômade e estabelecer comunidades agrárias de forma permanente, daí decorrendo o surgimento das cidades.

Por volta de 1450, temos a introdução dos tipos móveis de Gutemberg e a formação de um paradigma (texto impresso), que até hoje resiste aos avanços dos modernos meios de comunicação como a televisão, o satélite e mais recentemente a Internet.

Com a descoberta das máquinas a vapor e da abundância de mão-de-obra, surge por volta do ano de 1760 nas cidades da Inglaterra um novo avanço tecnológico, que leva o homem a um estágio inteiramente diferente daquele da sua origem, a Revolução Industrial. Com isto, as bases da indústria e do capitalismo estão postas e daí por diante ocorre o mesmo com a microeletrônica, a informática e atualmente com a manipulação genética.

Não poderia ser diferente com a política e nem com a comunicação!

Segundo o Dicionário de Política, o verbete *revolução* significa:

*A tentativa acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica.*¹¹

Pois o relacionamento entre política e comunicação tem se destacado já alguns anos como campo de estudos acadêmico, devido à sensibilidade das populações, da classe política e ao imenso peso da mídia nos tensionamentos políticos. Vera Veiga França assim afirma:

*No campo da pesquisa em comunicação, uma das áreas certamente mais férteis e que mais tem provocado a reflexão dos pesquisadores diz respeito à comunicação e política, tanto num sentido mais abrangente (a questão do poder) quanto no estudo de situações e recortes mais específicos (eleições, imagem dos políticos, discursos políticos etc).*¹²

Ao longo dos anos da história moderna, foi se conformando uma evolução, tanto dos marcos teóricos da comunicação, bem como da sofisticação dos meios persuasivos, o que leva Maria Helena Weber a sustentar que “os exercícios de poder nesta era são

¹¹ Gianfranco PASQUINO, "Revolução". In: Norberto BOBBIO, et alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1992. p.1121

¹² www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc

jogos de combinações de visibilidade. Assim a aparência e o estilo vão constituindo a realidade e as verdades.¹³

Já Roberto Romano dialoga com a frase de Hannad Arendt de que “as novas ideologias políticas estão no plano religioso”¹⁴, ao observar que:

*O Imaginário religioso manipula a esperança e o temor, elementos centrais na dominação das bases populares. Resulta daí uma capacidade de persuasão que dificilmente se encontra nas ideologias racionalizadoras do mundo laico.*¹⁵

A presente tese insere-se no debate sobre as relações entre política, comunicação e religião no Islã.

O tema principal da pesquisa é a Revolução Islâmica de 1979, marco do surgimento do islamismo militante atual e provavelmente uma das principais chaves para a compreensão dos conflitos das relações internacionais contemporâneas.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar o percurso da propaganda política da Revolução Islâmica do Irã no período 1978 a 1989, onde serão consideradas as especificidades únicas do universo persa e sua inserção no contexto muçulmano atual.

O material empírico compreenderá 11 cartazes selecionados a partir de um universo de 30, obtidos em três viagens ao Irã (1998, 2000 e 2002) em função da delimitação das categorias de análise.

O método utilizado foi o modelo de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Segundo Bardin, a análise de conteúdo pode ser entendida como:

¹³ Maria H. WEBER. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 14.

¹⁴ Hannah ARENDT. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p.69

¹⁵ Roberto ROMANO, apud Capelato, op.cit

*um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens*¹⁶

Do ponto de vista analítico, este conceito nos é fundamental para a compreensão dos elementos constituintes dos cartazes. Ele permitiu explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens e a expressão deste conteúdo, a partir da definição de categorias, que inicialmente foram estabelecidas da seguinte forma:

- As imagens do líder;
- As imagens dos mártires;
- As imagens do povo,
- As imagens dos inimigos.

Com a leitura flutuante de Bardin e os demais procedimentos, constatamos que as categorias se sobrepunham, gerando uma estrutura única.

O capítulo 3 procurou traçar uma linha compreensiva dos conceitos, características e elementos básicos que compõem o Islã. As diferentes formas de crença e uma tipologia das posições políticas completam o capítulo.

Nosso objetivo no capítulo 4 foi estabelecer uma base sobre a formação e uma síntese da história do Irã. Foi enfatizado além da Revolução, propriamente dita, a figura-chave do líder, o Ayatollah Khomeini, a partir de vários aspectos, como o carisma, o exílio, o retorno, etc. Destacamos, também, como consequência da revolução, a guerra Irã-Iraque.

No capítulo 5 procuramos mostrar, inicialmente, o sentido da imagem no mundo monoteísta e suas proibições históricas. A parte seguinte trata da imagem no Islã, seus usos e proibições.

¹⁶ Laurence BARDIN. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, p.42.

O último capítulo (6) mostra, descreve e analisa a amostra escolhida para a pesquisa dos cartazes da revolução.

O ponto-chave de toda a questão da propaganda na revolução iraniana é, sem dúvida, o paradigma de Karbala. Este aspecto é abordado, de forma intrínseca durante todo o texto.

1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Marcos teóricos da comunicação política

A comunicação de uma maneira geral está relacionada à necessidade de estabelecimento de contatos entre integrantes de grupos de uma mesma espécie, sendo, pois, um fenômeno social por excelência. Ao longo da história do homem, estes relacionamentos geraram códigos e sinais que foram se aperfeiçoando à medida em que os sentidos buscados era conquistados.

Embora o imenso refinamento, expansão e alcance das novas tecnologias, da reconhecida sofisticação e mesmo otimização dos processos comunicacionais modernos e da quase banalização do uso da mídia, dois aspectos não mudaram: o homem, como produtor das mensagens que surge, portanto, como o elo indispensável no processo de comunicação e os seus processos cognitivos.

Dentro deste contexto iremos assinalar algumas estruturas teóricas necessárias aos propósitos deste trabalho.

Inicialmente devemos considerar o conceito de comunicação política como inscrito na diversidade das relações de poder e influência, observadas nos sistemas políticos. A propaganda política, por sua vez, estará inserida como um dos instrumentos disponíveis no universo profissional da comunicação.

Já as abordagens teóricas sobre comunicação política variam muito. Em primeiro lugar em relação aos autores, em segundo, aos enquadramentos temáticos por eles escolhidos.

Para McNair, "qualquer livro sobre comunicação política deveria começar por admitir que o termo provou ser muito difícil de ser definido com precisão, basicamente porque os componentes desta construção são abertos a uma grande variedade de definições."¹⁷

Deste modo, nesta abordagem procuraremos traçar uma linha das possibilidades e usos tradicionalmente aceitos na área.

1.2 - A comunicação política em retrospecto

O nome normalmente relacionado às primeiras estruturas teóricas da comunicação é Aristóteles. Sua obra sobre a retórica estabelece como ponto fundamental a busca de todos os meios possíveis de persuasão:

*Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio (...) Enfim, é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou a que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível persuadir.*¹⁸

Esta premissa será vista, mais adiante, como comum a todos os instrumentos comunicacionais modernos, indo da mais pura publicidade comercial, passando pelo marketing eleitoral e chegando à propaganda política.

¹⁷ Brian McNAIR. **An Introduction to Political Communication**. London: Routledge, 2003, p.16-17.

¹⁸ ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1981, p.35

Mas as relações entre a comunicação e a política são um tema clássico em sociologia da comunicação, e é a partir da publicação de duas obras consideradas clássicas, *The people's choice*¹⁹, por LAZARSFELD, BERELSON e GAUDET em 1944 e *Voting*²⁰, por BERELSON, LAZARSFELD e MCPHEE em 1954, que é inaugurada a transdisciplinariedade da área que nunca mais parou de evoluir.

A comunicação política é considerada como um tipo especial de comunicação que tem o objetivo de influenciar a ação do interlocutor. Enquanto o processo de comunicação comum visa o entendimento mútuo, a comunicação política é empiricamente intencionada, procurando interferir sobre a conduta alheia.

A definição inicial é tomada de Bobbio, que afirma que a comunicação política pode ser definida como "o conjunto de mensagens que circulam dentro de um sistema político condicionando-lhe toda a atividade, desde a formação das demandas e do processo de conversão às próprias respostas do sistema."²¹

Para Wolton²², inicialmente a comunicação política se preocupou com o estudo da comunicação feita a partir do governo para o eleitorado e, depois, com a troca de discursos políticos entre a maioria e a oposição. Mais tarde, abarcou o estudo do papel da mídia na formação da opinião pública e, depois, à influência das pesquisas sobre a vida política. Hoje em dia, engloba o estudo do papel da comunicação na vida política em sentido amplo, integrando tanto a mídia, como as pesquisas.

Ou seja, a comunicação política tem abrangido todas as áreas e desenvolvimentos possíveis da política. Em função disto, conclui Wolton, "*a comunicação política designa qualquer comunicação que tenha por objeto a política!*..²³.

Conforme Matos, o papel fundamental da comunicação política é:

¹⁹ P. F. LAZARSFELD; B.R BERELSON e H. GAUDET. **The peoples's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign**. 3ª ed. New York: Columbia University Press, 1944.

²⁰ B.R BERELSON, P. F. LAZARSFELD & W. N. MCPHEE. **Voting: a study of opinion formation in a Presidential campaign**. Chicago: University of Chicago Press. 1954.

²¹ Norberto BOBBIO et alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

²² http://www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port_com_politica.htm

²³ Idem.

*evitar a reclusão do debate político em si mesmo integrando temas que permitam flexibilizar o sistema político. Assim, a comunicação política permite identificar os novos problemas, favorecer sua integração nos debates políticos, garantindo uma espécie de legitimidade, e facilitar a exclusão de temas que deixaram de ser objeto de conflito e a respeito dos quais existe um consenso temporário.*²⁴

A autora complementa:

*No entanto, é preciso esclarecer que a comunicação não substitui a política, mas permite sua existência. O reconhecimento deste nível de comunicação política é sinal de bom funcionamento da democracia e de certa maturidade política, no sentido de que a gestão necessariamente contraditória dos interesses integra os dois parâmetros complementares da comunicação e da política.*²⁵

1.3 - Aplicações

O uso da comunicação política em países com tendências autoritárias, como é o caso da República Islâmica do Irã, país-objeto deste estudo, encontra respaldo nas posição de Weber onde neste tipo de sistema, a comunicação “mascara, amplia, reduz e omite informações, verdades e realidades, e controla os meios de comunicação, produzindo informações e propaganda”.²⁶

Este posicionamento é apoiado também por Parés i Maicas, que diz que os regimes ditatoriais ou autoritários "tratam de proteger a ideologia do grupo político dominante, com seus correspondentes interesses"²⁷. Ou seja, toda estrutura informacional é transformada em visão propagandística do regime, utilizando igualmente a censura, a desinformação e o controle dos principais meios de comunicação.

²⁴ Heloiza MATOS. **Abordagens da Comunicação Política no Brasil e na França - Mudanças sócio-políticas e formas de mediação**. São Paulo: USP/ECA, 1996. p.22

²⁵ Ibid.

²⁶ Maria Helena WEBER. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000. p. 140

²⁷ Manuel PARÉS i MAICAS. **Introducción a la comunicación social**. Ed. ESRP-PPU. Barcelona, 1992, p.273

Maria Helena Capelato faz referência, igualmente, ao fato de que "nos regimes autoritários que se fundamentam na política de massas, a teatralização tem papel mais importante: o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas convertem o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento. O imaginário da unidade mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade." ²⁸

Parés i Maicas, por sua vez, conclui que as mensagens da comunicação política além de ressoarem publicamente, sempre carregam componentes persuasivos e até manipulatórios. Por isto, "assumem, muitas vezes o aspecto de informação direcionada, ficando difícil diferenciá-la da publicidade ou mesmo da propaganda política." ²⁹

Pelo seu caráter conclusivo, utilizaremos como fechamento do tema a posição de Matos:

Assim, numa sociedade mediatizada, a comunicação não ocorre somente entre sujeitos, mas torna-se pública com a intermediação das mídias. Como consequência, a comunicação política é um espaço de intercâmbio de discursos controvertidos, ocupado por aqueles que detêm a legitimidade para expressá-los publicamente: os políticos, os jornalistas e a opinião pública, por meio das pesquisas de opinião. ³⁰

1. 4 - A Propaganda

O termo *propaganda* é complexo e polissêmico, comportando diversidades conceituais na literatura especializada ou não. Discussões e confusões acerca das diferenças com a publicidade proliferam até hoje, principalmente no Brasil.

²⁸ Maria Helena R. CAPELATO. **Multidões em Cena – propaganda política no Varguismo e no Peronismo. Campinas.** São Paulo: Papirus, Fapesp. 1998, p. 57

²⁹ Manuel PARÉS i MAICAS, op. cit., p. 276.

³⁰ Heloiza MATOS. **Mídia, Eleições e Democracia.** São Paulo: TT Scritta, 1994, p.21.

A ênfase que utilizaremos aqui é de que a propaganda guarda uma relação direta com as questões ideológicas, governamentais e religiosas, enquanto a publicidade está ligada objetivamente às questões comerciais e de marketing³¹

1. 5 - Origem

Propaganda é o gerúndio do termo latim *propagare*, derivado de *pangere* (plantar) e significa propagar, estender, aumentar, multiplicar, etc. O seu uso inicial está relacionado com a agricultura (reprodução de mudas). Geralmente é aplicado a princípios e idéias.

O termo constitui, também, um reducionismo da expressão *Sacra congregatio de propaganda fide* (Congregação para a Propaganda da Fé), que foi um colegiado cardinalício instituído pelo papa Gregório XV em 1622³², através da bula Papal *Inscrutabili Divine*. Esta estrutura estava encarregada de estabelecer as normas de difusão da doutrina católica e integrava o aparato ideológico da Contra-Reforma³³

Segundo Busino.³⁴, é a partir deste documento papal que pela primeira vez *propaganda* tem relacionada ao seu significado a idéia de divulgação de informações na intenção de formação de um consenso

³¹ No Brasil a propaganda eleitoral é denominada, indevidamente, de marketing eleitoral. O marketing, tem um espectro de abrangência muito maior, sendo uma estrutura gerencial baseada na administração do composto de marketing (Produto, Preço, Ponto-de-Venda e Comunicação) e subordinado a um contexto denominado planejamento empresarial.

³² J.B. PINHO. **Propaganda Institucional – Usos e funções da Propaganda em Relações Públicas**. São Paulo: Summus, 1990, p.20

³³ A Contra-Reforma foi um movimento da Igreja Católica no século XVI que surge como resposta às críticas dos humanistas e de diversos membros da Igreja e de importantes Ordens Religiosas, tais como os Franciscanos, Dominicanos e Agostinhos, que apelavam à moralidade e ao regresso à pureza e austeridade primitivas. Além disso, a Contra-Reforma surge também como resposta ao avanço da Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero.

³⁴ G. BUSINO. Propaganda. In: Roberto ROMANO (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Torino: Giulio Einaudi, v. 11, 1980. p.255 – 256

Já Domenach considera o surgimento da propaganda como simultâneo às disputas políticas:

*Foram, por certo, uma espécie de campanha de propaganda, aquelas movidas por Demóstenes contra Filipe ou por Cícero contra Catilina. Assaz consciente dos processos que tornam amados os chefes e divinizam os grandes homens, Napoleão compreendeu perfeitamente que um governo deve preocupar-se em obter o assentimento da opinião pública: "Para ser justo, não é suficiente fazer o bem, é igualmente necessário que os administradores estejam convencidos." (...) Políticos, estadistas e ditadores, de todos os tempos, procuraram estimular o apego às suas pessoas e a seus sistemas de governo.*³⁵

Muitos dos instrumentos de propaganda utilizados na antiguidade romana³⁶, tais como as moedas com a efígie do imperador, as aclamações da multidão, a saudação do braço estendido, os cartazes (*titulus*) utilizados em desfiles, ou pintados em paredes (Pompéia), relatados por Tchakhotine³⁷, foram largamente empregados por Hitler, onde o exemplo mais explícito é o filme *O Triunfo da Vontade* (*Triumph des Willens*, 1934), de Leni Riefenstahl.

1. 6 - Expansão do conceito

No Dicionário de Política o verbete *propaganda* é considerado como "um esforço sistemático e consciente destinado a influenciar opiniões e ações de um certo público."³⁸

Em termos históricos, o desenvolvimento do termo *propaganda* aconteceu de fato durante a chamada revolução da imprensa de tipos móveis de Gutemberg e teve um

³⁵ Jean-Marie DOMENACH. **A Propaganda Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955. p. 8 – 9

³⁶ Ver Ana Teresa Marques Gonçalves. **Poder e Propaganda no Período Severiano: A construção da Imagem Imperial**. In: POLITEIA: Hist. e Soc. Vitória da Conquista. v. 1 n. 1 p. 53-68 .2001, disponível em: http://www.uesb.br/politeia/v1/artigo_03.pdf

³⁷ Sergei TCHAKHOTINE. **A mistificação das massas pela propaganda política**. p. 309-310

³⁸ Norberto BOBBIO et alii. op.cit. p. 1018

grande impacto no mundo ocidental. Mas foi a partir da Revolução Francesa³⁹ que se pôde utilizar a palavra propaganda relacionada diretamente à política⁴⁰.

Sant'Anna cita como recursos propagandísticos, os instrumentos e ações da Revolução Francesa, inéditos até então, como "o hino (La Marseillaise), o barrete frígio, a festa da federação, a do Ser Supremo, a rede dos clubes jacobinos, a marcha sobre Versailles, as manifestações de massa contra as Assembléias, o cadafalso nas praças públicas, as críticas violentas e as injúrias." ⁴¹ Acrescentaríamos, ainda, a partir de Baczko⁴², a plantação de árvores da liberdade, o olho da vigilância, o nível (estes dois de origem maçônica), a lança, as cores, etc.

O termo propaganda passa, então, a ser usado pelas organizações cujos objetivos eram a difusão de doutrinas políticas ou religiosas. Nas guerras do século XX, devidamente estruturadas nas novas tecnologias de comunicação da época, a propaganda foi muito utilizada para motivar as tropas militares e para a desmoralização dos inimigos.

Pinho segue a mesma orientação e relaciona propaganda à divulgação de idéias, classificando-a como "o conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, num determinado sentido, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor."⁴³

Quintero considera a propaganda como uma atividade comunicativa de caráter informativo, contingente e de atualização, de acordo com o suporte empregado, buscando como finalidade principal a persuasão, o convencimento e, inclusive, a resposta ativa⁴⁴.

³⁹ Armando SANT'ANNA. **Propaganda: Teoria, Técnica e Prática**. São Paulo: Pioneira-Thompson Learning. 2002, p.48

⁴⁰ Ver James A. LEITH. **The Idea of Art as Propaganda in France, 1750-1799: A Study in the History of Ideas**. Toronto: University of Toronto Press, 1965.

⁴¹ Armando SANT'ANNA, op. cit. p. 48.

⁴² Bronislaw BACZKO. **Los imaginários sociales – Memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005, op. cit. p.42.

⁴³ J.B. PINHO, op.cit., p.22.

⁴⁴ Alejandro Pizarroso QUINTERO. **História de la Propaganda**. Madrid: Eudema, 1993. p.17

Para Laswell, a propaganda rima com democracia, e constitui o único meio de suscitar a adesão das massas; além disso, é mais econômica que a violência, a corrupção e outras técnicas governamentais desse gênero.⁴⁵

Já Parés i Maicas considera a propaganda como uma forma dirigida de comunicação aliada a uma determinada ideologia e/ou interesse, com o objetivo de cooptar adeptos ou simpatizantes. Ela utiliza, basicamente, os processos persuasivos, e se for o caso, também a manipulação. O autor ainda relaciona a propaganda aos processos de desinformação, possuindo limites pouco definidos, além de meio para alterar as relações de poder em um grupo, modificando as atitudes através de símbolos.⁴⁶

Capelato, por sua vez, introduz o termo sedução no conceito de propaganda política:

*(...) vale-se de idéias e de conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas.(...) Define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. Tal perspectiva de análise relaciona-se diretamente com o estudo dos imaginários sociais, que constituem uma categoria das representações coletivas.*⁴⁷

Concluiremos esta abordagem conceitual com a opinião de Chomsky, onde ele afirma:

A propaganda de estado, quando apoiada pelas classes cultas e quando nenhuma divergência é permitida, pode ter um grande efeito. Foi uma

⁴⁵ Apud Michèle MATTELART. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000, p.37.

⁴⁶ Manuel PARÉS i MAICAS, op. cit, p. 186-187.

⁴⁷ Maria Helena R. CAPELATO, op. cit. p. 36.

*lição aprendida por Hitler e vários outros e tem sido aplicada até os dias de hoje.*⁴⁸

1. 7 - Leis e técnicas

Embora, muitas vezes, seja difícil compreender e acompanhar o processo evolutivo e a sofisticação crescente da tecnologia, é inegável que a essência das pessoas – e por consequência, da propaganda – não mudou.

A partir daí, não se pode ter uma visão behaviorista do processo, no sentido de padronização antecipada de atitudes. Muito menos podemos estabelecer regras imutáveis na propaganda como se houvesse uma norma-padrão comportamental. Segundo Goebbels, "A propaganda é ilimitada em suas variações, em sua flexibilidade de adaptação e em seus efeitos."⁴⁹

Por outro lado, a reação dos seres humanos é impossível de ser antecipada com precisão. Os métodos mais modernos e sofisticados de marketing aplicados à área de comportamento, sempre consideram que o resultado final é, na melhor das hipóteses, uma tentativa de redução de erros dos resultados da pesquisa.⁵⁰

Mesmo assim, os regramentos, as táticas e as estratégias proliferam. Em função disto, "leis" e técnicas da propaganda, via de regra sempre as mesmas, são sobrepostas, tanto nos manuais técnicos, como na maioria dos livros de teor mais culto. Aparentemente, Jean-Marie Domenach é o grande inspirador de todos, seguido por Tchakhotine. A propósito, para corroborar a idéia, cite-se o lançamento do livro do

⁴⁸ Noan CHOMSKY. **Controle da Mídia – Os espetaculares feitos da Propaganda**. Rio de Janeiro: Graphia, 2003. p.11

⁴⁹ Apud Jean-Marie DOMENACH, op. cit., p. 52.

⁵⁰ Para maiores detalhes ver Elisabeth HIRSCHMAN. **Interpretative consumer research**. Provo: Association for Consumer Research, 1989.

professor Quintero da Universidade Complutense, com o sugestivo título *Nuevas Guerras, Vieja Propaganda*⁵¹.

Mas para Domenach, existem 5 leis passíveis de dedução, a partir da história recente da propaganda política⁵²:

- Lei da simplificação e do inimigo único;
- Lei da ampliação e desfiguração;
- Lei da orquestração;
- Lei da transfusão,
- Lei de unanimidade e de contágio.

Considerando o aparato teórico aqui apresentado, chamamos a atenção para o fato de que a propaganda política analisada neste trabalho está associada, de forma inextricável, à uma realidade revolucionária, de fundo profundamente religioso. Portanto, e mesmo que os instrumentos de persuasão possam ser os mesmos da propaganda laica e ocidental, é preciso nunca perder de vista a perspectiva do imponderável, representado, neste caso, pelo islamismo xiita.

⁵¹ Alejandro Pizarroso QUINTERO. *Nuevas Guerras, Vieja Propaganda (de Vietnan a Irak)*. Madrid: Cátedra. 2005.

⁵² Jean-Marie DOMENACH, op.cit. p.55.

2 - Procedimentos metodológicos

Este capítulo pretende descrever os procedimentos e atividades utilizadas durante a realização da presente pesquisa.

Da mesma forma é discutido, num primeiro momento, as razões pela opção da pesquisa qualitativa e pelo conjunto de recursos da análise de conteúdo, a partir de Bardin.

Na sequência, o método é descrito e é feita a exposição dos procedimentos da pesquisa.

2.1 - Introdução

A grande ferramenta do progresso científico é a pesquisa. Para Ander Egg (apud Lakatos e Marconi), a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e

crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento"⁵³.

Para Ferrari, a ciência pode ser identificada a partir de três critérios: a confiabilidade do seu corpo de conhecimento, sua organização e seu método.

Lakatos e Marconi definem a escolha do método como a decisão mais importante do desenvolvimento de qualquer pesquisa. Ou seja, a determinação do método é o ponto fundamental do trabalho científico. Com isto não queremos afirmar que o método acabe se tornando mais importante que o próprio problema de pesquisa mas se constituirá em escolha de fundamental importância e de relação direta com o objeto.

2.2 - Método

A palavra método é derivada do grego e significa “ao longo do caminho”, ou seja, formas de proceder durante a jornada. Segundo Ferrari:

*Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo do percurso para alcançar um objetivo pré-estabelecido.*⁵⁴

⁵³ E. M.LAKATOS e M. de MARCONI A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1998, p.33

⁵⁴ Alfonso Trujillo FERRARI. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

Bunge considera o método científico como traço característico da ciência, sem o qual “tornar-se-ia incompreensível falar de ciência, porque não poderia ser colocado em evidência o conjunto de seqüências operacionais sustentadas numa sistemática manipulação para alcançar determinado fim científico”.⁵⁵

Lakatos e Marconi, novamente, estabelecem que o método pode ser definido desde a proposição do problema, da formulação das hipóteses e da delimitação da amostra, como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando a decisão dos cientistas. As autoras definem ainda que a seleção do instrumental metodológico está diretamente relacionado com o problema a ser estudado⁵⁶

Rudio lembra que, como a pesquisa tem como objetivo a resolução de um problema, o método serve de guia para o estudo do referido problema, constituindo-se no caminho a ser percorrido e na elaboração organizada de procedimentos de orientação ao pesquisador.⁵⁷

2.3 - Classificação do Estudo

Pelas características intrínsecas e complexas do tema, teremos um universo que não se prestaria a uma análise meramente quantitativa, optou-se, pois, por um estudo do tipo qualitativo, ou no dizer de Minayo: "O universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”⁵⁸

⁵⁵ Mário BUNGE. **La Investigación Científica**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.. p. 29

⁵⁶ E. M.LAKATOS e M. de MARCONI. Op. cit. p. 35.

⁵⁷ Franz Victor RUDIO. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2004.p. 15

⁵⁸ Maria Cecília de Souza MINAYO. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. p.22

2.4 - Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa deste trabalho diz respeito às representações imagéticas da Revolução Islâmica do Irã, captadas através de uma amostra dos cartazes produzidos no período de 1978 a 1989 pelo *Sazeman-e Tablighat-e Islami* (Organização Islâmica de Propagação).

Neste sentido, procurou-se dar respostas às seguintes perguntas:

- Qual o papel atribuído aos cartazes no contexto da relação Revolução-Imagem ?
- Quais as características preponderantes das imagens ?

Serão considerados os aspectos de proibição de culto das imagens no Islã como foco central.

Com o intuito de dar respostas a estas e outras indagações, optou-se por trabalhar com a estratégia metodológica da análise de conteúdo, captando as possibilidades do não-verbal e dos usos da imagem nos meios de comunicação

Deste modo, a técnica de análise de conteúdo foi escolhida como a mais adequada para o propósito desejado.

2.5 - Análise de Conteúdo

Como qualquer técnica metodológica, a análise de conteúdo tem evoluído através do tempo, assim como a abrangência do seu conceito. É um método de análise

de dados em que se pode utilizar diferentes técnicas para o tratamento do material coletado.

Como prática não formalizada foi desenvolvida desde épocas ancestrais, quando os antigos se dedicavam à interpretação de textos sagrados. Esta atividade foi denominada de hermenêutica. A sistematização do método ocorre em 1926, quando o curso de jornalismo da Universidade de Colúmbia estabeleceu como prática o estudo do conteúdo dos jornais, através de indicadores do tipo inventário de manchetes, grau de sensacionalismo, etc.

O primeiro grande nome da técnica é o de Harold Dwight Lasswell, que se voltou para as análises de textos da imprensa e de propaganda desde 1915, publicando em 1927 *Propaganda Technique in the World War*.

Do ponto de vista metodológico, houve um grande impulso na década de 40 e 50, do século passado, quando Berelson e Lazarsfeld publicaram o livro *The Analysis of Communication Content*, que trazia de modo sistemático as regras de análise.

Em termos gerais, a análise de conteúdo é um método que busca descobrir a significação de uma mensagem, seja esta um texto, uma história de vida, uma lei, uma imagem, etc. Mais concretamente, se trata de um conjunto de técnicas⁵⁹ que consiste em classificar e ou codificar os diversos elementos de uma mensagem em categorias, com a finalidade de fazer surgir da melhor forma o sentido da comunicação.

Para Wilson Corrêa da Fonseca Júnior, a análise de conteúdo é importante porque:

A formação do campo comunicacional não pode ser compreendida sem se fazer referência à análise de conteúdo. Desde sua presença nos primeiros trabalhos da communication research às recentes pesquisas sobre novas tecnologias, passando pelos estudos culturais e de recepção, esse método tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos

⁵⁹ Augusto Nivaldo Silva TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987, p.160

*desafios emergentes da comunicação e de outros campos do conhecimento.*⁶⁰

Richardson entende que a análise de conteúdo é fundamental para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e tendências, além de ter o campo de aplicação limitado apenas pela imaginação do pesquisador.⁶¹

Em princípio, a análise de conteúdo pode ser aplicada a qualquer comunicação, seja esta lingüística ou não, por exemplo, filmes, representações imagéticas, comportamentos, etc. Como característica, a análise de conteúdo realiza uma descrição analítica, com objetividade científica, propiciando a compreensão qualitativa do conteúdo do objeto.

Enquanto técnica de análise de dados, a análise de conteúdo foi a que nos pareceu mais apropriada ao tipo de investigação que desenvolvemos, já que ela parte do pressuposto de que, por trás do discurso aparente, esconde-se um sentido que convém descobrir.

Dentre as diversas técnicas de análise de conteúdo, optamos pela de Laurence Bardin, por representar, pela riqueza de princípios, configuração e detalhes, o estado da arte da técnica.

Para Bardin a análise de conteúdo recobre um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas”⁶².

Bardin esclarece ainda que :

⁶⁰ Jorge DUARTE e Antonio BARROS (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p.280

⁶¹ Jarry RICHARDSON et alii. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.223

⁶² Laurence BARDIN. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, p.31.

*Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptado a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações(...) Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.*⁶³

⁶³ Idem, p. 31-32

3. O Islã

O Islã é a mais nova das religiões monoteístas reveladas. Surge na região do Hedjaz⁶⁴ no Século VII num cenário dominado por povos nômades estruturados na forma de tribos e clãs. É um território onde reina o politeísmo, mas o Judaísmo e o Cristianismo lá também são encontrados. Nessa época, os territórios árabes faziam fronteira com os impérios bizantino (cristão) e persa (zoroastro), que disputavam o monopólio comercial na região.

A cidade de Meca representava a encruzilhada das caravanas de mercadores, além de ser um grande centro de comércio e de peregrinação, pois abrigava a Caaba, que era o ponto de adoração a 360 deuses e à pedra negra (Hajar el Aswad).

Para os muçulmanos, o responsável pela recepção da mensagem divina é o Profeta Muhammad, filho de Abddallah e Amina. Conhecido como o mensageiro, Muhammad nasceu por volta do ano 570 no clã Banu Hachim, integrante da tribo dos coraixitas. A tradição islâmica considera que o texto do Corão foi ditado pelo Arcanjo Gabriel durante 22 anos e representa a versão definitiva da revelação divina. A consequência direta é o fato do Profeta ser considerado o último mensageiro, o selo da cadeia que inicia com Adão (Adam), Abraão (Ibrahim), Moisés (Musa), e Jesus de Nazaré (Isa). O período anterior a Muhammad é denominado *jahiliyya* e é considerada

⁶⁴ Hedjaz ou Hijaz: parte da Arábia, na costa do Mar Vermelho, onde se situam as cidades de Meca, Medina e Badr. In: John Alden WILLIAMS. **Islamismo**. Rio de Janeiro: Zahar. 1971.

uma época confusa, no sentido da deturpação e incompletude dos textos sagrados, ou no dizer de Hourani "ignorância da verdade religiosa"⁶⁵.

No entanto, a este período poderíamos relacionar pelo menos duas religiões monoteístas: O Masdeísmo (Ahura Masdah), cuja denominação grega é Zoroastro, que como já referimos está presente até hoje no Irã, inclusive possuindo representação no parlamento, e a religião de Mani (Manes, Maniqueus), fundador do maniqueísmo, cujo processo de revelação e ação se dá através da participação de um anjo (at-Taum) de um texto sagrado, nos mesmos moldes do Islã.

3.1 Etimologia

A palavra original árabe “Islam” é derivada da quarta forma verbal da raiz “slm”: aslama (submeter-se, entregar-se) e seu particípio presente é “muslim” (aquele que se submete). Desta raiz originaram-se as palavras paz, pureza e obediência.

Em função de divergências terminológicas entre mídia, público e mesmo, inúmeros autores, adotaremos nesta tese a seguinte padronização terminológica, sugerida por Demant⁶⁶:

O termo **muçulmano** estará associado à forma de um complexo fenômeno sociológico, enquanto **islâmico** deve ser relacionado especificamente à religião.

Já **islamismo** não deverá ser considerado como sinônimo de Islã, mas como um movimento religioso ideológico radical (fundamentalismo religioso), sendo seus membros chamados de islamitas.

⁶⁵ HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. p.442.

⁶⁶ DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto. 2004. p.14-15.

O termo **Islã**, por sua vez, pode ser utilizado de duas maneiras: ou define a área geográfica e civilizacional onde a religião islâmica é predominante (mundo muçulmano), ou, num sentido mais amplo, refere-se à religião, à civilização.

O que se deve evitar, do ponto de vista islâmico, é a denominação “maometanos” para os muçulmanos, ou então utilizar "religião de Maomé" para o Islã. Isto demonstra para um muçulmano, letrado ou não, um desconhecimento profundo da religião, já que Maomé (Muhammad) é apenas considerado como um profeta, um mensageiro e não um santo ou uma figura personalista como Jesus Cristo. É famosa esta forma equivocada num dos textos de Hegel⁶⁷.

Outro aspecto essencial que se deve destacar é quanto a uma idéia de homogeneidade da cultura muçulmana como sendo um bloco único e hermético. A população muçulmana, hoje, atinge a cifra de 1,3 bilhão fiéis, ou seja 1/4 da população mundial, segundo.

Devemos considerar, ainda, outros aspectos, tais como cultura, regionalismos, tradições, ritos, nacionalismos, etc. O número de países de maioria muçulmana chega a 57. Outros constituem enormes minorias, como, por exemplo, a Índia, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

É indispensável, também, mostrar que existem divisões dentro da linha estritamente religiosa, a partir dos grupos e das escolas jurídicas. A primeira admite a

⁶⁷ Georg Wilhelm Friedrich HEGEL. **Introdução às lições sobre história da filosofia**. Porto: Porto Editora, 1995.

divisão da seguinte forma: 84% são sunitas, 15% xiitas, restando 1% para os drusos, ismaelitas, caridjitas, ibaditas e sufis, entre outros.

A segunda inclui as cinco escolas jurídicas clássicas: sunita, hanafita, malequita, chafiíta e hanbalita.

Portanto, um cruzamento mesmo superficial dessas variáveis nos mostra que a Ummah nos apresenta um universo gigantesco de diversidades e de possibilidades. O Islã não é apenas uma religião, mas um sistema que abarca todos os momentos da vida dos crentes e da comunidade, ou seja, o credo define as formas de conduta. Como observa Campos & Bartholo Jr: "O Islã afirma que não existe crença verdadeira que não se transforme em inspiração normativa do viver. O contrário não é senão hipocrisia"⁶⁸.

Em função disso é que, teoricamente, seria inseparável a religião, a lei e a política.

Na prática, observa-se muitas situações conflitantes e diferenciadas, confirmando mais uma vez que a aplicação do Islã em qualquer território geográfico ou país resulta numa complexa e, às vezes, única combinação de aspectos indissociáveis de cultura, tradição, etnia, língua, escola jurídica e constituição.

⁶⁸ BARTHOLO Jr., Roberto S. & CAMPOS, Arminda Eugenia (orgs). **Islã - O Credo é a Conduta**. Rio de Janeiro: Imago Ed.: ISER, 1990.p 9

Vejamos alguns exemplos. Jordânia, Turquia, Argélia, Líbano, Paquistão, Indonésia e Azerbaijão mantêm um sistema constitucional completamente ocidental, não só separando religião e estado, como proibindo intromissões da religião na política.

O Irã, apesar de ser uma república teocrática, possui uma constituição que prevê e realiza eleições livres.

Por outro lado, fortes traços culturais definem padrões ditatoriais e machistas num grande número de países, como por exemplo as monarquias absolutistas do Golfo Pérsico, a Síria, as estruturas de clãs (Afeganistão, Iraque), as tribos (Tanzânia, Senegal, Mali, Somália, Gâmbia, Mauritânia) que utilizam a religião, muitas vezes, como fachada para a manutenção do poder.

Exemplos clássicos de procedimentos tribais, erroneamente associados à religião são a ablação (extirpação do clitóris) e a infibulação (operação que consiste em fechar os orifícios genitais por uma sutura ou pela introdução de anel ou colchete a fim de impedir relações sexuais⁶⁹).

Exemplo de procedimento derivado da tradição é o uso do véu, embora identificado como um dos mais visíveis símbolos islâmicos, o seu uso obrigatório não consta de nenhuma parte do Corão.

Para concluir, podemos inferir ainda que as possibilidades de interpretação de um texto escrito há 1400 anos através de uma língua extremamente complexa e baseada

⁶⁹ **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. CD-ROM.

em metáforas, como o árabe clássico, dão margem a inúmeras possibilidades de leitura permitindo uma prática muitas vezes completamente equivocada. Prova disso são as verdadeiras disputas entre os tradutores do Corão, cada um afirmando que a sua versão é a que mais se aproxima da revelação divina.

3.2 Xiitas X sunitas

Para alguém que observasse superficialmente o comportamento de sunitas e xiitas, veria que os primeiros rezam cinco vezes e os outros rezam três vezes ao dia, condensando as orações. Também poderia observar que a maneira de uns e outros fazerem as abluções antes da reza segue um ritual um pouco diferente.

Estes, no entanto, são pequenos detalhes que não afetam o modo de pensar de cada grupo. A chave para a compreensão das diferenças entre sunitas e xiitas talvez esteja mesmo no termo “disputa”.

Muhammad, ao morrer (632 d.C.), não deixou filho varão, ou seja, um sucessor direto. A cidade de Medina colocou em seu lugar Abu Bakr, que ganhou o título de califa (sucessor/vigário). Abu era genro de Muhammad e conquistou toda a Arábia, através de batalhas sangrentas. Foi também o responsável pelo primeiro levantamento de todos os escritos atribuídos ao Profeta.

Com a morte deste genro, a chefia dos muçulmanos passou para um califa, que por sua vez morreu assassinado. Foi seguido de outros califas até a ascensão de um segundo genro, Ali, primo de Muhammad e casado com a filha preferida do profeta, Fátima.

Ali é assassinado e os três califas que o sucedem na liderança do islamismo (Abu Bakr, Omar e Otman) são rejeitados pelos seguidores de Ali (Shia at-Ali), os xiitas, pois para eles somente um único descendente de Muhammad poderia vir a ser o

chefe supremo dos muçulmanos. O maior grupo surgido nesta cisão foi o dos sunitas, os que seguem as sunas, coletânea das obrigações do Corão.

Para os xiitas, são 12 os continuadores consangüíneos de Muhammad, os 12 imãs⁷⁰.

O conceito de xiita, no islamismo, é tido muitas vezes como o seguidores “dos 12, há porém outras correntes, como a ismailitas “dos 7”, estes aceitam somente até a sétima geração na sucessão de Muhammad. Todos, no entanto, estão de acordo que os sunitas usurpam a liderança dos legítimos descendentes de Maomé.

Khomeini, como veremos mais adiante, pertencia à corrente do Xiismo Duodecimalista, era seguidor dos 12 imãs, os seres infalíveis, escolhidos por Deus para governar os homens.

As crenças e práticas dos xiitas possuem duas classificações:

Usool-ad-Deen (Raízes da religião) – são as 5 crenças xiitas :

- A unicidade de Deus
- A justiça divina
- A crença nos Profetas
- O Imanato
- A ressurreição

Furoo-ad-Deen (galhos da religião) - são as 10 práticas xiitas

- A prece – 5 vezes ao dia
- O Jejum – durante o mês de Ramadam
- A Hajj – a peregrinação à Meca

⁷⁰ Mais detalhes mais adiante no capítulo A Revolução.

Zakat - É a esmola obrigatória anual.

Khums - é um outro tipo de imposto

Jihad - esforço no sentimento de fortalecer a religião

Amr-Bil-Ma'roof - desfrutar o que é permitido

Nahi-Anil-Munkar - proibir o que é errado

Tawalla – Reverenciar os 12 imãs

Tabarra - Odiar os inimigos dos 12 imãs

Taghiyeh - dissimulação religiosa para salvar a vida

Para os sunitas, são cinco os principais pilares do Islã. Segundo Roger Garaudy na obra *Promessas do Islã*⁷¹, podem ser assim resumidos:

1. Profissão de Fé: “Existe um único Deus e Maomé é seu profeta”. Nenhuma outra divindade senão Deus: Maomé, seu mensageiro. O universo inteiro ganha assim um sentido, o absoluto revelando-se no relativo sob a forma de "sinais", de símbolos. A natureza e os homens, do mesmo modo que a palavra do Alcorão, eram uma aparição, uma manifestação de Deus. "Não há nada que não cante seus louvores, mas vocês não compreendem seu canto" (17, 44).

2. Oração: a prece é e a participação consciente do homem no canto de louvor que liga todas as criaturas ao seu criador. "Volte a si mesmo para encontrar toda a existência resumida em você."

A prece integra o homem de fé a essa adoração universal: realizando-a, com o rosto voltado para Meca, todos os muçulmanos do mundo e todas as mesquitas cujo nicho do

⁷¹ Roger GARAUDY. **Promessas do Islã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

mirhab designa a direção da Caaba são assim integrados, por círculos concêntricos, a essa vasta gravitação dos corações rumo ao seu centro.

A ablução ritual, antes da prece, simboliza o retorno no homem à pureza primitiva pela qual, rejeitando a si mesmo tudo o que pode macular a imagem de Deus, ele se torna seu perfeito espelho.

3. Jejum durante o mês sagrado do Ramadã. O jejum, interrupção voluntária do ritmo vital, afirmação da liberdade do homem em relação ao seu “eu” e aos seus desejos, e ao mesmo tempo lembrança da presença em nós mesmos daquele que tem fome, como de um outro eu mesmo que devo contribuir para tirar da miséria e da morte.

4. Zakat. Não é esmola, mas uma espécie de justiça interior institucionalizada, obrigatória, que torna efetiva a solidariedade dos homens da fé, isto é, daqueles que sabem vencer em si mesmos o egoísmo e a avareza. O zakat é a lembrança permanente de que toda riqueza, como tudo, pertence a Deus, e que o indivíduo não pode dispor dela à vontade, que cada homem é membro de uma comunidade.

5. A peregrinação a Meca, enfim, não apenas concretiza a realidade mundial da comunidade muçulmana, mas, dentro de cada peregrino, vivifica a viagem interior em direção ao centro de si mesmo.

O tema central do Islã, em todas as suas manifestações, é esse duplo movimento de fluxo do homem em direção a Deus e de refluxo de Deus em direção ao homem, diástole e sístole do coração muçulmano: “Na verdade, somos de Deus e a Ele retornamos.” (2, 156) CORÃO

Em resumo, podemos afirmar que as divergências teológicas entre xiitas e sunitas surgiram de uma disputa política pela liderança da religião. Com o passar dos séculos, os xiitas foram assumindo sua condição de minoria no mundo como fator de união entre si e foram desenvolvendo uma ferrenha predisposição pela defesa de seus interesses territoriais. E, fator fundamental para a compreensão dos xiitas, é a idéia da espera pela volta do 12º Imã, que irá restabelecer a ordem na terra, tal como os cristãos,

que cultivam a crença que Jesus Cristo um dia fará seu retorno dos céus para promover a justiça e a paz..

3.3 Liberais e fundamentalistas

O Islã está há muito tempo em confronto com a modernidade ocidental. O colonialismo e o choque com a Europa modificaram profundamente a forma de pensar e de agir dos muçulmanos, muitos deles atônitos até hoje não sabendo bem como reagir ao Ocidente.

Daí partiu uma forma de expressão bastante conhecida , a Jihad, que ao contrário do que a mídia propala como sendo guerra santa, significa esforço, perseverança, no sentido da defesa dos princípios religiosos.

Então, como resultado desses novos tempos, surgem dois tipos de reformistas: os liberais e os fundamentalistas. Os primeiros encaram a situação como um simples atraso histórico e intelectual, tendo como objetivo a modernização do Islã. São inúmeros os exemplos dessa corrente, onde destacou-se o ex-presidente do Irã, Khatami.

Já os fundamentalistas propõem um retorno às fontes originais a fim de promover uma revivificação do Islã e de libertar as sociedades da influência estrangeira, tanto política como cultural. O exemplo que pode ser dado é o do atual presidente do Irã, Ahmadinejad.

Estes dois movimentos funcionam de forma concomitante, embora de maneira separadas, sendo muitas vezes permeáveis entre si sobre as questões da reforma política, da tecnologia e da língua, divergindo sobre a forma de evolução da religião.

Seria muito difícil esquadrihar o percurso provável dos acontecimentos nas muitas e variadas sociedades que compõem o universo muçulmano. Porém, parece que uma das questões fundamentais a ser resolvida é a da mútua permissão da possibilidade da coexistência de uma pluralidade de formas de compreensão na sociedade islâmica.

Outro aspecto não muito lembrado pela mídia são os movimentos políticos crescentes em áreas ou países islâmicos seculares como Cazaquistão, Chechênia, Usbequistão, Turquia e mesmo na China.

Do ponto de vista da comunicação institucional, em função da identificação da opinião pública com as imagens e ações de grupos extremistas como o Talibã, o Hamas, etc., já foi discutido pelos países do Golfo Pérsico uma possível contratação de agências de relações públicas no sentido de padronizar um possível discurso islâmico unificado, a exemplo das religiões ocidentais. O resultado desse projeto nunca saiu do papel.

4. Irã – Formação e História

A República Islâmica do Irã tem uma população de 71,5 milhões de habitantes. A extensa área geográfica faz do país o 16º maior do mundo e o segundo maior do Oriente Médio. Faz fronteira com a Turquia, Iraque, Paquistão, Afeganistão, Turcomenistão, Armênia, Rússia (mar Cáspio) e com os países árabes da região do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes, Bahrein, Catar, Arábia Saudita e Kwaite.

Os mais importantes grupos étnicos que vivem no Irã, com sua própria história, cultura e costumes, são os azaris, turcos, curdos, baluchis, árabes turcomanos e lurs.

A história do Irã é milenar e tem início com os medas, povos indo-europeus que vieram para a Ásia Ocidental cerca de mil anos a.C. Os medas criaram um império que pouco durou, pois foram dominados pelos persas, mas lançaram as bases da cultura naquela região, contribuindo com sua língua ariana, o alfabeto de 36 letras, a substituição da argila pelo pergaminho, o uso das colunas na arquitetura, o código moral e uma religião cultuada até hoje no país, o Zoroastro⁷².

A formação dos persas, por sua vez, deve-se a uma mistura de raças, sendo que a historiografia considera os arianos como etnia fundadora persa. Os arianos, que habitavam as montanhas de Zagros, têm origem nos povos indo-europeus. De pele escura, nasceram na região da Índia. Após passarem pela Anatólia e Armênia, povoaram a Pérsia e a Grécia, espalharam-se por toda a Europa, dando início aos povos germânicos e eslavos, entre outros, e já apresentando a pele clara.

⁷² Zoroastro, também conhecido como Zaratustra, era um profeta que viveu no século VII a.C, na região onde hoje é o Irã e o Afeganistão. Zaratustra teria recebido revelações divinas que formaram os conceitos do zoroastrismo, baseado na dualidade cósmica entre o bem e o mal.

Irã significa “terra de arianos”⁷³ e representa uma retomada às origens do povo. O nome do país era Pérsia até 1935, como veremos mais adiante. Ciro, o Grande (566-528 aC.), foi o imperador da Pérsia, cuja capital era Passárgada. O domínio persa se estendia do Mediterrâneo à Índia, englobando 31 nações, entre elas o Egito.

Ciro, criador da dinastia dos Aquemênidas, foi sucedido por Dario I, que mudou a capital para um ponto mais alto, denominando-a de Pãrsã, a cidade dos persas. Mais tarde, com o domínio do macedônio Alexandre, o Grande, o nome grego “Persépolis” tomou lugar. Dario é responsável pelas construções imponentes de Persépolis, edificadas há 2.500 anos (atualmente parte delas pode ser vista num sítio arqueológico que se transformou em atração turística), uma legislação que organizava e orientava a vida dos cidadãos e um complexo sistema de comunicações.

Após uma série de dinastias antes de Cristo, damos um salto histórico e vamos encontrar a Pérsia da dinastia Sassânida, que vai de 224 a 651 depois de Cristo. Neste período, é fundamental destacar a invasão árabe, que acontece em 642, e introduz o islamismo no país, cuja religião predominante até então era o zoroastrismo.

Em 1037, a Pérsia sofre a invasão dos turcos seljúcidas, que seguiam sua enorme expansão pelo Oriente Médio. Em 1219, acontece outra invasão, que é fundamental para entender as transformações da cultura persa: Gengis Khan invade a Pérsia e dá início ao governo Mongol, cujo colapso se dá cerca de 200 anos depois.

Sem nunca ter deixado de ser muçulmana desde a invasão árabe, a Pérsia torna-se oficialmente um império xiita, como religião de estado, no período da dinastia Safávida (1502-1736). É desta época também que o rei Abbas I transforma a cidade de Isfahan na capital persa.

Convém notar, que a partir do século XVIII a Europa é seduzida pelos temas que vêm do Oriente. Em 1704, Antoine Galland começa a publicar em francês sua tradução

⁷³ A etimologia de “ariano” vem de “airyno/erân”. Pérsia (Persis) era o nome de uma tribo ariana da época de Ciro.

do clássico *As Mil e uma Noites* e cresce no imaginário ocidental fantasias sobre um mundo muçulmano povoado por reis déspotas e mulheres extremamente belas. Um universo erotizado passava a compor o clima das histórias dos haréns. Um exemplo deste efeito é o livro de Montesquieu, *Cartas Persas*, publicado em 1721 na França.

Embora Montesquieu nunca tenha ido à Pérsia — ele teria se inspirado em cartas de viagens de Tavernier e Chardin⁷⁴ —, narrava com riqueza de detalhes o comportamento persa, alimentando desde então uma imagem de exotismo que permanece até hoje.

⁷⁴ In: MONTESQUIEU. **Cartas Persas**. (Trad. Renato Janine Ribeiro). São Paulo: Paulicéia, 1991.

5. A REVOLUÇÃO

Historicamente, o Irã ocupa uma posição geopolítica fundamental no mundo. Em 1979, ocupava o posto de segundo maior exportador de petróleo do mundo, posição que tem oscilado, mas que nunca se mantém abaixo do quarto lugar. É natural que sobre a Revolução Islâmica, que derrubou a dinastia do shah Reza Pahlevi e colocou no poder o clero xiita, exista um grande número de textos publicados.

Muitos dos textos têm como autores conhecidos estudiosos sobre o Oriente Médio, os chamados orientalistas. Outros pertencem a “scholars” de última hora, e vários outros provêm de iranianos que vivem no exílio, principalmente Estados Unidos e Europa. Neste último grupo, há desde professores universitários que já atuavam como acadêmicos (Annabelle SREBERNY-MOHAMMADI e Ali MOHAMMADI. *Small Media, Big Revolution: Communication, culture, and the Iranian Revolution*. Minneapolis:University of Minnesota, 1994), até pessoas que nunca pensaram em escrever um livro, como a ex-funcionária de uma companhia aérea, que resolveu contar os episódios da Revolução do ponto de vista de sua família (Rouhi SHAFII. *Scent of Saffron-Three Generation of a Iranian Family*. Londres: Scarlet Press, 1997). Apesar – ou graças – a diferentes perspectivas, o tema é apresentado com farta documentação, o que nos permite uma análise rica em detalhes, sempre com o objetivo de compreendermos as manifestações direcionadas à produção de cartazes que divulgam e legitimam a Revolução.

Comparada em grau de importância e impacto às revoluções francesa e russa, a Revolução Islâmica do Irã também ficou conhecida como a que resultou na “maior explosão popular na história da humanidade”⁷⁵. De todos os acontecimentos do mundo contemporâneo, a Revolução Islâmica foi a que mais recebeu espaço na mídia, até hoje, passados 28 anos, repercute os fatos na tentativa de explicar/entender o fenômeno.

⁷⁵ Richard W. Cottam, “Inside Revolutionary Iran”, *The Middle East Journal* 43:2 (Spring 1989), p. 168, citado por John L. ESPOSITO e John O. VOLL, in: **Islam and Democracy**. New York: Oxford University Press, 1996, p. 52.

O modelo deste fenômeno, que não estava nos ideais libertários da Revolução Francesa, nem tampouco nos princípios socialistas de abolição da propriedade privada da Revolução Russa, era absolutamente novo. Toda ideologia e simbologia mobilizaram as massas através de um apelo religioso, em defesa de interesses nacionalistas, tendo como ideólogos líderes do clero xiita.

Segundo Eric Hobsbawm⁷⁶, quase todos os fenômenos reconhecidos como revolucionários até então tinham seguido a tradição, a ideologia e, geralmente, o vocabulário da revolução ocidental desde 1789, data da Revolução Francesa, mais precisamente, de algum tipo de esquerda secular, sobretudo socialista ou comunista.

Em outro aspecto, a Revolução Islâmica do Irã igualmente é tida como “a primeira autenticamente moderna da era da eletrônica”⁷⁷. O Ayatollah Ruhollah Khomeini, foi o primeiro líder carismático a enviar do exílio, no Iraque, fitas cassetes para se comunicar e instruir seus seguidores. Suas idéias eram passadas também por entrevistas, algumas transmitidas ao Irã, como às produzidos pela BBC de Londres. Durante seu exílio na França, que durou apenas quatro meses, Khomeini deu mais de 120 entrevistas.

Michel Foucault foi um dos que entrevistou Khomeini em Neauphles-le-Château, próximo a Paris. Foi também um dos intelectuais que mais se interessou pela situação política iraniana, tendo inclusive visitado o país duas vezes antes de 1979, durante os acontecimentos que culminaram com a revolução. Numa delas, em setembro de 1978, em seguida ao massacre da “sexta-feira negra”, episódio que referimos mais adiante.

Foucault produziu vários artigos a respeito, como correspondente do *Corriere della Sera* e o *Nouvel Observateur*, sempre gerando enorme polêmica, especialmente na Europa. Entretanto, ainda hoje e também fora da Europa, o intelectual francês tem

⁷⁶ Ver Eric HOBBSBAWM, **A Era dos Extremos**. São Paulo. Cia da Letras. 2000. p.

⁷⁷ In: Bernard LEWIS, **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 332.

sido revisado e criticado por sua adesão à Revolução. Recentemente foi publicado um livro nos Estados Unidos que aponta os “erros” de Foucault.⁷⁸

O fascínio por uma revolução que reunia religião e política, e que resultava numa força ideológica e revolucionária nunca antes vista, teria deixado Foucault cego quanto aos crimes cometidos contra as mulheres. Crimes contra a liberdade, pois as mulheres passaram a ser obrigadas a usar o *hejab*, e crime de assassinato, pois as que se negavam à submissão à nova lei foram mortas em manifestações de rua. Foucault morreu em 1984, portanto, um ano apenas depois de instituída a obrigatoriedade do *hejab*, sem ter, talvez, tido oportunidade de avaliar o cenário.

O que importa aqui ressaltar é a capacidade de comoção que a Revolução despertou. Sobretudo, impressionava a Foucault e a tantos outros intelectuais, o caráter do movimento que, antes de identificar-se como “revolucionário”, via-se como “islâmico”. E a palavra-chave contida no “islâmico” é xiismo.

Os xiitas formam a maioria do povo iraniano e têm governado o país desde o século XVIII, quando foi considerada a religião oficial. O islã xiita tem se envolvido em política, mais exatamente com questões concernentes ao poder, desde seu nascimento, como bem o demonstra a própria cisão que deu origem aos dois maiores grupos do islamismo, sunitas e xiitas. No entanto, como desenvolvemos melhor no final deste capítulo, a partir do desaparecimento do 12º Imã, este envolvimento tornou-se um paradoxo.

A crença xiita cultua os 12 imãs, sendo que o 12º Imã, Muhammad al-Mahdi, está desaparecido desde 874. Ele figura na própria lei maior iraniana, a Constituição criada a partir da Revolução, que o “Imã Oculto” um dia voltará. Muitos iranianos acreditam que Mahdi reaparecerá como um messias, para restaurar o equilíbrio, através de um governo justo verdadeiramente islâmico, e que o Ayatollah Khomeini tenha recebido inspiração deste Imã para promover a Revolução. Ou seja, as crenças mais profundas do xiismo são interpretadas e utilizadas na fundamentação de uma identidade

⁷⁸ Trata-se de **Foucault, Gender, and the Iranian Revolution: The Seductions of Islamism**, de Janet AFARY e Kevin B. ANDERSON. Chicago: Chicago University Press, 2005.

nacional. O Irã é o primeiro país muçulmano com maioria absoluta de xiitas (89% da população, de um total de 95% de muçulmanos), o segundo é o Iraque (65 % do total da população).

Antes de adentrarmos na proclamação da República Islâmica, propriamente, é indicado que retomemos episódios da história do Irã. Antecedentes sem os quais seria impossível compreender a gênese desta Revolução.

5.1 Antecedentes históricos

Os antecedentes do comportamento político do povo iraniano remontam, pelo menos, ao ano de 1501, quando o Irã, então Pérsia, tornou-se um Estado xiita, graças à determinação de Ismail, que se autoproclamou shah (rei) e tornou-se o primeiro da dinastia Safávida.

Ismail e os shahs que o sucederam converteram a população, que era de maioria sunita. Com o desaparecimento dos ulemás (do árabe *ulama*, aquele que possui conhecimento), foram buscados os seus equivalentes, os mullahs (do árabe *muwla*, que significa senhor ou chefe com alguma formação religiosa), na comunidade xiita onde hoje situa-se o Iraque. Estes homens passaram a trabalhar para o reino Safávida como conselheiros legais, misturando religião com política da maneira como o Estado islâmico entenda deva ser: algo uno e indissociável.

A questão econômica começava a desenhar-se favoravelmente para os religiosos, com a instituição da *khum* (taxa equivalente a um quinto da renda líquida dos cidadãos, dividida igualmente entre o Estado e o líder religioso de cada região), e da *zakat* (contribuição de valor não estipulado, mas que todo muçulmano precisa dar à mesquita. Uma espécie de dízimo da Igreja católica).

A base de poder que os mullahs estabeleceram com estas arrecadações explica em muito sua influência nas decisões de Estado desde então. Os mullahs representavam, assim, uma elite rica e autônoma. E embora com o passar dos anos evitassem interferir nos governos locais, tinham grande influência sobre as populações pobres e eram, desse modo, respeitados pelos dirigentes políticos.

O rumo da história iraniana começa a mudar no século XIX, quando a Grã-Bretanha e a Rússia passaram a participar ativamente dos negócios no Irã. Comerciantes europeus no País tinham grandes privilégios, como o benefício da “extraterritorialidade”, pois que não precisavam seguir as leis locais. Mais grave que isto, em 1890, o Shah Nasir ad-Din, garantiu o monopólio sobre o tabaco iraniano (produção e comercialização) em favor da Companhia Imperial Britânica de Tabaco.

A indignação tomou conta dos persas, que viam o País sendo vendido às empresas estrangeiras. No ano seguinte, 1891, protestos se alastravam por grandes cidades como Tabriz e Shiraz. Naturalmente, por trás das manifestações estavam os mullahs, que conseguiram também promover uma campanha contra o fumo que ganhou a adesão da maioria da população. Este episódio é tido pelos historiadores como o primeiro movimento de massa bem sucedido da história moderna do Irã, tendo os religiosos um papel preponderante.

Apesar disto, a série de concessões ao capital estrangeiro continuava acontecendo, agravada pela corrupção em marcha da dinastia Kajar. Também agravava-se a indisposição contra a Rússia, cujo governo czarista já havia anexado parte do território persa.

Em 1905, um grupo de mullahs e comerciantes insurgiu-se organizadamente contra o governo e promoveu a Revolução Constitucional. Uma assembléia representativa foi eleita, baseada no Câmara dos Comuns dos ingleses, e os russos foram freados por força de lei. Mas segundo Cyrus Ghani, em *Iran and the Rise of Reza*

*Shah*⁷⁹, um acordo assinado em São Petersburgo entre russos e britânicos, ainda assim, deixa o Irã em má situação em 1906. O país foi dividido em duas áreas de influência, ficando a Rússia com o Norte e a Grã-Bretanha com o Sul, sendo que os britânicos ficaram com a exploração do minério e do petróleo, a e Rússia com a pesca do caviar. Ao Irã coube a autonomia da área entre as duas regiões.

Distúrbios, prisões, torturas foram entrando para a rotina deste período da história iraniana. Um exército foi criado em 1911, já no segundo parlamento. Na Primeira Guerra Mundial o Irã declara neutralidade. Servindo de território para dois inimigos (Rússia e Grã-Bretanha), o Irã pede que os Estados Unidos assegurem sua posição de neutralidade, o que foi difícil conseguir, mas tratados como o de Constantinopla garantiram que o Irã não se envolvesse diretamente na Guerra.

A soberania do Irã continua uma quimera: em 1919, os ingleses impõem ao país, através de mais um acordo, onde a Grã-Bretanha assumiu o controle do exército, do tesouro e das redes de transporte e comunicações. A inconformidade, naturalmente, crescia. E num momento limite de necessidade de mudança histórica, surge um líder com o discurso nacionalista que os iranianos precisavam ouvir. Ele era o oficial Reza Khan, oficial do exército treinado pelos cossacos, que num golpe de estado derrubou o último monarca Kajar e, ele próprio, num gesto napoleônico, corou-se rei em 1921.

Reza Khan criou a dinastia dos Pahlevi e, fortemente influenciado pelo rei da Turquia, Ataturk, promoveu com mão-de-ferro a modernização do País. Começando pelo nome: a partir de 1935 a Pérsia passou a se chamar Irã, numa valorização do espírito nacional, para reforçar a origem indo-européia de seu povo.

Reza Khan, ou Reza Shah, de fato modificou o perfil do Irã. Diminuiu a interferência estrangeira (proibiu a venda de terras a não-iranianos), construiu estradas, fábricas, portos, hospitais, mas atingiu também os iranianos tradicionalistas e religiosos nos seus valores mais profundos. Como Ataturk, entendia que a religião precisava ser separada do Estado e que uma das manifestações religiosas mais visíveis era o próprio

⁷⁹ Cyrus GHANI, **Iran and the Rise of Reza Shah – From Qajar Collapse to Pahlavi Power**. London: I.B. Tauris 2000.

uso do shador pelas mulheres, a “tenda” que cobre todo o corpo feminino impossibilitando a visão de suas formas. Proibiu, então, o uso do shador publicamente, provocando a ira das famílias mais religiosas. Muitas mulheres negaram-se a sair de casa desde então.

Com a Segunda Guerra Mundial e a simpatia nunca escondida do Reza Shah pela Alemanha nazista, os aliados forçaram o shah a abdicar em 1941. Em seu lugar, aos 22 anos, assumiu o filho Mohamed Reza Pahlevi.

O petróleo continuava nas mãos dos ingleses, com parte dos lucros repassados à família Pahlevi, e a situação de pobreza dos iranianos não foi alterada com a modernização do país. A miséria, somada à impudência como era tratada a exploração do petróleo, fez o país se insurgir, desta vez contando com lideranças políticas capazes de fazer a diferença. Um dos principais líderes era Mohamed Mossadegh.

Eleito primeiro-ministro em 1951, com amplo apoio popular, Mossadegh nacionalizou o petróleo e rompeu relações diplomáticas com os ingleses. Os Estados Unidos, por sua vez, tendo à frente o presidente Eisenhower, rejeitaram que os iranianos se aliassem aos russos. Com participação direta da CIA, Mossadegh é alvo de plena campanha de desestabilização.

Neste momento da história iraniana, convém mudar o rumo do relato para introduzir o personagem que, seguramente, é o mais importante da Revolução Islâmica, o Ayatollah ⁸⁰ Khomeini. Um breve resumo de sua biografia é necessário para a compreensão desta figura ímpar da história moderna.

5.2 Ruhollah Khomeini

⁸⁰ Ayatollah, do árabe *ayat allah* (sinal de Deus). É a posição mais alta no clero xiita, conquistada por aclamação, e designa o sacerdote com grande saber na jurisprudência islâmica. Acima dele, só Gran Ayatollah, título conseguido por raros nomes.

Seguindo a linha de análise de Michael Fischer⁸¹, ao falar sobre Khomeini é necessário adotarmos uma visão quadros cópica, que considere a biografia, mas também a *persona* que se projeta do homem, o seu programa retórico, mas também as diferentes interpretações que ele suscita.

Ruhollah Musavi Khomeini nasceu em 24 de setembro de 1902 do calendário cristão, equivalente ao ano 320 da hégira⁸² lunar. Por coincidência, no mesmo dia em que nasceu Fátima, a filha de Muhammad. O local, uma região desértica pertence ao distrito central iraniano, a 300 quilômetros de Teerã era chamado de Khomein, nome que mais tarde ele adotaria.

O avô de Khomeini, Sayed Ahmed, de família pobre, se apresentava como descendente direto de Mohammed, como todos religiosos que portam o turbante negro na cabeça e ostentavam o título “Sayed” antes do nome. Além disto, se apresentava como descendente de Mir Hamed Husain Hindi Shaburi, indiano que escreveu *Abaqat ul-Anwar* (Receptivos de Luz), “primeiro grande esforço na literatura xiita para atacar as crenças sunitas com base nos próprios hadiths.”⁸³

Ahmed teria nascido na Cachemira, Índia, mas fora mandado para o Irã para estudar. Em Khomein, ele teria se tornado mullah e dado educação formal e religiosa para os filhos, entre eles o pai de Ruhollah, Mustafá, que também se tornou mullah. Mustafá casou-se com uma menina de 12 anos, fato comum à época, e teve vários filhos, tendo sobrevivido apenas Murtaza e Ruhollah Khomeini.

Khomeini não tinha ainda um ano de idade quando o pai morreu. Algumas biografias trazem a versão de que ele teria sido assassinado em função de uma discussão, a mando do dono das terras em que trabalhava como meeiro. Outras relatam que ele teria sido morto por bandidos numa estrada. O livro *Le Recit de L'Eveil*, espécie de biografia autorizada, diz que o pai de Khomeini foi assassinado por agentes do

⁸¹ In: Michael FISCHER, “Imã Khomeini: quatro níveis de compreensão (biografia, imagem, política, gnose)”. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, n. 11, abril, 1984, p. 23.

⁸² Hégira: (Hijra, هجرة) é a era islâmica, que tem como início a fuga de Mohammed de Meca para Medina, em 622 da Era Cristã.

⁸³ In: Michael FISCHER, op. cit., p. 23.

governo, pois insurgiu-se contra a opressão aos pobres⁸⁴. De todo modo, o certo é que Khomeini foi criado por uma tia e o irmão, já que a mãe dele morreu quando ele ainda era criança.

Os responsáveis pela educação do jovem Khomeini, que era um estudante aplicado do Corão, perceberam que ele deveria continuar os estudos com um mestre. Aos 16 anos, Khomeini se torna um talibã, expressão árabe incorporada ao persa, que significa “aquele que procura” (os guerrilheiros Talibãs do Afeganistão apenas lançaram mão deste nome). Na verdade, o nome indica o estudante do islamismo, que faz sua formação numa madrassa (escola religiosa).

Khomeini, a estas alturas, está em Arak, a 220 quilômetros de Teerã. Seu professor era o erudito Abd al-Karim Haeri, cuja reputação o fez partir para o principal centro de estudos do islamismo, a cidade de Qom (130 quilômetros de Teerã)⁸⁵, referência hoje para os estudantes muçulmanos xiitas do mundo todo.

Haeri levou Khomeini consigo para Qom, o que indica o início de uma escalada aos rumos da Revolução. É em Qom que Khomeini solidifica sua crença no 12º Imã, o Imã Oculto, e faz parte de um grupo chamado Dozeno do Xiismo, ou Xiismo Duodecimalista. O xiismo não aceita como legítimo qualquer governante que não seja justo e quando o governante é considerado injusto, os religiosos têm o dever de criticá-lo. O ativismo político dos xiitas, desse modo, encontra raízes nesta crença.

Embora ainda não voltado às questões políticas, o jovem Khomeini mostrava-se um excelente orador e, não esquecendo sua origem pobre, com frequência incluía em seus discursos reivindicações sociais. Khomeini considerava que o islamismo tinha um caráter de responsabilidade social do qual não poderia imiscuir-se.

⁸⁴ *In*: Hamid ANSARI. **Le Recit de L'Eveil – Retrospectif sur l'avie idéologique-scientifique et politique de L'Iman Khomeiny – De la naissance Jusqu'au Décès**,. Teheran: L'Institut de La Rédaction et de la Publication des Ouvres de L'Iman Khomeiny, 1996. Esta versão em francês da obra foi obtida no Complexo Iman Khomeini, em Teerã, em 2000.

⁸⁵ Qom é também a cidade sagrada do Irã que atrai milhares de peregrinos. Lá estão os túmulos de figuras importantes para o xiismo, como a irmã do Imã Hussein, Fátima.

No início dos anos 60, Khomeini tornara-se um conhecido professor da mais celebrada escola de Qom, a Faizieh. Além de dar aulas, escreveu vários livros, a maioria voltados à jurisprudência islâmica. Mas em 1941, Khomeini já escrevia mais diretamente contra o governo: o livro *Kashf al-Asrar* (A Revelação dos Segredos), era pleno de críticas a Reza Shah.

Vinte anos depois, Khomeini está cada vez mais voltado às questões políticas. Em 1962, o sucessor de Reza Shah, Reza Pahlevi, deu início à Revolução Branca, onde constava, entre outras determinações, uma reforma agrária e o direito ao voto às mulheres. Khomeini, que já ocupava uma posição de líder na comunidade religiosa, declarou que se tratava de uma tentativa do governo de corromper as mulheres.

Após inúmeras manifestações de afronta ao governo, responsabilizado por Khomeini pela miséria da população e por conspirar com os Estados Unidos e Israel contra o Islã, Pahlevi manda a recém criada Savak (Sazeman-e Ettelaat va Amniyat-e Keshvar), a polícia secreta, invadir a escola Faizieh. Um estudante de 18 anos foi morto, vários outros feridos, e Khomeini com outros professores foram presos. Um erro estratégico do shah foi ter escolhido o dia 22 de março (1963) para o ataque. Esta é a data que os xiitas celebram a morte do sexto imã, Jafar al-Sadiq, que morreu envenenado a mando de um califa. Depois de solto, Khomeini usou o incidente para relacionar o assassinato do mártir xiita à sua nova condição, a de mártir que luta pela justiça social.

No mesmo ano, em outro momento, Khomeini também, sempre de modo astuto, faz paralelo com a história dos imãs. Discursando para alunos e, nestas alturas, seguidores, a luz é cortada e o microfone do líder fica sem som. Era a época do Muharram, quando a morte do mais sagrado dos imãs, Imã Hussein, é lembrada com fervor pelos muçulmanos xiitas de todo o mundo. Assim como o Imã foi assassinado por um califa cruel, que agia contra o Islã, o shah estaria fazendo o mesmo. Khomeini chama o Reza Pahlevi de “miserável e patife”⁸⁶, e é preso novamente.

⁸⁶ In: Matthew GORDON. **Khomeini - Os Grandes Líderes do Século XX**. São Paulo: Nova Cultural, 1990, p. 46.

Violentas manifestações de apoio a Khomeini tomaram lugar em todo o Irã, a ponto de a lei marcial ser decretada nas principais cidades, como Teerã, Mashad e Isfahan. Khomeini é solto depois de 10 meses de detenção. Sua reputação, crescia.

Depois de um empréstimo de 200 milhões de dólares feito pelo governo norte-americano ao governo do shah, a imagem de Reza Pahlevi como aliado e subserviente dos americanos ficava ainda mais evidenciada. Nesta época, o Shah fez passar no Majlis, o parlamento iraniano, uma lei que concedia imunidade a todos os conselheiros militares norte-americanos, suas famílias e funcionários, que não mais poderiam ser julgados por tribunais iranianos, seja quais fossem os crimes cometidos.

Khomeini é preso pela terceira vez, depois de declarar, entre outras coisas: “Se os líderes religiosos tivessem influência, eles não permitiriam que esta nação fosse escrava da Inglaterra num dia e escrava dos Estados Unidos no outro.”⁸⁷ e “Venderam nossa independência.”⁸⁸ Desta vez, além de detido, Khomeini é expulso do Irã, indo buscar asilo no vizinho Iraque, país com maioria xiita, embora vivendo longe do poder, que era dos sunitas.

5.3 O exílio

O exílio de Khomeini no Iraque, em Najaf⁸⁹, cidade sagrada para o islã xiita, durou 13 longos anos.

Em 1965, quando chegou ao Iraque, Khomeini foi recebido por centenas de estudantes e pode-se dizer que começava a ser gestada aí a Revolução, o agora Ayatollah Khomeini comunicava-se com os iranianos através de gravações em fitas

⁸⁷ In: Hamid ANSARI, **Le Recit de L'Evel**, op. cit., p. 95.

⁸⁸ Documentário “Revelações – Khomeini”. History Channel.

⁸⁹ Najaf, a 160 quilômetros de Bagdá, é onde está o santuário de Ali (Ali ibn Abu Talib), segundo os xiitas o único sucessor direto de Muhammad. A cidade também possui várias madrassas e equivale, em importância, a Qom, no Irã. Com a guerra no Iraque, iniciada com a invasão americana em 2003, Najaf não sai dos noticiários pois é lá que a maior parte dos atentados dos sunitas contra os xiitas acontecem.

cassete, que registravam suas conferências. A rede de divulgação destas gravações era composta pelas mesquitas, tanto no Iraque quanto no Irã, cujos fiéis encarregavam-se de fazer cópias e distribuição das fitas.

No Irã, o Shah tornava as coisas mais difíceis para os mullahs, com a Savak infiltrando-se nas associações e a censura atingindo a todo e qualquer jornal que desse apoio à oposição. Prisões, torturas e assassinatos eram comuns.

Khomeini, por sua vez, usava seu poder de oratória no exílio não só para criticar o Shah, mas para lançar críticas furiosas aos Estados Unidos e Israel, invocados como raízes de todo o mal e humilhação. O fato de Israel ter ajudado o Shah a organizar a Savak em 1957, nos moldes do Mossad, o serviço de inteligência israelense, nunca foi esquecido. Os norte-americanos, para Khomeini, continuavam representando um inimigo, na medida em que sustentavam há mais de 40 anos a política corrupta dos Pahlevi. Sem falar na interferência da CIA na deposição de Mossadegh (1953)⁹⁰.

Em 1967, demonstrando total insensibilidade frente aos acontecimentos, Reza Pahlevi organiza uma dispendiosa cerimônia para coroar-se imperador, uma posição supostamente maior do que a de rei, e que incluía a coroação de sua terceira esposa, a agora imperatriz Farah Diba, e de seu filho mais velho. Em 1971, mais uma demonstração ostensiva de riqueza: a comemoração dos 2.500 anos do império persa. De acordo com reportagens da época, a extravagância foi realizada em Persépolis, primeira capital persa, durante 10 dias, tendo chefes de estado e imprensa internacional como convidados especiais.

A crise mundial do petróleo, que favoreceu o Irã, deixava o Shah com mais poder econômico, o que, no entanto, não resultava na melhoria da condição de vida dos iranianos, sequer da classe média, que até aqui apoiava Pahlevi, ou pelo menos, não apoiava Khomeini, e que começa a dar sinais de cansaço.

⁹⁰ Tema exaustivamente analisado em Stephen KINZER. **Todos os homens do Xá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

Neste contexto, quatro episódios servem para colocar em ebulição e precipitar os acontecimentos da Revolução.

1º - Em 1977, Mustafá, o filho mais velho de Khomeini, foi morto em Karbala, justamente o santuário onde o Imã Hussein foi decapitado. A morte de Mustafá nunca foi esclarecida, mas muitos acreditaram em envenenamento, como morreram a maioria dos 12 imãs. Os iranianos responsabilizaram a Savak.

2º - Em 1978, um milhão de pessoas foram às ruas para protestar contra o Shah, que havia instituído a lei marcial. O exército foi convocado e a violência se estabelece: cerca de 3 mil pessoas morrem em Jaleh Square(hoje denominada Martyrs Square), área central de Teerã, no que ficou conhecido como “a sexta-feira negra”.

3º - Um outro ato de terror, que abalou a população, acontece em agosto de 1978. Num cinema da cidade de Abadan, que abrigava uma das maiores refinarias de petróleo do país, durante a sessão de um filme iraniano, as portas foram trancadas por fora e o cinema foi incendiado. Algumas fontes dão como 400, outras como 700 mortos. Chegou-se a cogitar que o atentado pudesse ter sido praticado por grupos religiosos radicais, como demonstração de intolerância ao cinema como arte, em função do interdito à imagem (ver detalhes no capítulo Imagem). No entanto, esta hipótese nunca foi comprovada e a versão mais corrente é a que responsabiliza a Savak, novamente, por ter agido por ordem direta de Reza Pahlevi. A intenção seria, justamente, a de culpar as facções religiosas da oposição e mostrar sua intolerância aos costumes ocidentais representados pelo cinema.

4º - Também em 1978, ocorre o fato que talvez mais tenha provocado a ira dos seguidores de Khomeini. Um jornal apoiado pelo governo do Shah, denominado Ettela'at, publicou um artigo acusando Khomeini de aventureiro e, por estranho que pareça, de espião a serviço de interesses estrangeiros. Manifestantes, em sua maioria estudantes, saíram às ruas em defesa de Khomeini e, como era de se esperar, entraram em choque com a polícia do Shah. Cerca de 80⁹¹ deles morreram e transformaram-se

⁹¹ Alguns autores dão como 100 o total de mortos, como citado mais adiante na análise do cartaz nº 12.

imediatamente em mártires, com direito a luto por 40 dias. Mais tarde, tumultos em Tabriz e Yazd também resultaram em mortes.

Como Khomeini nunca deixou de reagir, mesmo do exílio, o Shah conseguiu que o governo do Iraque expulsasse o Ayatollah. Este governo estava recém ocupado pelo novo presidente Saddam Hussein, que expulsou Khomeini, até porque não interessava ao presidente sunita ter um líder xiita com tal poder de persuasão em seu país.

Khomeini seguiu então para a França em outubro de 1978. Como já referimos anteriormente, embora a distância agora fosse maior, as possibilidades de comunicação com o Irã multiplicaram-se, bem como a capacidade de mobilização das massas tendo Khomeini como líder incontestado. Era uma questão de tempo, mais exatamente de dias, para que o Shah fosse obrigado a deixar o Irã e Khomeini fizesse sua volta triunfal na terra de Dario.

5.4 O triunfo da espera

Em janeiro de 1979 dois aviões Boeing deixaram o Irã. Um com roupas, móveis, tapetes e outro com a família Pahlevi levando o máximo que conseguiu retirar às pressas dos bancos iranianos.

Alguns dias depois, em 1º de fevereiro de 1979, Khomeini é recebido por milhões⁹² de pessoas ao desembarcar no aeroporto de Teerã.⁹³ Seguramente, uma das

⁹² O número varia, dependendo da fonte, entre dois e seis milhões de pessoas. Cf. as agências de notícias ocidentais “foram obrigadas a calcular a massa entre quatro a seis milhões de pessoas.” *In*: Hamid ANSARI, **Le Recit de L’Eveil**, *op. cit.*, p. 143.

⁹³ O desembarque de Khomeini não acontece com facilidade. O frágil primeiro-ministro deixado pelo Shah, Shapur Bakhtiar, fechou os aeroportos do país. A população, que sabia do retorno iminente de Khomeini, em atitude revolucionária não saiu mais das ruas. As forças armadas acabaram aderindo aos revolucionários e graças a isto o aeroporto de Teerã foi aberto. Bakhtiar é exilado em Paris, onde é assassinado em 1991. Para mais detalhes ver Ivonete PINTO, **Descobrimos o Irã**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

imagens que mais correu o mundo e que pertence ao imaginário da Revolução é a foto de Khomeini descendo as escadas do avião da Air France sendo apoiado pelo comissário de bordo francês, que sem saber estava entrando para a história.

E a história da revolução mais emblemática do século XX, construída por todos antecedentes aqui relatados, e preparada com hábil capacidade de estratégia durante os 14 anos de exílio de Khomeini, enfim é concretizada.

Imediatamente, foi formado o Conselho da Revolução para preparar a mudança de governo e para criar oficialmente a Jomhuri-ye Eslami-ye Iran, a República Islâmica do Irã. Um governo provisório e paralelo foi nomeado, tendo como primeiro-ministro Medi Bazargan, que permanece até novembro de 1979, quando ocorre a tomada da embaixada norte-americana em Teerã.

Antes de abordarmos o tema referente à embaixada, convém enfocarmos o cenário político que se desenhou nos primeiros meses da Revolução.

Caos. Até mesmo Khomeini utilizou a palavra caos para descrever o que acontecia nos primeiros tempos do governo provisório, que durou até 1980. Khomeini, no entanto, defendeu que mesmo que fosse preciso conviver com o caos, ele não daria ordem para prender, torturar e matar, como fazia o Shah.

*Tenho de recorrer à repressão como o shah? Nosso povo esteve 35 anos na prisão; nenhum governo vai pô-lo na prisão outra vez. Ele precisa ter uma oportunidade de se expressar como quer, mesmo que isso signifique um certo grau de caos. (Ayatollah Khomeini)*⁹⁴

⁹⁴ In: Matthew GORDON. **Khomeini - Os Grandes Líderes do Século XX**. Op. cit, p. 77.

E esta seria mais uma das tantas promessas não cumpridas do Ayatollah. Os grupos não-religiosos que o apoiaram foram um dos primeiros a sentirem-se traídos, seguidos das mulheres e seus direitos.

Uma das maiores forças políticas de esquerda aliadas a Khomeini era composta pelo Partido Comunista Tudeh (de orientação soviética), pelas organizações Guerrilha do Povo (Fedayeen Khalq, de orientação marxista), a Frente Nacional (criada para fazer oposição ao Shah), o Movimento Irã Libertado (ao qual pertencia Medi Bazargan), o grupo Combatentes do Povo (guerrilheiros islâmicos chamados Mujadeddin). Estes grupos não possuíam um programa político, tinham sérias divergências quanto a conceitos de distribuição de riquezas e desobedeciam as ordens do governo provisório.

De outro lado, estava o clero, através do Partido Republicano Islâmico, que reunia de mullahs a ayatollahs aliados a Khomeini, e o Partido Popular da República Islâmica, composto também por clérigos, só que mais moderados. O Partido Republicano Islâmico era o mais forte e comandava as novas instituições criadas – e atuantes até hoje –, que eram o Conselho Revolucionário (autoridade estatal), os tribunais revolucionários e a Guarda Revolucionária Islâmica.

A Guarda Revolucionária Islâmica, era formada pelos chamados “homens de confiança” de Khomeini. Seus membros, de fato, pertenciam às classes mais baixas da população e eram via de regra muçulmanos fervorosos. Uma das funções desta guarda era resguardar os costumes islâmicos, função que exerciam parando casais nas ruas para conferir se eram casados ou parentes (caso contrário poderiam ser presos), denunciando festas, detendo mulheres sem o hejab⁹⁵, delatando adultérios, e uma infinidade de possibilidades na ordem do comportamento.

⁹⁵ Hejab: mais do que uma vestimenta islamicamente correta, composta de uma capa que cobre todo o corpo e um véu cobrindo o cabelo, hejab significa um comportamento islamicamente adequado. Maquiar-se, fumar, caminhar de forma provocativa, por exemplo, não são hejab.

Um referendo fundamental para a Revolução foi o que aprovou com 95% dos votos a proposta de transformar o Irã numa república islâmica, onde a nova constituição estabeleceu que o Estado seria teocrática, tendo como sustentáculo a sharia, a lei islâmica baseada no Corão.

O plebiscito foi questionado por minorias como a dos curdos e a dos turcomanos, assim como por líderes religiosos como os ayatollahs Shariatmadari e Talegani. O governo passou a enfrentar também a resistência dos grupos de esquerda, que apoiaram Khomeini e queriam participar do poder. Greves foram proclamadas e os trabalhadores grevistas foram chamados por Khomeini de traidores da pátria.

Para abafar a ira dos descontentes, o governo revolucionário tomou medidas como oferecer tratamento de saúde gratuita, educação e subsídios elevados à luz, gás e gasolina. Medidas que permanecem até hoje, somadas a outros benefícios, como oferecer a preços módicos (subsidiados) papel para a impressão de jornais e revistas. Naturalmente, os veículos de comunicação impressos deveriam restringir-se a apoiar o governo.

Estruturalmente, o novo regime, como república, passou a ter um presidente, um parlamento e um judiciário. Paralelamente, no entanto, o governo criou mecanismos de controle através de instituições a serviço de um governo teocrático. Além da Guarda Revolucionária já citada, atuando colateralmente ao próprio Exército, as instituições são: a Assembléia dos Experts e o Conselho dos Guardiões.

A Assembléia dos Experts (ou Assembléia dos Sábios), é composta por 86 membros com formação religiosa e que passaram por determinadas provas de competência sobre jurisprudência (islâmica, cujo principal ideólogo é Khomeini). Esta Assembléia tem o poder de escolher o Líder Espiritual, cargo vitalício, ocupado por Khomeini e depois por Ali Khamenei com a morte do primeiro.

O Conselho dos Guardiões é a sentinela dos valores da revolução, que incluem a impugnação de candidaturas em todos os níveis, de presidente, a deputados e prefeitos.

Afora estes grupos, ainda foram criados os comitês revolucionários, espalhados por todo país, e constituídos em sua maioria por estudantes de esquerda, com o objetivo de manter acesa a chama da revolução. Com o consentimento de Khomeini, estes comitês foram responsáveis por execuções de “inimigos do Islã”.

5.5 Revoltas

Em janeiro de 1980 foram realizadas as primeiras eleições presidenciais. Abolhassan Bani Sadr foi eleito e, como veremos mais adiante, vem a ser um inimigo de Khomeini por discordar de suas idéias. O não-apoio ao seqüestro da embaixada americana é um dos pontos altos desta discórdia.

Mesmo com a figura do presidente, quem mandava no governo era Khomeini. Os grupos de esquerda, por sua vez, que foram úteis para a derrubada do Shah, passaram a ser descartados por Khomeini, que os acusou de provocadores e perturbadores da ordem. Em 1981, os mais exaltados colocaram uma bomba na sede do Partido Republicano Islâmico, matando o seu líder, Ayatollah Muhammad Beheshti. O partido, por sinal, era a espinha dorsal do governo, pois controlava o Conselho Revolucionário, os comitês revolucionários e a Guarda Revolucionária. Mais tarde, outra bomba mata o novo presidente eleito Muhammad Ali Radjai e o primeiro-ministro Muhammad Javad Bahonar.

5.6 Um reforço na revolução: Down with USA

O economista Bani Sadr era um político popular no Irã, quando foi eleito presidente com 75% dos votos. Tinha o apoio de Khomeini, de quem foi conselheiro no exílio na França – um dos poucos conselheiros laicos do Ayatollah. Sadr, confiante na votação expressiva que conquistou, logo se mostrou um contra à linha política do clero islâmico. Seus opositores, por outro lado, sempre lembram que era ele o presidente quando o Iraque resolveu invadir o Irã, e pronunciou-se radicalmente contra o seqüestro à embaixada americana, ficando, assim, na contramão de Khomeini, que apoiou o

seqüestro abertamente. Khomeini, então, demite Bani Sadr por decreto assinado pelo comandante das forças armadas, decisão sustentada pelo Majlis, o parlamento iraniano.

A invasão da embaixada, um dos acontecimentos mais espetaculares do século passado, teve início no dia 4 de novembro de 1979. O clima anti-americano há décadas vinha se desenhando, culminando com o apoio de Jimmy Carter ao Shah e, por fim, com o asilo político a Pahlevi, que conseguiu entrar nos Estados Unidos para tratar do câncer que viria a matá-lo (no Egito).

Um grupo de cerca de 500 estudantes leais ao Imã Khomeini e ligados ao Partido Republicano Islâmico, pularam os muros mantiveram por 444 dias 52 funcionários e diplomatas americanos na embaixada em Teerã. Local que passou a ser chamado de “ninho de espiões” depois que foram descobertos, e divulgados, documentos secretos revelando os contatos entre a embaixada e “burgueses” iranianos⁹⁶. Entre eles uma classe que apoio a derrubada do Shah, pois tinha perdido seu poder econômico: os *bazaris*, donos das lojas dos grandes bazares de Teerã.

O clima de caos imperava internamente: expurgos, universidades fechadas, militantes islâmicos de diversas tendências em conflito versus militantes da esquerda e assim por diante. A imagem que os países estrangeiros tinham do Irã era passado pelas agências internacionais, que registravam o caos, estendendo-o à cúpula do governo.

Num artigo especial à revista *Time*, de 18 de outubro de 1982⁹⁷, Carter relata que ninguém sabia quem estava mandando no Irã e que sequer havia algum pedido de resgate. Khomeini jamais aceitou um contato com o governo americano, não dando chance de negociação.

Carter chegou a pedir a intervenção do papa na época, João Paulo II. A tarefa foi aceita, porém resultou apenas num discurso de Khomeini contra a Igreja Católica.

⁹⁶ Durante o seqüestro, os estudantes islâmicos reuniram 20 volumes de documentos da embaixada e colocaram a venda para quem quisesse conhecer os segredos do “Grande Satã”. O volume ganhou o nome de *Os Segredos do Ninho do Espião*. Entre os documentos, secretos, também estavam ordens de serviço de mero valor burocrático. In: Ivonete PINTO, **Descobrimo o Irã**, op. cit., p. 59.

⁹⁷ Jimmy CARTER, “444 Days of Agony”. **Time Magazine**, 18 out. 1982, p 28-46.

Na verdade, os estudantes queriam a deportação do Shah para que ele fosse julgado no Irã (execução certa) e que o dinheiro dos iranianos nos bancos americanos fosse transferido para o Irã..

Jimmy Carter enfrentou um pesadelo, pois não podia ceder quanto a deportar Reza Pahlevi, nem colocar em risco a vida dos 52 reféns e comprometer a segurança dos cerca de 10 mil americanos que ainda moravam no Irã.

Um plano de resgate cinematográfico, embora fracassado, foi tentado por Carter em abril de 1980. A operação foi chamada de Garra da Águia. Seis aviões C-130, com um grupo de 90 homens, deixaram o Golfo de Oman para o Irã, onde parte deles foram transferidos para oito helicópteros que pousariam próximo de montanhas não habitadas, sem serem detectados por radares. Caminhões conseguidos por agentes secretos estariam esperando com os reféns prontos para fugir.

Uma tempestade de areia, o choque de dois helicópteros e um C-130 que caiu de nariz devido a uma nuvem de poeira, deixaram um saldo de oito mortes e a missão abortada. O presidente assumiu a responsabilidade do fiasco e ainda teve que assistir os reféns sendo libertados no primeiro minuto de governo do seu sucessor Ronald Reagan.

Com a intermediação de argelinos e ingleses, foram transferidos US\$ 12 bilhões para os bancos no Irã, vindos dos ativos bancários iranianos nos Estados Unidos.

Até hoje o muro da embaixada na avenida Persépolis, hoje uma escola militar, exhibe a pichação dos estudantes feita à época: *Down with USA*.

5.7 Guerra Irã-Iraque

Aproveitando-se da confusão estabelecida no Irã, Saddam Hussein, recém empossado presidente do Iraque – cujo território já pertenceu ao grande império persa –, invade o país.

No dia 22 de setembro de 1980, aviões iraquianos bombardearam cidades do Irã, enquanto tropas avançavam por terra. Saddam Hussein já tinha tido provas da

capacidade de sedução e mobilização de Khomeini quando este esteve exilado no Iraque. Desse modo, era natural que uma das causas da invasão era enfraquecer um inimigo que mais cedo ou mais tarde representaria um perigo mais concreto ao poder sunita no Iraque.

A razão econômica não foi difícil detectar: Saddam invadiu uma zona petrolífera da província do Khuzestão, sob o pretexto de que as terras historicamente faziam parte do Iraque. Também queria assegurar o controle sobre as margens dos rios Tigre e Eufrates, fronteira com os dois países.

No Irã, a crise gerada por esta guerra que durou oito anos (1980-1988), levou ao mais rigoroso racionamento de alimentos e energia. E, também por segurança, à noite os iranianos não podiam nunca acender luzes, para não serem alvo dos bombardeios. O silêncio e a escuridão eram quebrados pelas explosões depois das bombas. A populosa Teerã, à época já com mais de 10 milhões de habitantes, chegou a ser bombardeada.

Mais de duas vezes menor em extensão do que o Irã, o Iraque, graças ao dinheiro do petróleo, era bem equipado em armamento fornecido pelos americanos, que igualmente forneciam informações de satélites espiões. Armas químicas também foram usadas e estima-se que 50 mil soldados iranianos morreram vítimas delas. Até hoje as seqüelas podem ser vistas. O cinema iraniano, cuja boa parte da produção ainda se ocupa do assunto, tem no título *De Karkeh ao Reno*, de Ebrahim Hatamikia (1993), um dos melhores exemplos. O filme mostra um soldado que vai se tratar na Alemanha, de uma doença nos olhos provocada por armas químicas. Alemanha e Israel são acusados de vender armamento químico aos iraquianos.

Mas qual o papel que a guerra Irã-Iraque desempenhou na Revolução Islâmica do Irã?

Ela funcionou como estratégia de divulgação e propagação dos princípios revolucionários. Nos anos da guerra, membros da Guarda Revolucionária, cuja origem social é chamada de *basesej* (ver análise do cartaz nº 2). Mandadas à frente nos campos

minados, detonavam as minas terrestres abrindo caminho para a tropa regular. Eram crianças mentalmente preparadas para morrerem pela causa islâmica, morrerem por Khomeini.⁹⁸

O sacrifício infantil foi transformado em prática religiosa, sustentada por uma simbologia que envolve sangue, a serviço de uma estratégia de propaganda política que visava a continuação do processo revolucionário. E visava, em primeira instância, a manutenção do poder dos líderes religiosos. Mas o apelo não era só religioso. Pragmático, Khomeini colocou recursos à disposição das famílias dos mártires, oferecendo bolsas de estudo, moradia e alimentos. Estas famílias puderam enviar os (outros) filhos à universidade sem a necessidade de prestarem exame de seleção.

*Os beneficiários passaram a ter, portanto, total interesse na perpetuação do regime, e seriam capazes de defender a qualquer custo a permanência do poder nas mãos do clero khomeinista e dos intelectuais islâmicos que gravitavam em torno da mesma órbita: essas lideranças representavam os interesses da burguesia religiosa oriunda do bazar e que agora dominava a economia e comprava a paz social, combinando subsídios com puritanismo.*⁹⁹

Detalhes desta guerra ainda não foram suficientemente esclarecidos. O maior deles, possivelmente, é o que envolve a venda de armas americanas para o Irã, no que ficou conhecido como o escândalo Irã-Contras, ou *Irangate*. Desafiando o próprio embargo comercial criado pelos Estados Unidos, a CIA negociou secretamente a venda de armas com o Irã. Em troca, o governo de Khomeini intercederia pela libertação de reféns americanos no Líbano. Ronald Reagan disse que não sabia de nada e quem foi afastado foi um tenente-coronel, Oliver North.

O próprio cessar-fogo na guerra contra o Iraque não é ponto pacífico. E embora o Iraque não tenha admitido que tomou a iniciativa de pedir o cessar-fogo, ele ocorreu em 1988, deixando um saldo de mortos de mais de um milhão entre os dois lados.

⁹⁸ Neste período também, Mahmoud Ahmadinejad, o atual presidente, foi um oficial superior da Brigada Especial da Guarda Revolucionária.

⁹⁹ In: Gilles KEPEL, **Jihad – Expansão e Declínio do Islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 179-180.

Para os efeitos desta análise, cabe ainda destacar que a Revolução Islâmica do Irã, demonstrando que não pretendia significar um fato isolado no mundo, instituiu durante a guerra o “Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque”. Formado no Irã em 1982, por iraquianos solidários à revolução islâmica, este conselho influencia a população xiita neste delicado momento de transição política no Iraque.

5.8 Fatwa

Se a guerra Irã-Iraque uniu os iranianos em torno de um mesmo objetivo, no final dela, a Revolução precisava de um fato novo. Uma demonstração de força e um apelo à união em torno dos valores do Islã. E uma nova expressão começou a dominar a imprensa internacional: Fatwa. A “advertência”, emitida por um faqih, no caso, Khomeini, foi dada ao escritor anglo-indiano Salman Rushdie por blasfemar contra o Islã em seu livro *Versos Satânicos*. A fatwa, de fato, consistiu na condenação à morte ao escritor e pode ser executada por qualquer muçulmano. Rushdie ficou escondido, sob proteção do serviço secreto inglês, por quase 20 anos, pois mesmo depois da morte de Khomeini ela continuou valendo como um decreto inquestionável, pois emitido por um faqih.

Como a fatwa extendia-se a editores e tradutores, vários deles foram mortos em atentados. Até mesmo o dono de livraria, no Egito, que resolveu colocar o livro na vitrine foi morto.

Versos Satânicos trata com deboche crenças religiosas. Chama o profeta Muhammad de Mahound (demônio) e dá o nome das esposas do profeta para as personagens prostitutas livro.

Khomeini ordenou a *fatwa*, através das rádios de Teerã no dia 14 de fevereiro de 1989, proclamando os muçulmanos a executarem a sentença “para que ninguém mais se atreva a blasfemar sobre as santidades muçulmanas”.¹⁰⁰

¹⁰⁰ In: Hamid ANSARI, **Le Recit de L'Evel**, op. cit., p. 265.

Organizações islâmicas começaram a oferecer prêmio em dinheiro a quem cumprisse a fatwa, uma delas chegou a oferecer 2,8 milhões de dólares, recurso obtido através de doações em mesquitas.

O exemplo da fatwa nesta análise, além de servir para reforçar a força de Khomeini, funciona como exemplo de como o Ayatollah utilizava-se da imprensa para divulgar suas ações. Ações estas que não são contraditórias nem mesmo estranhas a quem tem contato com os livros e folhetos de divulgação do Islã. No trecho que segue, fica clara a idéia de liberdade e participação de cada muçulmano na ulemá, a comunidade islâmica mundial:

*O Islã fornece a liberdade de pensamento e de expressão a todos os cidadãos do Estado Islâmico, sob a condição de que deva ser usada para a propagação da virtude e da verdade e não para divulgar a maldade e a perversidade. O conceito islâmico de liberdade de expressão é bem superior aos conceitos prevalentes no Ocidente. Sob nenhuma circunstância o islã permite que a maldade e a perversidade sejam propagados. Ele também não dá o direito de usar linguagem abusiva ou ofensiva em nome do criticismo.*¹⁰¹

A fatwa nunca foi cumprida, não se sabe se por mérito da capacidade de se esconder de Rushdie ou se os muçulmanos preferiram ocupar-se com outras questões.

5.9 Teologia khomeinista

No panorama histórico que nos propusemos expor neste texto, convém levantar uma explicação de ordem religiosa, mas que diz respeito diretamente à estratégia

¹⁰¹ AL-KARADHAWI, Yossef. **O Lícito e o Ilícito no Islam**. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, 1991.

política do Ayatollah Khomeini. Como afirmamos no início do capítulo, desde os primórdios do islamismo os mullahs xiitas exerceram influência nos governos, como conselheiros, pelo entendimento de que religião e política eram indissociáveis. No entanto, com o desaparecimento do 12º Imã, Muhammad al-Mahdi, houve uma mudança de rumos em termos conceituais quanto ao papel dos religiosos na política.

Os xiitas fiéis ao Xiismo Duodécimo, entenderam que com o desaparecimento do 12º, houve uma interrupção na descendência legítima de Muhammad, e seria preciso esperar pela sua volta para que a continuidade da liderança islâmica se restabelecesse.

Ou seja, não havia mais sentido, desde então, que os religiosos interferissem na política porque o mundo, até a volta do 12º Imã, vive uma espécie de vácuo espiritual. Tanto assim que, mesmo frente à conduta do Shah Reza Pahlevi e sua Revolução Branca, o mais importante líder religioso de Qom, Mohammad Hussayn Borujerdi, proibiu a atividade política entre os estudantes. Khomeini respeitou esta decisão mantendo-se em silêncio, mas isto de forma parcial: ele de fato não fazia discursos falando contra o governo, no entanto, nos livros que escrevia, mesmo os técnicos, sobre jurisprudência islâmica, já defendia idéias de como deveria ser um governo islâmico. Com a morte de seus mestres, Khomeini passou a deixar explícitas suas idéias, em aulas e palestras para grandes platéias. Comportamento totalmente em desacordo com o que pensavam alguns ayatollahs importantes, como Kazem Shariatmadari, para quem o poder, do ponto de vista teológico, era considerado impuro até que o 12º Imã retornasse de seu esconderijo.

A conclusão a que chegamos, é que Khomeini parece ignorar também a frase atribuída a Muhammad, de que “O melhor dos homens é aquele que não gosta do poder”, e que, evidentemente, é contraditória também para o criador do islamismo.

O Ayatollah Khomeini construiu uma ideologia islâmica própria, idiossincrática até, que lhe legitimou a interferência na política, permitindo, assim, a edificação dos alicerces da revolução e a conseqüente chegada ao poder no Irã. Não chegou, com isto, a criar uma ramificação dentro do Xiismo Duodécimo, até porque abafou qualquer

tentativa de oposição interna, mandando para a prisão domiciliar vários ayatollahs que se opunham ao seu método para chegar ao poder. Um deles, o citado Ayatollah Shariatmadari, que em 1979 rejeitou a Constituição Islâmica que atribuía a Khomeini o poder do país, como guia supremo (faqih). Shariatmadari fica preso até sua morte, em 1986.

Mesmo sem fazer referência direta, Khomeini teve como modelo de inspiração para esta ideologia xiita, ou jurisprudência teológica, os textos de Ali Shariati (1933-1977). Doutor em sociologia pela Sorbonne, Shariati é considerado um dos mais influentes pensadores do Irã pré-revolucionário. Elogiado publicamente por Jean-Paul Sartre ("je n'ai aucune religion, mais si je devais choisir une, il serait celui de Shariati"¹⁰²), suas idéias tiveram e têm um impacto e uma popularidade que ainda se faz presente na sociedade iraniana. Escrevia num sofisticado estilo literário, abordando tanto questões filosóficas, religiosas, históricas, como sociais, sempre “com um olhar crítico e radical”¹⁰³. Acreditava que os grandes temas do pensamento ocidental podiam encontrar solução dentro de uma estrutura islâmica¹⁰⁴.

*O islamismo é a primeira escola de pensamento social que reconhece as massas como a base, o fator fundamental e consciente na determinação da história e da sociedade. (Ali Shariati)*¹⁰⁵

Por sua retórica xiita socialista, Shariati foi obrigado a exilar-se em Londres, onde veio a falecer, misteriosamente afirmam alguns autores, antes da Revolução que inspirou. Nos últimos tempos, ele chegou a acusar Khomeini de estar praticando um “xiismo safávida, que institucionalizaria o poder dos religiosos profissionais e

¹⁰² In: <http://www.shariati.com>

¹⁰³ In: Hamid ANSARI, **Le Recit de L'Evel**, op. cit., p. 118.

¹⁰⁴ Uma das inspirações teóricas de Shariati é o intelectual francês Frantz Fanon (Martinica, 1925-1961). Engajado, entre outras causas, na independência algeriana, escreveu dezenas de obras onde trata da psicopatologia da colonização. Influenciou movimentos de libertação nacional e intelectuais que pensam as relações Oriente-Occidente, como Edward Said.

¹⁰⁵ In: Matthew GORDON. **Khomeini - Os Grandes Líderes do Século XX**, op. cit, p. 79.

justificaria práticas populares tradicionais para assim submeter as massas àquele poder”¹⁰⁶.

Embora tendo seus métodos criticados, inclusive pelo mentor intelectual Shariati, é preciso reconhecer a astúcia e a capacidade estratégica de Khomeini para seduzir os iranianos, dos mais diferentes segmentos e grau de religiosidade, à urgência da Revolução.

O *Velayet-e faqih* foi o instrumento teórico utilizado por Khomeini nesta empreitada. Trata-se de um termo do direito muçulmano xiita, dentro do Xiismo Duodécimo, que significa “governo do erudito”. Khomeini realizou várias palestras com este conteúdo. Elas foram transcritas pelos seus alunos, publicadas em forma de livro originalmente em farsi, depois árabe, urdu, turco, francês e inglês. Nele, Khomeini defende que o muçulmano tem o dever de derrubar governos opressivos, combater a ocidentalização e a secularização. O modelo de governo, para Khomeini, é um governo tutelado por um jurista teólogo, que é ao mesmo tempo um sábio. Ora, quem mais além de Khomeini seria este governante?

O que gostaríamos de ressaltar é que a forma como Khomeini construiu a ideologia da Revolução, atrelando-a à própria razão de ser do islamismo, é inédita no mundo islâmico. Se compararmos com o Paquistão, que é uma República Islâmica estabelecida, veremos que a Constituição do país não está baseada na sharia como no Irã. A crença como “a volta do Imã Oculto”, que Khomeini interpretou diferentemente de outros ayatollahs, abre a Constituição iraniana. Esta crença, evidentemente, não aparece na lei paquistanesa e a de nenhum outro país muçulmano. Este aspecto do misticismo xiita é algo inaceitável para os sunitas e lança luzes para compreendermos o quão segmentado, complexo e até mesmo contraditório pode ser o universo islâmico.

A não percepção desta complexidade levou a CIA, que há anos acompanhava *in loco* a euforia pré-revolucionária, a não conseguir avaliar a extensão a que este estado

¹⁰⁶ In: Michael FISCHER, “Imã Khomeini: quatro níveis de compreensão (biografia, imagem, política, gnose)”. **Religião e Sociedade**, op. cit., p. 47.

de ânimo poderia levar. O componente religioso foi subestimado como combustível, tanto para disparar os acontecimentos, como, principalmente, para manter a revolução viva por mais de 20 anos. Erros de avaliação desta ordem repetiram-se na invasão do Afeganistão em 2002 e no Iraque de 2003. Os americanos, principalmente em relação ao Iraque, até agora não conseguem entender que existem diferenças históricas, de gênese, entre sunitas e xiitas e que isto foge ao controle de qualquer exército de ocupação.

5. 10 A revolução segue seu curso

Atualmente, janeiro de 2007, a Revolução segue seu rumo. Durante oito anos o moderado, o *hodjatoleslam* Muhammad Khatami, esteve à frente da presidência. Foi eleito em 1997 e reeleito em 2002 com mais de 80% dos votos. Neste período, houve um arrefecimento quanto à censura no âmbito cultural (cinema), não observado, no entanto, quanto à imprensa (jornais). No período Khatami, as mulheres já podiam mostrar o cabelos nas ruas (mesmo ainda sem poder tirar o véu) que não eram presas. Politicamente, Khatami ensaiou aproximações diplomáticas com os Estados Unidos, mas qualquer mudança de rumo mais significativa esbarrava na autoridade superior, o líder espiritual que sucedeu Khomeini, Ali Khamenei

Entre as formas de manutenção do espírito revolucionário, o cinema tem papel de destaque. Incentivada por Khomeini, a produção cinematográfica teve seu organismo de fomento com a criação da Fundação Farabi¹⁰⁷, que subvenciona e distribui os filmes, tanto no Irã como no exterior. Com uma média de 70 filmes por ano, a maior parte deles, direta ou indiretamente, repercute em sua temática e abordagem os valores da Revolução. Os que fogem de um código estrito de regras, são censurados e/ou têm a exibição proibida.

¹⁰⁷ A Farabi foi criada pelo ex-presidente Mohammad Khatami em 1983, quando era ministro da cultura, sob os auspícios de Khomeini.

O programa nuclear iraniano é outro item que pode ser considerado pela perspectiva da manutenção da Revolução. É com ele que o Irã impõe seu papel estratégia nas relações do Oriente Médio e é com ele que o presidente Mahmoud Ahmadinejad alimenta o sentimento nacionalista, sem o qual a Revolução já teria naufragado.

Ahmadinejad é um político radical, com um discurso com nuances messiânicas que assusta parte de seus interlocutores estrangeiros e mostra o oposto à conduta conciliadora e moderada do ex-presidente Mohammad Khatami.

Nascido em 1956, filho de um operário, Ahmadinejad consegue frequentar a universidade, tendo se formado engenheiro em 1976 e, mais tarde, conclui doutorado em engenharia de tráfego. Participa ativamente do processo revolucionário como líder de movimentos estudantis (teria sido um dos estudantes que tomaram de assalto a embaixada americana em Teerã, fato negado em sua biografia oficial) e em 1985 luta na guerra contra o Iraque. Voltando-se para a política de cargos, elege-se prefeito da cidade de Maku, fronteira com a Turquia, governador da província de Ardebil e prefeito de Teerã. Em suas campanhas, pregava a construção de uma sociedade voltada aos valores do islã, o combate à corrupção e promoção da geração de empregos para os jovens. Depois da prefeitura de Teerã, Ahmadinejad disputa a eleição presidencial de 2005 com ninguém menos do que hodjatoleslam¹⁰⁸ Ali Rafsanjani, o homem mais rico do Irã, presidente do país de 1989 a 1997.

Sem gastar dinheiro na campanha, Ahmadinejad seduziu seus eleitores prometendo lutar pelos princípios da revolução islâmica, que inclui a luta contra o imperialismo norte-americano. Desde que tomou posse, com o apoio de boa parte dos estudantes que votavam em Khatami, mas que esperavam por mais mudanças, e com um discurso de cunho nacionalista, Ahmadinejad centra sua política em defesa do uso da energia atômica. Alvo de intermitentes ameaças de bloqueio e sanções econômicas

¹⁰⁸ Na hierarquia do clero xiita, um posto abaixo de ayatollah.

por parte da ONU, o novo presidente insiste que não pretende usar a energia para fins bélicos, mas que o Irã tem o direito inalienável à pesquisa atômica.

E demonstrando como a Guarda Revolucionária criada por Khomeini permanece com plenos poderes na área militar, no dia 21 de janeiro de 2007, a TV estatal iraniana noticiou que a elite da Guarda Revolucionária planeja iniciar três dias de manobras com mísseis neste domingo dia 21, em uma região próxima da cidade de Garmsar.¹⁰⁹

Assim que assumiu, Ahmadinejad também deixou claro sua posição quanto a Israel: este país representa um inimigo e precisa ser combatido. A frase que desencadeou a ira dos judeus foi a de que o Holocausto “não passou de um mito histórico”.

Quanto à vigilância na área do comportamento, nota-se um retrocesso à tolerância praticada por seu antecessor. Enquanto nos dois períodos de Khatami observava-se uma lenta mas gradual liberdade nos usos e costumes, agora há um recrudescimento. A Guarda Revolucionária volta à carga parando casais nas ruas para se certificar de que são parentes (ou marido e mulher) e as mulheres, que aos poucos deixavam os cabelos mais à mostra, mesmo cobrindo-se com o véu, passam a ter restrições neste sentido. Embora Ahmadinejad não pertença ao clero, é um fervoroso guardião das decisões de 1983 quando o Ayatollah Khomeini instituiu o uso do *hejab* em locais públicos, bem como o *shador* como obrigatório por professoras, estudantes e funcionárias públicas.

¹⁰⁹ In: <http://www.iranntv.com/> Este específico teste com mísseis é o primeiro realizado no Irã desde o anúncio das sanções pelo Comitê de Segurança da ONU. As sanções proíbem a venda de materiais e tecnologia que possam ser usados no programa nuclear e nos programas de mísseis iranianos.

6 - A IMAGEM

Vivemos na civilização da imagem. Para Boris Kossoy, esta civilização surgiu no momento em que a litografia, ao reproduzir em série as pinturas dos artistas do Oitocentos, inaugura o “fenômeno do consumo da imagem enquanto produto estético de interesse artístico e documental. (...) O conhecimento visual do mundo através de imagens se torna moda, particularmente após as primeiras décadas do advento da fotografia.”¹¹⁰ Diríamos que, daí até o advento do fenômeno dos *reality shows* na televisão, foi um passo. A humanidade está irremediavelmente absorva na sua própria imagem.

No âmbito das religiões, podemos notar que, mesmo no cristianismo e no judaísmo, a questão da imagem é complexa.

No Antigo Testamento, Êxodo 20:4, Deus proíbe a produção de imagens: “Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra”. O contexto desta proibição vem do fato de que os judeus, vivendo entre os egípcios após o êxodo, estavam influenciados pelo comportamento idólatra. Para os cristãos, a proibição da imagem existiu até o Segundo Concílio de Nicéia (787d.C.), quando foi declarada a legitimidade da veneração de imagens desde a cruz, às imagens da Virgem Maria, dos anjos e dos santos, tanto nas igrejas como nas casas. No Novo Testamento não há proibição à produção de imagem, mas à idolatria, ou seja, à imagem que representa uma divindade e que é adorada como se fosse a própria divindade.

Enquanto nos países cristãos somos inundados por figuras de Jesus Cristo pregado na cruz, por milhares de santos e até por representações de Deus com longas

¹¹⁰ In: Boris KOSSOY, **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 134.

barbas brancas e corpo robusto (a clássica *A Criação de Adão*, de Michelangelo), no Oriente islâmico o que impera são as palavras. Não há fotos no Corão, nem representações humanas nas mesquitas. E, salvo manifestações não-islâmicas, a figura de Alah nunca é representada.

No Corão, não há a proibição explícita à reprodução da imagem. Conforme Alain Besançon, em *A imagem Proibida*, há apenas um *hadith* (ditos e feitos de Maomé) que põe na boca do Profeta Maomé estas palavras: “Os anjos não entrarão numa morada onde exista qualquer tipo de imagem.”¹¹¹ Mas Besançon lembra que há várias passagens no Corão quanto à objeção à idolatria, onde a imagem tornou-se inconcebível por causa da noção metafísica de Deus.

*Basta o ato de submissão (islam) a esse deus para fazer com que a associação (shirk) dele a qualquer conceito exterior à sua essência, a qualquer pessoa (como entre os cristãos) e, com mais forte razão, a qualquer matéria, seja vista com horror como uma agressão à unidade, como um retorno ao politeísmo.*¹¹²

Besançon afirma ainda que é a própria idéia de Deus que afasta uma representação dele, idéia contida na sura (ou surata, o mesmo que capítulo) CVII: “Ele, Deus, é Uno! (...)/ Ele não engendra/ Ele não é engendrado/ninguém é igual a Ele!”¹¹³

Para o muçulmano, é simplesmente impossível representar Deus. Se ele não tem forma, então não pode ter imagem. Imagem, somente da palavra escrita, por isto certamente a arte da caligrafia se desenvolveu tanto no mundo muçulmano.

¹¹¹ In: Alain BESANÇON, **A imagem proibida - uma história intelectual da iconoclastia**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 131.

¹¹² Ibid, p. 130.

¹¹³ Ibid. Chamamos a atenção para o fato de que há outras traduções desta sura e de resto de todo Corão. Ela aparece como sendo a sura 112, com este texto: “Ele é Allah, Único (...)/Não gerou e não foi gerado./E não há ninguém igual a Ele.” In: *Tradução do Sentido Nobre do Corão para a Língua Portuguesa*, p. 1059. Cabe notar também que esta recente tradução do Corão, publicada com o patrocínio do Rei Fahd, da Arábia Saudita, é assinada pelo Dr. Helmi Nasr, professor de Estudos Árabes e Islâmicos da USP. A publicação não leva o nome de “Corão”, mas “Tradução do Sentido Nobre do Corão”, visto que a ortodoxia islâmica só considera como Corão o original em árabe, pois teria sido nesta língua que o texto sagrado foi ditado pelo anjo Gabriel ao Profeta Maomé. A idéia é que a expressão divina é imutável.

Na história islâmica, esta discussão nasce quando Meca foi conquistada pelos muçulmanos: Maomé comandou a destruição de todos os ídolos que os árabes pagãos haviam erigido na praça da Caaba e só então o profeta entrou no santuário. Nas **paredes** do santuário havia muitas pinturas e Maomé teria ordenado que todas fossem retiradas, exceto a que representava Maria e Jesus.

Para Titus Burckhardt, em *A Arte Sagrada no Oriente e no Ocidente*, no contexto da imagem na arte muçulmana a discussão concentra-se na questão da Unidade, que em si mesma é eminentemente concreta, contudo apresenta-se ao espírito humano como uma idéia abstrata. Este fato, somado a determinados fatores da mentalidade semítica, explicaria o caráter abstrato da arte muçulmana. “O Islã é centrado na Unidade, e a Unidade não pode ser expressa por imagem alguma.”¹¹⁴

A proibição das imagens no Islã não seria, entretanto, absoluta. A arte islâmica, inclusive, desenvolveu-se através, principalmente, da caligrafia, e miniaturas mostrando animais e plantas eram muito comuns. Uma imagem plana seria tolerada na arte profana, desde que não representasse Deus, nem Muhammad. Até aí parece que todos estão de acordo. A controvérsia surge quando grupos de diversas escolas do pensamento islâmico interpretam versículos do Corão a sua maneira.

6.1 - O Poder da imagem

Xiitas e sunitas, sabemos, aceitam diferentes coleções de *hadiths* (ou, para sermos mais precisos, *ahádith*, no plural) como genuínas, resultando daí posicionamentos diferentes.¹¹⁵

Em *L'Image et l'Islam*, Mohamed Aziza lembra: “No paraíso, existe uma loja onde vendem-se imagens”¹¹⁶, por paradoxal que seja, este é um *hadith* do profeta, mas

¹¹⁴ In: Titus BURCKHARDT, *A Arte Sagrada no Oriente e no Ocidente – Princípios e Métodos*. São Paulo: Attar Editorial, 2004.p. 161.

¹¹⁵ Os quatro principais compiladores de *hadiths* são Sahih Bukhari, Sahih Muslim, Sunan Abu-Dawud e Malik's Muwatta. A University of Southern Califórnia é uma das instituições cujos departamentos dedicados ao estudo do islã disponibiliza na Internet estas compilações.

que bem demonstra que o Islam admite uma diversidade tal de conceitos, máximas, proibições que encontram, dentro do próprio islam, suas contradições.

No Irã, em lares que seguem estritamente a religião, não há fotos da família em porta-retratos, ou nas paredes. Já se pegarmos um exemplo de uma família sunita, que também segue os preceitos quanto à imagem, veremos que eles não colocam as fotos na sala, mas se formos ao quarto do casal, por exemplo, podemos encontrar fotos da família e a argumentação de que se trata do espaço menos público da casa. Não há norma no Corão que estabeleça esta distinção, mas por tradição (com base em *hadith*) tal comportamento é seguido. Poderíamos dizer, sem desassociar o conceito de *hadith* como uma tradição, que se trata de uma “tradição inventada”. No texto introdutório para o livro *A Invenção das Tradições*, o historiador Eric Hobsbawn desenvolve este conceito:

*Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.*¹¹⁷

Assim, na sociedade islâmica a representação de figuras humanas é vista sob suspeição por conta da tradição, com referência ou não na norma religiosa, mas o fato é que o iraniano que tem acesso ao cinema e à televisão, mesmo com conteúdo censurado pelo Estado teocrático, está sujeito ao poder das imagens. E está tão contaminado pelas imagens quanto um ocidental de um país laico qualquer. Em seu *La Mentira Social*, Ignacio Gómez de Liaño diz que a informação visual assaltou o coração das massas e minorias e irrompeu nos seus centros cognitivos e práticos por uma via direta.

¹¹⁶ In: Mohamed AZIZA, *L’Image et l’Islam*. Paris: Albin Michel, 1978, p. 7.

¹¹⁷ In: Eric HOBSEBAWN & Terence RANGER (org), *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

*Um dos efeitos mais sérios do cinema, da televisão – e da informação visual em geral – consistiu em alterar radicalmente as relações do homem com seu meio, perturbando o sistema de condicionamentos recíprocos de ambos, isto é, do indivíduo e seu entorno vital.*¹¹⁸

Mesmo que surgido séculos adiante do Corão, o cinema sempre teve esse “defeito de origem”, de não poder se dissociar da imagem, e sem dúvida é transgressor no universo islâmico ortodoxo. Mullhás fanáticos, por exemplo, logo no início do cinema no Irã, nos idos do século passado, argumentavam com preceitos da teologia islâmica, que considera inaceitável, além da idolatria, que se simule qualquer ato relativo ao que o próprio Deus criou. A imagem fílmica, então, essência da essência da simulação, seria blasfêmia.

Também é prudente considerar que se a interdição procede quanto à imagem divina, a proibição da imagem do homem seria uma mistificação do mundo islâmico. De fato, Allah e o profeta Muhammad não podem e não são representados, mas imagens “islamicamente corretas” são aceitas. E este é o ponto: o cinema deve ser encarado no contexto iraniano não tanto pela premissa da imagem, mas pelo que pode representar de perigo para a disseminação de valores contrários ao islã. O Ayatollah Khomeini, por sinal, ignorou esta discussão filosófica sobre interdito da imagem. Aparecia na TV diariamente e um dos recursos de destaque no Complexo Iman Khomeini, em Teerã, é o Museu da Imagem, que conta a história da Revolução, justamente através da imagem.

E vale lembrar que quando Khomeini ainda estava vivo foi criada a Fundação Farabi de Cinema, sendo que o motivo fundamental para o forte incentivo à produção nacional foi a política do governo de combate à entrada dos filmes americanos no Irã e a toda produção de conteúdo islamicamente incorreto. E, ainda, há uma questão fortemente cultural aí: mesmo convivendo com este problema dialético quanto à imagem, o cinema se desenvolveu no Irã tanto quanto em países como Egito e Índia. Nestes países, a adesão à hegemonia dos Estados Unidos e Europa não aconteceu, pois

¹¹⁸ In: Ignacio Gómez de LIAÑO, **La Mentira Social – Imágenes, Mitos y Conducta**. Madrid: Tecnos, 1989, p. 193

certos códigos de comportamento simplesmente não eram compreendidos. Então, para consumo local, era preciso produzir obras locais.

É preciso admitir, no entanto, que embora a produção cinematográfica no Irã alcance números significativos (média de 70 filmes por ano), a produção televisiva é pequena e limita-se a poucos canais.

Naturalmente, a difusão das antenas parabólicas é um apelo que os governos de países muçulmanos tentam interceptar, pois com elas vem a difusão de conteúdo simbólico do Ocidente, impregnado de valores anti-islâmicos. São as antenas “paradiaboliques”¹¹⁹. Jean-François Clément chama a atenção para o uso deste termo, empregado em países islâmicos que controlam a entrada de programação estrangeira e proíbem a instalação das antenas nas residências. Clément observa que ao mesmo tempo em que as parabólicas são associadas ao demônio, a partícula “para” tem o duplo sentido de significar “oposição”. Seriam, então, antenas contra o diabo. Na extensão deste insight, o autor quer trazer ao debate a própria contradição do interdito à imagem no mundo muçulmano: “(...) se o islã condena realmente a imagem, não haveria mais um só muçulmano sobre a terra há muito tempo, pois o desenvolvimento das imagens seria o critério mais rigoroso de desislamização, critério que permanece quantificável.”¹²⁰

Com esta contradição, queremos sublinhar que a questão da imagem no islã deve ser relativizada quanto a um possível caráter de interdito. O que o islã condena é a representação de Deus, em função de sua essência metafísica, e a idolatria. No entanto, como iremos observar na interpretação dos cartazes da Revolução Islâmica do Irã, se considerarmos que o termo idolatria é composto por *eidolon* (imagem) + *latreia* (culto), veremos que os cartazes da revolução não escapam a esta conotação. Mais do que isto, representam um elemento a somar na enorme complexidade que é o universo religioso islâmico xiita.

¹¹⁹ No original em francês. “L’Image dans le monde arabe: Interdit et possibilités”. In: Gilbert BEAUGÉ e Jean-François CLÉMENT. **L’Image Dans le Monde Arabe**. Paris: CNRS Éditions, 1995, p. 11.

¹²⁰ Ibid, p. 11.

A título de encerramento, cabe ressaltar que a enorme diversidade geográfica e cultural do mundo muçulmano estabelece distintos níveis de compreensão e rigidez sobre os padrões de comportamento dos fiéis. Em sociedades onde o islã é minoria, como na Índia, por exemplo, o contato do dia-a-dia acaba "contaminando" o lado mais fraco, as outras minorias religiosas.

Na Índia o Hinduísmo, com os seus milhares de deuses, acabou gerando uma estrutura industrial tão imensa de produção e venda de imagens, que tornou disponível no mercado indiano e países vizinhos, as imagens proibidas de qualquer religião lá existente. Entre as imagens, podemos citar às do Profeta Muhammad (totalmente proibidas pela tradição islâmica), conforme afirma a professora Ingvild flaskerud da Universidade de Tromso, Noruega.¹²¹

Num outro trabalho de pesquisa denominado "Cartazes devocionais Muçulmanos", de outra acadêmica norueguesa, Siv Ellen Kraft, da Universidade de Bergen, mostra a profusão de imagens religiosas disponíveis no comércio da Índia e exhibe inclusive os catálogos no site dedicado à pesquisa¹²².

Por uma questão de respeito às tradições islâmicas não colocaremos no corpo do trabalho essas imagens.

¹²¹ Mais detalhes *in*: <http://uit.no/religion/1915/2?SubjectId=1&From=0>

¹²² O catálogo pode ser conferido no site <http://www.hf.uib.no/i/religion/popularikonografi/>

A seguir, a análise de conteúdo da amostra de 11 cartazes a partir das categorias predefinidas.

Figura nº 1

Este cartaz, como podemos observar, não possui nenhum tipo de texto. A imagem que domina dois terços da área impressa é a do Ayatollah Khomeini. Através de cores pastéis é criado um sentido de transcendência luminosa, que integrada à paisagem celestial demonstram a sacralidade do personagem.

O olhar de Khomeini está voltado para a esquerda, em direção à Meca. A base do cartaz tem como ponto de fuga o amuleto¹²³ denominado "mão de Fátima"¹²⁴, que posicionada na mesma linha que o personagem, indica a estrutura fundante do xiismo. Esta, por sua vez, é multiplicada e vai se sobrepondo a toda à comunidade islâmica (ummah) e por extensão a todo o planeta.

A relação estabelecida, simbolicamente, entre os cinco dedos significando, então, as bases do xiismo (Muhammad, Fátima, Ali, Hassan e Hussein) e as cinco bases da Lei Muçulmana denominada de pilares do Islã (shahada, salat, zakat, sawn e hajj), mostram a unicidade do pensamento de Khomeini como uma visão integradora do Islam.

O cartaz referido, embora extremamente simples é uma amostra da amplitude de possibilidades e diferenças, muitas delas irreconciliáveis, entre as diversas correntes do Islã. Aspectos culturais, tradições, língua, etc., possibilitam cenários muitas vezes completamente opostos em termos de aspectos da crença e das práticas rituais. Desta maneira é possível conviver com uma pluralidade de nuances da mesma religião.

¹²³ Deve-se referir a proibição expressa do Islã, relativamente aos amuletos, magia, superstições e mitos. Tais práticas são consideradas formas de politeísmo. São inúmeros os relatos da tradição do Profeta Muhammad (hadith) que referem: "Invocações, amuletos e encantos são politeísmo", "Aquele que usa amuletos é um politeísta" – relatados por Ahmad e Al-Hákim in: AL KARADHAWI, Yossef. **O Lícito e o Ilícito no Islam**. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina. p. 370-371.

¹²⁴ A Mão de Fátima (filha mais nova do Profeta Muhammad) é um antigo amuleto apotropaico (que tem o poder de afastar influências maléficas, também chamadas de olho do diabo, ou olho grande) muito comum no Oriente Médio, onde é denominado em árabe *hamsa* ou *khamisa* (cinco), da mesma forma que entre os judeus sefaraditas que a denominam em hebraico de *hamesh* ou *Mão de Miriam* (irmã mais velha do Profeta Moisés e de Arão??) onde representa os cinco níveis da alma, o órgão/canal através do qual uma pessoa abençoa outra, simbolizando, portanto, bênçãos e proteção. Outras fontes judaicas relacionam os cinco dedos com os cinco livros que compõem a Torah.

Da mesma forma que o Profeta Muhammad manteve certas tradições pré-islâmicas muito antigas e muito arraigadas ao imaginário tribal da época, Khomeini, por ser xiita e por ter adotado uma linha e um discurso popular não interfere neste processo.

Cartaz nº 2

O conjunto da imagem remete a um contexto de sofrimento, de separação, uma despedida com caráter de “para sempre”. Isto constitui a base do chamado paradigma de Hussein, ou de Karbala, ou da Ashoura¹²⁵, onde são lembrados e vivenciados, de maneira dramática, no décimo dia do mês de Muharram, as ações, sofrimento e martírio de Hussein e sua família. Um dos grandes slogans da Revolução Islâmica, relacionados, foi: “Todo dia é Ashoura, todo lugar é Karbala”. Além disso, o Ayatollah Khomeini fez uma proclamação definindo o mês dos acontecimentos como o de maior heroísmo épico e sacrifício-próprio.

Os meninos que aparecem no cartaz, um mais alto e provavelmente mais velho, veste roupas verdes militares, usa uma bandana¹²⁶ com os dizeres “Allah Akbar”. É um combatente. Deve ser um membro dos *baseej*¹²⁷ (mobilizado) e ter sido convocado recentemente para a frente de batalha da Guerra Irã-Iraque. Lá será integrado aos grupos de ataque de mártires denominados “ondas humanas”. Tais grupos eram utilizados para explodir com o próprio corpo as minas enterradas na região de Basra pelos soldados iraquianos. Também eram utilizados como “bucha de canhão” (grupo da linha de frente nos ataques). Mas o cartaz é incisivo: o sacrifício não será em vão.

O acompanhamento e a proteção de Khomeini, pairando ao fundo, mas dominando praticamente todos os espaços do cartaz, é explícito: “Estou olhando, estou amparando, estou protegendo”. O cartaz, ironicamente, foi produzido para a comemoração do dia universal da criança, segundo Chelkowski e Dabashi.¹²⁸

¹²⁵ Paradigma de Karbala – expressão criada por Michael Fischer, professor de antropologia do MIT em 1980.

¹²⁶ As bandanas traziam usualmente três tipos de dizeres: “Deus é o Maior”, “Vingança pelo sangue de Hussein” ou “Ao seu serviço, ó Khomeini”.

¹²⁷ Baseej, Basij, Bajlis ou Baseej-e Mostazafan. A partir da Guerra Irã-Iraque é formado um grupo de voluntários, devotos, jovens e pobres, cujas características principais requeridas eram a lealdade e dedicação ao líder Khomeini, não ter medo da morte e a visão do martírio como uma benção.

Para KHOSROKHAVAR há três tipos de integrantes: Em primeiro lugar, os *martiropatas*, cuja visão pessimista dos resultados da revolução os levam a um processo de glorificação da morte. O segundo grupo vê a guerra como um rito de passagem para a autonomia e a fase adulta. O último e maior grupo seria formado por simples oportunistas que viam uma possibilidade de ascensão e reconhecimento social, tanto para si como para as famílias.

Para maiores detalhes ver Farhad. KHOSROKHAVAR, **Le modele bassidji. Culture et Conflits**, 2002. Disponível em: <http://www.conflits.org/document465.html>

¹²⁸ CHEHELKOWSKI, P. e H. DABASHI. **Staging a Revolution: The Art of Persuasion in the Islamic Republic of Iran**. New York: New York University Press, 1999, p. 163.

Cartaz nº 3

O cartaz apresenta o Ayatollah Khomeini trazendo na mão esquerda, junto ao coração, o sagrado Corão. Com a direita ele saúda a multidão que o cerca completamente. O grupo de pessoas representa, pelas fisionomias e formas de trajar, praticamente todos os tipos de etnias e diversas profissões encontradas no Irã. Khomeini se destaca através de vários fatores. Em primeiro lugar, pela altura, que sobressai de todos os outros.¹²⁹

Observa-se, a seguir, um facho de luz, proveniente de algum lugar do céu, que ilumina diretamente o seu rosto e com isto faz resplandecer os rostos da multidão que, exultante, o apóia e o admira. Além de nuvens, o céu exhibe figuras angelicais¹³⁰, algumas difusas, outra tocando uma espécie de oboé, uma última, sem rosto, de vestimenta azul, flutua permanecendo na direção do facho, como que guiando as atividades de Khomeini. Todas as atenções estão voltadas para o Imã.

A metáfora parece clara: Khomeini é o líder da Revolução e permanece no centro dela, apoiado pela luz divina, pelos anjos e pelos iranianos de todos os matizes. Ele mantém a coesão das massas através da sua capacidade e carisma, estabelecendo unidade, identidade e propósitos.

Um hadith, relatado por Muslim, descreve um dito do Profeta que ilustra bem a imagem do cartaz: "Todas as vezes que um grupo de pessoas se reunir em uma das casas de Deus (referindo-se às mesquitas), para recitar o Livro de Deus (o Alcorão Sagrado) e estudá-lo, a serenidade e a tranqüilidade Divina os cobre, a Misericórdia de Deus os

¹²⁹ O mesmo critério de altura é observável nos cartazes que retratam Mão Tse Tung, Hitler e Stalin nas suas respectivas revoluções. A prática de representar o rei ou o líder como a figura mais alta de uma imagem começa com os egípcios. Para mais detalhes ver Ernst H. GOMBRICH. **História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

¹³⁰ Anjos – A relação do Islam com os Anjos é muito forte e muito antiga. O Corão cita além dos Anjos, a existência de gênios (djinnns) que segundo Jomier são "espécies de seres próximos aos espíritos que estão organizados em comunidades e entre os quais há também muçulmanos e incrédulos". Na verdade o Islam começa através da relação do Anjo Gabriel (Jibril) com o Profeta Muhammad. "Da mesma forma todos crêem na existência dos dois anjos da guarda que o homem tem sempre consigo para anotar seus atos; ele o saúda à sua direita e à sua esquerda no fim de cada oração ritual. O céu e o inferno também são lugares onde vivem os anjos, encarregados do louvor ou das vinganças de Deus. Esta fé foi muitas vezes amalgamada com vestígios de crenças pré-islâmicas. Um certo número de noções de angelologia intervêm na fabricação de talismãs, nas operações de curas, etc." JOMIER, Jacques. **Islamismo – História e Doutrina**. Petrópolis: Vozes, 1993. pp74

envolve e os Anjos os cercam, e Deus os menciona junto aos que estão perto dele (os Anjos prediletos)." ¹³¹

¹³¹ Citado em http://www.islam.org.br/o_que_e_uma_mesquita.htm

Cartaz n° 4

Este cartaz é um dos primeiros criados pela Revolução. É um período de definições, de buscas, de formação de um processo identitário mínimo. Face à extrema diversidade dos grupos que compunham a mobilização, o artista procurou dar um caráter genérico à imagem.

Através da simplicidade das linhas da construção, observa-se o sentido de mobilização geral, unificado a partir do uso da mesma cor (vermelha) aplicada à toda massa. A cor vermelha, tradicionalmente associada ao ímpeto, à luta, aos processos revolucionários¹³², possui um sentido no universo islâmico e especificamente no xiita, relacionado ao sacrifício¹³³, ao sangue¹³⁴ dos mártires e por consequência, aos 12 Imãs.¹³⁵ Mas a importância maior atribuída é ao sangue derramado por Hussein na tragédia de Karbala.¹³⁶

Ao centro do cartaz, temos a imagem do Ayatollah Khomeini que é amparada pelo povo, mas ao mesmo tempo, engendrada por ela e por consequência pelo seu

¹³² In: Bronislaw BACZKO. **Los imaginários sociales – Memórias y esperanzas colectivas**, op cit. p 42.

¹³³ Citado por CHEHELKOWSKI, P. e H. DABASHI. **Staging a Revolution: The Art of Persuasion in the Islamic Republic of Iran**, op. cit., 38

¹³⁴ A representação do sangue nos instrumentos de propaganda política ocidental não é habitual. Os motivos, quando a dramaticidade o exige, são referências às expressões de desespero e choro, mutilações, corpos sem vida ou tumbas. Um dos raros exemplos é o quadro de Faith Ringold, *The Flag is Bleeding*, de 1967, citado por Toby CLARK in: **Arte y Propaganda en el siglo XX**. Madrid: Akal, 2000, p 131, disponível em <http://www.faithringgold.com/ringgold/d72.htm>

¹³⁵ "Os doze imans são os únicos intérpretes autorizados do Corão e da Sunnah", segundo a estrutura do código religioso e da inspiração espiritual dos xiitas. Segundo JAFRI, Syed Husain M: " Como os filhos homens do Profeia morreram na infância, esses Imans se originaram de sua filha Fátima, cujo marido Ali ibn Abi Talib, primo e discípulo do Profeta, é o primeiro Iman. Al-Hassan e Al-Hussein, filhos de Fátima e Ali, que o Profeta, criou com afeição e amor fervoroso, são tidos como o segundo e terceiros Imans, respectivamente. Após Al-Hussein, de acordo com os xiitas duodecimalistas, o Imanato permaneceu em seus descendentes até chegar ao décimo segundo Iman, Muhammad al-Mahdi, que por ordem de Deus, ocultou-se para continuar conduzindo os crentes até o dia da Ressurreição. in: *Xiismo Duodecimalista de* . pp.118e 119. Islã – O credo é a Conduta. Bartholo Jr e Campos, Arminda Eugenia(orgs) Rio de Janeiro: ISER e Imago. 1990.

¹³⁶ O Episódio de Karbala é a mais importante afirmação do credo xiita do ponto de vista devocional, e é representado na forma de peça teatral (a apresentação dura uma semana), onde se observa um verdadeiro processo catártico da população, sendo que as manifestações explícitas de auto-flagelação e de vestes e cabeças sangrando são comuns e amplamente exploradas pela mídia ocidental. Para uma compreensão total do processo, ver Charles VIROLLEAUD, **Le Theatre Persan ou Le Drame de Kerbéla**. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1950.

pensamento, pois o movimento da massa parte do interior da figura do Imã. Khomeini é apresentado de forma muito austera, com olhos fixos no observador, quase de forma desafiadora.

Os motivos geométricos que emolduram o líder remetem à tradição clássica islâmica, profundamente ligada aos aspectos simbólicos e filosóficos do misticismo xiita.¹³⁷

Em resumo, o cartaz é um convite e uma convocação: Por tudo, alie-se a nós!

¹³⁷ Sobre os aspectos filosóficos da simbologia islâmica, ver: Titus BURCKHARDT. **A Arte Sagrada no Oriente e no Ocidente**. São Paulo: Attar, 2004, p.161-186, e Sylvia Virgínia Andrade LEITE. **O Simbolismo dos Padrões Geométricos da Arte Islâmica**. (dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH, USP. 2004. Sobre os aspectos ornamentais e gráficos, ver Kaplan. Craig S. **Computer Graphics and Geometric Ornamental Design** PhD thesis, University of Washington, 2002. especialmente o capítulo 3 (Islamic Star Patterns) disponível em : http://www.cgl.uwaterloo.ca/~csk/phd/kaplan_diss_starpatterns_print.pdf

Cartaz nº 5

Este cartaz é a aplicação de uma antiga forma tradicional de pintura, normalmente associada às duas áreas da maior importância para o universo persa até os dias de hoje, que são a poesia e a literatura. Esta técnica é a chamada miniatura persa¹³⁸, que esteve sempre relacionada à ilustração de manuscritos e livros. Daí suas dimensões reduzidas, sua linguagem visual épica e poética e o seu perfeito equilíbrio relativo ao conjunto com o eventual texto.

A imagem mostra vários momentos simultâneos. Inicialmente vemos o Ayatollah Khomeini protegido por um anjo, segurando o Corão com a mão direita. Com a esquerda ele aponta para o provável destino do Shah Reza Pahlevi (a tortura no inferno). Khomeini tem aos seus pés, tal qual Moisés, a figura da serpente/dragão¹³⁹ que

¹³⁸ A técnica da miniatura persa é muito antiga e passou por inúmeras fases e influências. A partir do estabelecimento de relações comerciais da então Pérsia com a China, através da Silk Road, os mercadores persas além de levarem o Islã consigo, trouxeram inúmeras novidades estéticas que fascinaram os persas, como os temas das nuvens sobrepostas, dragões, grandes olhos, etc. A partir do século XIII, com a invasão Mongol, a Pérsia recebeu durante os três séculos seguintes artistas e artesãos que influenciaram e influenciam, até hoje, os padrões de execução das miniaturas. Exemplos de manuscritos magníficos incluem as grandes obras de Ferdowsi (séc X), criador do épico Shahname (O livro dos Reis), Nizami (séc XII), poeta do clássico “Khamsah”, Saadi, o famoso criador de “Bustan” e “Golestan”, o poeta Rumi, etc.

¹³⁹ A imagem da serpente/dragão está representada no **Velho Testamento** em três situações: Apocalipse 20:2: "Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos".; **Apocalipse 12:9**: "E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a terra, e, com ele, os seus anjos"; **Salmo 91: 11**: "Jamais te atingirá desgraça alguma, nem chegará o mal, à tua casa. Pois a seus anjos Deus ordenará em teus caminhos todos te guardarem. Nas suas próprias mãos hão de levar-te para que em pedra alguma tu tropeces. Sobre a serpente e a víbora andarás, o leão e o dragão hás de esmagar. " No **Corão** a serpente/dragão está representada na **Surata 27:10**: “Arroja o teu cajado! E ao fazer isso, viu-o agitar-se, como se fosse uma serpente; voltou-se em fuga, sem se virar. (Foi-lhe dito): Ó Moisés! Não temas, porque os mensageiros não devem temer a Minha presença”. E na **Surata 28 31**: Arroja teu cajado! E quando o viu agitar-se como uma serpente, virou-se em fuga, sem se voltar. (Foi-lhe dito): Ó Moisés, aproxima-te e não temas, porque és um dos que estão a salvo.

وَأَلْقِ عَصَاكَ فَلَمَّا رَءَاهَا تَهْتَزُّ كَأَنَّهَا جَانٌّ وَلَّى مُدْبِرًا وَلَمْ يُعَقِّبْ يَمُوسَى
لَا تَخَفْ إِنِّي لَا يَخَافُ لَدَى الْمُرْسَلِينَ ﴿١٠﴾

ataca e lança fogo contra o Shah. Este, por sua vez, caído, tendo ao lado a coroa real e a espada partidas ao meio, tenta se proteger com a aba da casaca do tio Sam, que veste uma camisa com a insígnia britânica, uma cartola na cor azul claro¹⁴⁰ e a estrela de David.¹⁴¹

Na versão do cartaz apresentado aqui, foram acrescentados, provavelmente pelo novo regime de Khomeini as figuras do Ayatollah Mahmoud Taleqani¹⁴² ao alto, como que fitando Khomeini e ao centro o Dr. Ali Shariati, personagem comentado no capítulo A Revolução..

وَأَنْ أَلْقِ عَصَاكَ فَلَمَّا رَءَاهَا تَهْتَزُّ كَأَنَّهَا جَانٌّ وَلَّى مُدْبِرًا وَلَمْ
يُعَقِّبْ يَمُوسَى أَفْقِيلٌ وَلَا تَخَفْ إِنَّكَ مِنَ الْآمِنِينَ ﴿٣١﴾

¹⁴⁰ O azul claro junto com o branco é a cor da bandeira de Israel adotada a partir do manto de reza denominado *tallit* ou *talleth*.

¹⁴¹ Magen David (hebraico): símbolo associado, hoje, ao judaísmo e ao estado de Israel. Ganhou destaque a partir da sua adoção como emblema do movimento sionista em 1897. *In*: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/star.html>

¹⁴² O Ayatollah Taleqani foi contemporâneo de Khomeini e desempenhou um papel importantíssimo na formulação e propagação de um Islã revolucionário no Iran.

Cartaz n° 6

Neste cartaz, temos o chamado estilo “casa de chá” ou “cafeteria”.¹⁴³ A imagem apresenta, dentro de um padrão didático-popular, uma cronologia quase completa dos acontecimentos que definiram a história da Revolução Islâmica. Deve-se ressaltar que o exemplo referido é uma pintura executada numa das mais famosas casas de chá de Teerã pelo artista Hasan Esmailzadeh¹⁴⁴.

A maior parte da pintura é ocupada pelo mapa do Irã, que como um berço, recebe e relata os episódios. Em grandes letras, a esquerda lê-se *Allah Akbar* (Deus é o Maior). Observa-se na parte inferior esquerda e na superior direita, outros territórios demarcados, construídos dentro do imaginário revolucionário.

A partir do canto superior esquerdo visualizamos: 1) Os motins de Tabriz e Qom de 1978, que definiram o início da Revolução; 2) A derrubada das estátuas do Shah por todo o país (representando o desmanche do sistema monárquico); 3) O episódio da “sexta-feira negra” (ver capítulo A Revolução); 4) A greve geral decretada pelo Ayatollah Khomeini; 5) As mortes dos *bassij* na região de Abadam.

Como grande comandante, empunhando o Corão, está Khomeini, que do alto estabelece as ações. Às suas costas, douradas e resplandecentes, vemos a torre Eiffel e a Mesquita/Mausoléu do Imã Ali, representando as cidades de Paris¹⁴⁵ e Najaf. Estes locais representam aos exílios pelos quais o líder da Revolução passou e comandou. Vê-se também um avião, que foi o Boeing 747 fretado da Air France que o trouxe de volta ao Irã.

¹⁴³ Ver Hadi SEYF. **Coffee-House Painting**. Tehran: Reza Abbasi Museum.1989.(Obs: As casas de chá iranianas foram estabelecidas durante a era Safávida (1501-1722) e despontaram no gosto popular na era Qajar (1794-1925).

¹⁴⁴ Hasan Esmailzadeh, conhecido como Chalipa, foi um pintor famoso cuja especialidade era a ornamentação de casas de chá **نروغ خانه، چای خانه** ghahve khune ou Chaykhaneh. Executou mais de 100 pinturas além de se dedicar também às hosseiniyas (locais para os serviços religiosos matinais xiitas). Pertenceu a uma geração de grandes pintores populares tais como: Mohammad Modabber, Abbas Bolukifar, Hossein Hamedani e Mohammad Farahani. Para detalhes sobre o estilo ver: <http://www.caroun.com/Painting/Iran/CoffeeHouse.html#Coffee-House>.

¹⁴⁵ Na verdade, Khomeini não ficou em Paris, mas no subúrbio, em Neauphle-le-Château.

Ao ultrapassar-se o rio, que é imaginário, na forma em que é apresentado, chega-se ao território da perversão, impuro por princípio. Lá vê-se uma corda com um laço de força, na altura do rosto do Shah, impondo-se como algo inescapável ao monarca deposto. A direita deste, sorridente, vê-se a figura vermelha do diabo¹⁴⁶.

Reza Pahlevi, deixando para trás toda sua história, carrega, cabisbaixo, bolsas identificadas com as bandeiras americana e inglesa, devidamente abarrotadas de libras esterlinas e moedas de ouro, que transbordam para o solo. Por fim, o acompanhante fiel do Shah é um cão¹⁴⁷, aqui representando a essência da impureza e da falta de modéstia¹⁴⁸, assim como o seu dono, pois ele usa uma coleira e um pingente de ouro.

O detalhe importante é a cor do cão, negro. Segundo a tradição islâmica, o cão negro não é apenas um animal: é a representação do diabo!

O Islã parece não estar sozinho nesta afirmativa, pois tanto o judaísmo quanto o cristianismo também associam o cão à morte.

¹⁴⁶ O diabo é citado no Corão como Shaitan, fonte de todo o mal, 95 vezes. É considerado um *jinn* (gênio) e não um anjo (caído). Também é referido como *iblis* (citado 9 vezes).

¹⁴⁷ A figura do cão é citada tanto no Corão, como na tradição oral (hadith). Modernamente, existem posicionamentos sobre a versão suja do cão, relacionada às antigas tradições tribais e às percepções populares incorretas dos textos sagrados. No entanto, é famoso o hadith relatado por Bukhari: "Anjos não entram numa casa na qual existe cães ou imagens" In: **Hadith Database**, capturado em: <http://www.usc.edu/dept/MSA/reference/searchhadith.html>. Do ponto de vista científico/islâmico, ver: <http://www.islamicconcern.com/dogs.asp>. A abordagem mitológica do cão preto é vista em: <http://www.indigogroup.co.uk/edge/bdogs.htm>, enquanto a visão histórica é fornecida em http://www.blackdoginstitute.org.au/media/writingcomp/files1medblackdogConsumerandCommunityWebsiteWebsitecontentMediaCalendarofeventsWritingC_002.swf

¹⁴⁸ O Islam proíbe o uso de seda e ouro para os homens, já a prata é tolerada. Às mulheres é permitido o uso de ouro, no entanto para os dois sexos exige-se um conjunto de atitudes chamada de modéstia, que consiste no comedimento da exposição em público, de excessos ou extravagâncias que estariam relacionados à ostentação e ao orgulho. ("Deus não aprecia arrogante e jactansioso algum". **Surata 23 verso 57 do Corão**) e entre vários hadith, temos: "No dia do Juízo final, Deus não olhará para a pessoa que estiver puxando uma cauda de sua manta por orgulho". Relatado por Bukhari e Muslim.

Cartaz n° 7

A aparência e o estilo adotado neste cartaz são muito diferentes da grande maioria da produção realizada durante a Revolução Islâmica. Pelo impacto direto e sensorial, seguramente um contingente representativo da população analfabeta foi atingida, mesmo os pedestres mais apressados. Adotou-se aqui uma espécie de estratégia comunicativa de outdoor, baseada numa linha construtivista herdada da revolução russa e com nuances da revolução cubana.

Realizado com apenas três cores, branco, preto e vermelho, mostra a execução de uma idéia única, objetiva e linear. Possui formas e simbolismo despersonalizados, além de carregar uma base fortemente humanística na ideologia integrada.

O sentido da mensagem e da ação ocorre através do viés oriental¹⁴⁹ como na direção da leitura das línguas (árabe, farsi, urdu, etc), ou seja, da direita para a esquerda. Este é o foco principal.

A imagem traz uma grande flecha vermelha¹⁵⁰, com a inscrição "revolução" rompendo ao meio um bloco preto¹⁵¹, que representa a base de sustentação da monarquia, retratada por sua vez pela coroa imperial, abalada e em pleno ar.

Mas o efeito da colisão da flecha é contínuo e já está atingindo o segundo bloco (no qual a frase escrita, literalmente, diz: Reacionários internos (iranianos). Serão os próximos!

¹⁴⁹ O termo oriental aqui é utilizado para fazer referência à área que abrange o Oriente Médio e o sul da Ásia.

¹⁵⁰ A simbologia e significado da cor vermelha no contexto religioso iraniano é aprofundada na análise do cartaz nº 9.

¹⁵¹ O Islã não possui um padrão único de significação, relativamente às cores. A cor preta, por exemplo, pode ser usada com um sentido negativo, relacionado ao mal, como nos blocos do cartaz analisado. Pode ser relacionado com morte e luto quando utilizado por homens. No entanto, entre as mulheres, é de uso regular, e inclusive visto como sinônimo de fervor religioso (no caso do Irã). Por outro lado, símbolos importantes como foi a bandeira utilizada pelo Profeta Muhammad, a chamada "Al- Uqaab", baseada na bandeira da tribo dos coraixitas, é totalmente preta. A cobertura em seda da Caaba, denominada de *kiswa*, é também preta. Já no país ao lado, o Afeganistão, também muçulmano só que sunita, o preto da bandeira nacional está relacionada ao período negro da ocupação estrangeira (séc. XIX). Detalhes em <http://www.crwflags.com/fotw/flags/af.html>

O último bloco denominado de “o imperialismo aguarda sua vez”, já demonstrando instabilidade, pois a sua representação mais característica, a cartola do tio Sam está semi-levantada.

Por fim, vencidos os inimigos, chegamos ao sol, cujo significado aqui está associado à vitória.

Cartaz n° 8

Este cartaz foi mandado fazer para a comemoração do Dia Internacional do Trabalho, em 1980. Os trabalhadores foram, então, descritos no discurso do Ayatollah Khomeini como sendo um "farol para a humanidade" e a "classe de maior valor na sociedade". Foram, também, congratulados pela geração de tantos mártires e revolucionários, sendo exortados, ainda, a permanecer firmes contra todas as formas de imperialismo¹⁵².

A iniciativa da produção do cartaz foi da organização Mujahedin¹⁵³ do Povo que na época, junto com vários outros partidos de esquerda, estabeleceram uma colaboração intensa com o grupo liderado por Khomeini, como se pode observar neste outro cartaz da época (nº 9 B), embora cada um mantivesse suas premissas ideológicas inalteradas.

¹⁵² Discurso do Ayatollah Khomeini, por ocasião da comemoração do 1º de maio de 1980, publicado no jornal Ettelaat de 8 de maio de 1980 e citado por Ervand ABRAHAMIAN. **Khomeinism - Essays on the Islamic Republic**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1993. p. 79.

¹⁵³ O termo *mujahedin* ou *mojahedin*, significa em árabe “combatente” e foi utilizado amplamente pela mídia internacional para designar os grupamentos militares que lutaram contra a ocupação do Afeganistão pelos soviéticos em 1979. O termo continuou sendo aplicado às milícias talibãs, mais recentemente. Neste caso refere-se à organização dos Mujahedin do Povo do Irã, que é conhecido por uma variedade de nomes, tais como: Mujahedin-e Khalq (MEK), Mujahedin-e Khalq Organization (MKO), Exército de Libertação Nacional do Irã (NLA), Conselho Nacional de Resistência (NCR), Conselho Nacional de Resistência do Irã (NCRI), etc. Trata-se de uma organização armada, considerada hoje terrorista, tanto pelos Estados Unidos como pela União Européia, e que tem como grande objetivo a derrubada do atual sistema de governo iraniano. A organização foi fundada em 1965 por Massoud Rajavi, cuja esposa, Maryam Rajavi, foi designada pelo movimento como "futura presidente do Irã". Em 1979, o Mujahedin Khalq teve participação na revolução que derrubou o Shah Reza Pahlevi, dispondo assim de um breve período de legalidade. Já em 1981, com o rompimento do grupo com o ayatollah Khomeini, o Mujahedin Khalq foi colocado novamente na ilegalidade pelos khomeinistas, que iniciaram uma brutal repressão contra os seus militantes. Atualmente, sua base de operações se localiza no Iraque, onde colaboraram intensamente com o regime de Saddam Hussein e recentemente estabeleceram um acordo de colaboração com o governo George Bush. Possuem um site na Internet: <http://www.mojahedin.org/>

O que se percebe no cartaz 9, a priori, é que houve nuances de islamização, pelo menos na propaganda do grupo. O cartaz traz o versículo 25 da surata n° 57 (Al-Hadid – a surata do ferro):

لَقَدْ أَرْسَلْنَا رُسُلَنَا بِالْبَيِّنَاتِ وَأَنْزَلْنَا مَعَهُمُ الْكِتَابَ وَالْمِيزَانَ
لِيَقُومَ النَّاسُ بِالْقِسْطِ وَأَنْزَلْنَا الْحَدِيدَ فِيهِ بَأْسٌ شَدِيدٌ وَمَنْفَعٌ لِلنَّاسِ
وَلِيَعْلَمَ اللَّهُ مَنْ يَنْصُرُهُ وَرُسُلَهُ بِالْغَيْبِ إِنَّ اللَّهَ قَوِيٌّ عَزِيزٌ ﴿٢٥﴾

O texto da surata diz: Com efeito, enviamos Nossos Mensageiros(os anjos que descem à terra com a mensagem aos profetas) com as evidências, e por eles, fizemos descer o Livro (as Escrituras Sagradas) e a balança (a justiça) , para que os homens observem a equidade . E criamos o ferro; nele, há veemente força (a dor e a morte que as férreas armas bélicas provocam) e benefícios para os humanos. E isso, para que Allah saiba quem O socorre a Ele, ainda que invisível a seus Mensageiros. Por certo, Allah é Forte, Todo-Poderoso.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Esta versão e notas explicativas para o português estão em Helmi NASR. **Sentido do Alcorão para a Língua Portuguesa**. Medina: Complexo do Rei Fahd, 2006.

aposta à extensão dos braços abertos do personagem e como que coroando de forma sacralizada a luta dos trabalhadores. Isto acaba delimitando um campo cujos parâmetros são demarcados por um martelo¹⁵⁵ e uma arma. De um dos braços vê-se o elo partido de um grilhão, que por óbvio significa a libertação.

No cenário de fundo temos uma área vermelha, onde inserida se vê uma grande bigorna branca (elemento da base de sustentação do próprio símbolo dos mujadedins).

O estilo marxista é marcante, por isto deve-se considerar neste caso a cor vermelha¹⁵⁶, no sentido revolucionário tradicional referido por Baczko¹⁵⁷.

Numa espécie de disputa, o partido de Khomeini (Partido da República Islâmica), em contraposição, como que defendendo a sua primazia de administrar os assuntos da religião, em todos os sentidos, elabora e divulga o cartaz que vem a seguir.

¹⁵⁵ O martelo foi um símbolo adotado pelo comunismo durante o congresso dos Soviets no verão de 1918. O seu significado inicial é o trabalho, ampliado, depois para a classe trabalhadora da indústria.

¹⁵⁶ Na Revolução Francesa de 1789, a ala mais popular e radical adotou como símbolo o "barrete frígio" vermelho, que na Grécia e na Roma antigas, indicava um escravo alforriado.

Já a bandeira viria depois. A Revolução Francesa tinha suas contradições: era obra das massas, mas burguesa por seu conteúdo e direção. O governo muitas vezes voltava as armas contra o povo. Nessas ocasiões, impunha a "Lei Marcial". E o sinal da "Lei Marcial" era... a bandeira vermelha.

Em 10 de agosto de 1792, o clube radical dos Cordeliers convoca um protesto de rua. E nele exhibe, por ironia, uma bandeira vermelha com os dizeres: "Lei marcial do povo soberano". In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/foices/80anosfoices.asp>

¹⁵⁷ Bronislaw BACZKO. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005. p. 39-46.

CARTAZ n 9

A celebração do 1º de maio é um evento relativamente moderno. Foi uma homenagem à greve e às mortes ocorridas em Chicago no ano de 1886, onde os trabalhadores reivindicavam uma redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias, portanto, uma comemoração tradicionalmente de caráter secular.

Aqui temos um exemplo claro de estratégia de assimilação e de disputa ideológica no sentido secular–religioso. Embora, ainda, não houvesse um enfrentamento direto, as disputas pelo poder na recém formada República Islâmica foram adquirindo rumos inesperados para todos.

O partido da República Islâmica (de Khomeini) não deixou esta comemoração acontecer de forma independente da visão religiosa. E para isto, criou e distribuiu este cartaz, executado dentro de padrões islâmicos relativamente moderados.

A imagem mostra trabalhadores num estilo de realismo socialista soviético, exibindo rostos duros e compenetrados. Ao fundo vemos uma estrutura industrial de base. É possível distinguir através de detalhes muito pequenos, como um tipo de chapéu, um formato de bigode, uma inscrição no ombro, uma cobertura de cabeça, as diferentes etnias que compõem a demografia iraniana.

Estão todos ajoelhados, prontos para a recitação do Tashahood¹⁵⁸. No chão vemos ferramentas, uma arma¹⁵⁹ (afinal, a revolução é um processo contínuo e não pára) e pequenos quadrados que são os chamados *trubah* ou *mohr*.¹⁶⁰

Um dos operários traz uma ferramenta no bolso, numa atitude de prontidão permanente para as situações inesperadas.

¹⁵⁸ Tashahood: uma das etapas da oração islâmica (Salat) que se realiza de joelhos.

¹⁵⁹ O ato de portar uma arma durante a oração não constitui um fato incomum no Oriente Médio. É famosa a imagem de judeus rezando junto ao muro das lamentações, em Jerusalém, portando fuzis e até mesmo metralhadoras.

¹⁶⁰ São pequenas barras com inscrições do Corão feitas de terra, argila ou areia da cidade de Karbala. Servem como anteparo simbólico para a testa, quando da execução da etapa de prostração (Sajda) da oração. A terra ou o barro tem um significado especial para os muçulmanos, é usado no deserto, quando não se tem disponibilidade de água, para o processo de ablução e pureza ritual que antecede à reza. O próprio processo de criação do homem, segundo o Islã, está associado à argila. Diversas suratas do Corão (37.11), (23.12), (15.26), (6.2), (5.110) apresentam esta afirmação. Como exemplo, citaremos o versículo 14 da surata 55: "Ele criou o ser humano de argila sonora, como a cerâmica."

Temos dois textos no cartaz. O primeiro, ao alto, está escrito em árabe e diz: “Aquele que ganha o pão é como um homem lutando na direção de Deus”. O texto da parte inferior está em farsi¹⁶¹ e diz: "Somente o Islã protege os trabalhadores - Imam Khomeini." ¹⁶²

A proposta comunicativa deste cartaz é clara, e sublinhada pela aura sacralizada do uso da língua árabe. Melhor dizendo, o uso do árabe, no Irã, está quase sempre ligado à solenidade religiosa, ao Corão. Os iranianos, na sua maioria não falam, escrevem ou entendem árabe, portanto, o uso deste instrumento num cartaz que visa homenagear o trabalhador e o seu dia, tem um forte apelo emocional, tocando em aspectos muito caros ao público-alvo.

Um segundo objetivo estratégico parece ser a tentativa de colocar esta efeméride, em definitivo, no calendário islâmico. Com isto a República Islâmica incorporaria esta grande data administrando-a segundo a visão do grupo de Khomeini. Como afirma Abrahamian "O regime fez o máximo para minimizar a importância do dia do trabalho".¹⁶³. Ou seja, Khomeini fez o máximo para “dessecularizar” o dia do trabalho, transformando-o num evento de caráter religioso.

¹⁶¹ Farsi ou persa moderno é a língua oficial do Irã. Pertence à família das línguas indo-européias, portanto não tem nenhum tipo de ligação com o árabe. É falada no Iraque, Armênia, Afeganistão (dialeto chamado dari), Geórgia, Azerbaijão, Bahrein, Tajiquistão , Uzbequistão e região curda da Turquia.

¹⁶² Embora adaptada aos tempos modernos pelo Ayatollah Khomeini, esta frase é uma citação original do sexto Iman xiita Ja'far al-Sadiq que disse: "Trabalhadores dedicados são comparáveis a lutadores no caminho de Deus."

¹⁶³ In: Ervand ABRAHAMIAN. **Khomeinism - Essays on the Islamic Republic**, op. cit, p. 85.

Cartaz n° 10

Este cartaz foi selecionado na amostra da pesquisa para enfatizar a categoria "paradigma de Karbala".

O conjunto da imagem, embora extremamente simples e com poucos elementos, faz revirar, como num turbilhão, os mais introjetados elementos do imaginário xiita.

A mão suja de sangue¹⁶⁴ que acabou de escrever e agora escorrega muro abaixo, antecipando a ação de um mártir, pois embora ferido ele realiza e fixa uma última intenção, sugere e induz para a atitude que a religião espera dos seus fiéis .

O texto é curto e direto: 15° de Khordad¹⁶⁵, equivalente ao dia 3 de junho, no caso de 1963, ocasião em que aconteceu a comemoração da Ashoura, que é a data mais importante do calendário xiita e no qual se comemora as mortes do Imã Hussein e de outros 72 mártires nos campos de Karbala, trucidados pelos seguidores do Califa sunita Yazid

Nesta data, o Ayatollah Khomeini discursou contra o Shah Reza Pahlevi na cidade de Qom, denunciando a política de abandono dos pobres e a relação cada vez maior com os Estados Unidos. Isto motivou a sua prisão e a morte de mais de 100

¹⁶⁴ Os rituais de sangue não são exclusividade dos muçulmanos xiitas, outras religiões, monoteístas ou não, reverenciam este aspecto, como os judeus, analisados em William K GILDERS. **Blood Ritual in the Hebrew Bible: Meaning and Power**. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2004.

Tchakhotine (1967: 308) cita a influência sofrida pela Grécia e por Roma da cultura religiosa do Oriente Médio, relatando o episódio do dia do sangue (dies sanguinis): "No meio de uma agitação cada vez mais frenética, um sacerdote (archigallus) abria as veias do braço e aspergia com o seu sangue o simulacro de Deus, o que desencadeava cenas de frenesi coletivo; fanáticos na multidão, apoderavam-se de gládios e se emasculavam. Outros ritos eram celebrados, conhecidos sob os nomes de taurobólio e criobólio: degolavam-se touros e carneiros selvagens, capturados com laço, por cima de um fosso, ficando embaixo o caçador que era, assim, inundado de sangue: sua aparição (simbolizando a ressurreição de Deus) tinto das cabeças aos pés pela aspersão sangrenta que acabava de receber, criava uma efervescência na multidão." De Felice (1947, p.114), citado por Tchakhotine, diz que: "pode-se evidenciar aqui, mais uma vez, o papel que o sangue é chamado a desempenhar na explosão das perturbações psíquicas que conduzem aos êxtases individuais ou coletivos". p.

Os cristãos têm na cerimônia da eucaristia um dos pontos maiores da celebração católica, existindo, de forma institucional, inclusive, uma ordem denominada Irmãs Missionárias do Precioso Sangue (<http://home.deds.nl/~cps/preciososangue/historia.html>). Por sua vez, o candomblé no Brasil possui o ritual chamado de Batismo de Sangue.

¹⁶⁵ 15 de Khordad de 1342 é a data referida ao calendário persa, seria o equivalente ao dia 10 de Muharran de 1383, pelo calendário islâmico. Cálculo a partir do site <http://www.payvand.com/calendar/>

peessoas¹⁶⁶. A frase do discurso de Khomeini mais relacionada à situação foi: "A constituição foi comprada com o sangue dos nossos irmãos, e nós não permitiremos que isto seja violado."¹⁶⁷

Deste momento em diante, Khomeini realizou uma sistemática e consistente estruturação do movimento de protestos qualificando-os de Hosseini, que significa em farsi "seguidores de Hossein", foi o princípio do processo de martirização dos protestos, o que o levou ao exílio dois anos depois.

¹⁶⁶ Citado por Nikki R KEDDIE, *Modern Iran – Roots and Results of Revolution*. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 147

¹⁶⁷ Hamid ALGAR. "The Oppositional Role of the Ulama in the Twentieth-Century Iran". *In*: Nikki R. KEDDIE. *Scholars, Saints and Sufis*. Berkeley: University of California Press, 1972, p. 247.

CARTAZ n° 11

Este cartaz é outra obra de Hasan Esmailzdeh, artista referido no cartaz nº.6. O título do cartaz é bastante sugestivo, "Ithar", palavra árabe que significa altruísmo dado em abundância, ou seja, a capacidade de pensar em primeiro lugar no outro. O outro, no caso, é a Ummah, que em escala crescente se torna o Estado, a República Islâmica, enfim.

Este tipo de sentimento nos remete à situação das mães na Esparta antiga:

*"A educação espartana, não terá mais por fim selecionar heróis, mas formar uma cidade inteira de heróis – soldados prontos a devotarem a sua vida à pátria".*¹⁶⁸

Uma das maiores características da sociedade muçulmana é o sentido de grupo. Isto se expressa fortemente pela importância dada à família, como a mais importante estrutura básica da sociedade. O indivíduo, simplesmente, não existe fora da família. Como o celibato é proibido, os clérigos também casam e constituem família.

O tema principal do cartaz é o do auto-sacrifício. Vê-se o rosto endurecido, mas ao mesmo tempo resignado de uma mulher ocupando o centro geométrico da imagem. Ela veste o traje islâmico completo (shador), que a relaciona a um grande fervor religioso. Como moldura e ponto de fuga de toda a imagem temos um mihrab¹⁶⁹, dourado, que é considerado o lugar mais sagrado de qualquer mesquita.

Sob este mihrab, temos a mulher sustentando em seus braços o corpo difuso de um combatente morto. O corpo progressivamente vai tomando a forma de uma enorme

¹⁶⁸ Henry-Irénée MARROU. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder, 1966. p. 36

¹⁶⁹ Mihrab (árabe) nicho para reza que se situa na parede da qiblah (ponto de direcionamento para a cidade de Meca) de uma mesquita. Os mihrabs variam em tamanho, mas são tradicionalmente decorados com ornamentos. A origem é relacionada ao reinado do Príncipe Omíada al-Walid I (705–715), durante o qual as mesquitas de Medina, Jerusalém e Damasco foram construídas. A forma da estrutura foi adaptada dos nichos de reza comuns dos oratórios da Igreja Copta. In: <http://www.britannica.com/eb/article-9052620/mihrab>.

tulipa vermelha¹⁷⁰, de cuja base partem duas projeções. A primeira, do lado esquerdo, apresenta uma longa linha de tulipas tornadas úteros abrigando os fetos de meninos. Já no lado direito, esses meninos já adultos e com roupas militares trazem armas de combate e se dirigem para a guerra.

A mulher é, ainda, cercada num primeiro nível por mártires empalados em estacas, à esquerda, e por enforcados à direita. Ao fundo temos em dois níveis colunas de mártires sem cabeça, vestindo mortalhas brancas, que gradativamente ascendem ao paraíso. A imagem do mártir sem cabeça é uma clara alusão aos episódios de Karbala, onde o Iman Hussein foi morto e sua cabeça foi cortada e levada sobre um escudo para o califa Yazid em Bagdá.

Por trás da mulher vemos a figura do Imã Hussein, príncipe dos mártires, montado num cavalo branco (Dhu 'l-janah), segurando o Corão e sua espada¹⁷¹.

Na parte superior da imagem, a mão com o dedo indicador direciona o sentido de toda a representação para o alto, indicando os sete¹⁷² níveis do céu¹⁷³ e a unicidade em Allah.

¹⁷⁰ O significado da tulipa vermelha no Irã remonta à mitologia da antiga Pérsia. Popularmente se diz que se um jovem combatente morrer de forma heróica, uma tulipa vermelha nascerá na sua sepultura. Adaptado aos tempos modernos esta simbologia está relacionada ao martírio. A importância deste símbolo é tão forte, que a própria bandeira nacional do Irã ostenta como emblema a palavra Allah ﷲ

no formato de uma tulipa . O outro sentido que se sobrepõe é a composição dada às 5 partes do emblema como sendo os pilares do Islã.

¹⁷¹ A espada (Zulfikar), de acordo com a tradição islâmica, foi um presente de Muhammad a Ali. É um dos mais antigos símbolos do Islã. Segundo os xiitas, a sua existência é da época de Adão, que a teria trazido do paraíso, quando da sua volta à Terra. Os otomanos adotaram o simbolismo da zulfikar que acabou tornando-se o principal símbolo dos Janízaros (esquadrão de elite dos sultões).

¹⁷² O número sete no Islã está ligado ao poder divino e tem grande valor simbólico como expressão das crenças islâmicas representando situações muito importantes, como por exemplo: os sete versos que compõem a Fatiha, as sete circunvoluções na Caaba, os sete infernos, os sete pilares (crença dos Ismailitas e drusos), a chegada à hajj (peregrinação) ocorre no sétimo dia de "Zuu ul Hijja" (mês do calendário islâmico celestial), etc.

¹⁷³ Assim como o judaísmo místico, o Islã também participa da ideia dos 7 céus (as-samawat), conforme consta dos versículos 15 e 16 da Surata Nuh do Corão: " Não vistes como Allah criou sete céus superpostos" e " E, neles, fez a lua como luz e fez o sol como luzeiro". Na surata Al Mulk, versículo 3, a expressão é referida da seguinte forma: " Aquele que criou sete céus superpostos! Não vês desarmonia

Por fim, cabe ressaltar a profusão de citações do Corão colocadas na moldura do mihrab: "E combatei, no caminho de Allah, os que vos combatem, e não cometaís agressão". (2: 190); "Então, que combatam no caminho de Allah os que vendem a vida terrena pela Derradeira Vida. E a quem combate no caminho de Allah, e é morto ou vence, conceder-lhe-emos magnífico prêmio". (4: 74); " Por certo Allah ama os que combatem em Seu caminho, em fileira, como se fossem edificações ligadas por chumbo." (61: 4).

O cartaz, embora impregnado em profundas raízes islâmicas, tem como base de representação a figura clássica da madonna amparando o Cristo morto. Uma imagem, cristã, por excelência!

Pois é de se perguntar, então qual seria o sentido, ou o problema de tal representação numa peça de clara propaganda, onde a proclamação da fé islâmica é o ponto central?

Nossa hipótese é de que esta referência encontra total sintonia na crença islâmica, pois tanto a figura de Maria (Marian) quanto de Jesus (Isa) são reconhecidas e veneradas pelo Islã. O muçulmano não só crê na virgindade de Maria, assim como na concepção divina de Cristo¹⁷⁴ e na sua condição de Profeta. Prova desta relação é a existência de uma surata do Corão, a de número 19, inteiramente dedicada à Maria e a Jesus.

alguma na criação do Misericordioso. Então, torna a vista para o céu: vês nele alguma greta? ". Esta temática é, do ponto de vista estético, a principal base de demarcação dos campos dos tapetes persas.

¹⁷⁴ Para uma visão instigante, ver Tarif KHALIDI (org.) **O Jesus Muçulmano**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

Análise geral dos cartazes políticos na revolução iraniana

O uso inicial de cartazes em propaganda política está associado aos eventos da 1ª Grande Guerra. Nesta época os objetivos básicos eram o recrutamento de soldados, a solicitação de fundos e o apoio à causa dos países em guerra. Neste contexto, o cartaz começa a ganhar projeção do ponto de vista da relação política-comunicação visual, segundo Barnicoat¹⁷⁵.

São observados também neste período cartazes que mostravam ao público uma espécie de contraponto ideológico, no sentido da crítica à guerra e das atrocidades decorrentes.

Já a propaganda política da revolução islâmica iniciou muito antes de qualquer iraniano imaginar sua concretização. Começou com a crítica feroz de Khomeini, já nos anos 40¹⁷⁶. Mas foi com o exílio de Khomeini em 1965 que o processo teve seu início efetivo. As fontes americanas, especialmente a CIA, que mantinha o maior contingente de pessoal técnico no exterior (os chamados consultores militares), tinham como projeção mínima a permanência do Shah Reza Pahlevi por mais 10 anos no poder.¹⁷⁷

Na verdade, sempre houve um sentimento utópico sobre a possibilidade da queda do Shah e a entrada no poder de um governante justo, mas isto ficava mais no nível do mito da volta do Imã desaparecido (Mahdi)¹⁷⁸ do que de medidas concretas para o deslanchar de uma revolução.

¹⁷⁵ John BARNICOAT. **Los carteles – Su historia y su language**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2003. p. 222

¹⁷⁶ Annabelle MOHAMMADI e Ali MOHAMMADI. **Small Media, Big Revolution. Communication, culture and the Iranian Revolution**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 8

¹⁷⁷ O então chefe da CIA em 1979, Stansfield Turner afirmou: “O que nós não podíamos prever é que um ancião de 78 anos, um aiatolá que passou 14 anos no exílio, pudesse junto com essas forças vulcânicas, tornar tudo um imenso vulcão, numa real revolução nacional”. Depoimento ao programa especial sobre a revolução islâmica, “Revelações – Khomeini”, History Channel, setembro de 2006.

¹⁷⁸ Conforme o artigo 5º da Constituição Iraniana: "Durante o tempo em que o 12º Imam (que Deus acelere sua reaparição) estiver oculto, a direção dos negócios e a chefia do povo da República Islâmica do Irã será da responsabilidade de um jurisprudente justo e piedoso, conhecedor da sua época, corajoso, eficaz e hábil a quem a maioria do povo conhece e aceita ser o seu Líder. Caso o jurisprudente não tenha

Khomeini iniciou e manteve durante 14 anos a chamada *small media* que representava as formas mais caseiras, baratas e discretas de divulgação, e incluía fitas cassetes que entravam escondidas no país, panfletos, grafites em muros, manifestações religiosas e cartazes.¹⁷⁹ Os grandes veículos de comunicação social viviam sob censura e/ou pertenciam ao governo.

O aumento do número de descontentes com o regime nos anos 70 forjou o engajamento de alguns artistas contemporâneos, inspirados pelos acontecimentos de 1968 em Paris. Com isto, foi criada na Universidade de Teerã uma espécie de oficina artística de criação relacionada à técnica do cartaz. A oficina providenciava materiais e equipamento para a impressão de cartazes para vários grupos políticos. Com isto se formou uma geração de artistas especializados em cartazes, que acabaram concretizando grande parte da criação propagandística..

Devemos considerar, também, os cartazes feitos por pessoas comuns indignadas com a situação de desigualdades sociais no país e que viam nesta ação uma forma de expressar seus protestos.

Analizados do ponto de vista de segmentação de público, os cartazes como instrumento de propaganda eram perfeitos, já que o apelo pela imagem era muito forte, desafiador, sendo o entendimento fácil, já que o índice de analfabetismo beirava os 70%.¹⁸⁰

Os primeiros cartazes eram muito simples, quase toscos, como mostra o seguinte exemplo citado por Chelkowski e Dabashi:¹⁸¹

tal maioria, um Conselho Dirigente, ou Conselho de Direção consistindo de jurisperitos que reúnam as qualificações acima, assumirá a mesma responsabilidade."

¹⁷⁹ Para uma visão completa desses processos ver Annabelle MOHAMMADI e Ali MOHAMMADI, op.cit.

¹⁸⁰ Djavad Salehi-Isfahani. **Microeconomics of growth in Iran**: The role of households .Virginia Tech. 2002. Disponível em: http://www.erf.org.eg/grp/GRP_Sep03/Iran-Households.pdf

¹⁸¹ Peter CHELKOWSKI e Hamid DABASHI, op.cit., p. 10

À medida que a revolução foi avançando, os cartazes passaram a articular as interferências culturais do Irã moderno, trazendo lado a lado antigas tradições das miniaturas persas, com referências tecnológicas ou políticas da época. As camadas de significados e de iconografias conduzem a literatura para o visual, o passado e o presente, às vezes juntos. O sagrado e o profano, o moderno e o tradicional, o nacional e o internacional. As pinturas murais funcionam como base para os temas épicos, que acabam como um sistema de contador de histórias permanente.

Uma das características mais distintas da arte islâmica, a ser observada em vários dos cartazes analisados, é a heterogeneidade das suas manifestações. Esta por sua vez vem sempre associada a uma profusão de tradições que acabam convergindo para o objeto artístico, resultando daí, muitas vezes, o deslumbramento dos ocidentais.

Ao lado do uso das tradicionais técnicas de caligrafia e do design de arabescos, observamos a inspiração das revoluções cubana e russa. Então se percebe a criação de um processo de condensação de significado único, como a própria revolução, num cenário onde a cultura da representação imagética não é usual, muito pelo contrário.

Aplicação das leis da Propaganda, segundo Domenach aos cartazes revolucionários

- **Lei da Simplificação e do Inimigo Único**¹⁸²

Pois aqui temos a situação onde os conteúdos do Islam estão concentrados em um único livro (O Corão) e numa série de compilações orais (hadiths) absolutamente definidos e confiáveis ; A palavra de ordem principal é Allah Akbar (Deus é grande) ; O slogan de maior popularidade foi Iman-e Bozorg va Dastha-ye Khali - Um povo armado somente com "uma grande fé, mas com as mãos vazias". A explicação do símbolo gráfico consta na análise do cartaz nº 11.

Quanto ao inimigo único , recomenda Domenach (p. 58) que se concentre toda a pressão sobre apenas uma pessoa. O Shah sempre desempenhou este papel, que com a sua morte foi transferido para os Estados Unidos(O grande Satã).

- **Lei de Ampliação e Desfiguração**

Aqui as notícias são valorizadas no seu aspecto positivo e adaptadas ao nível intelectual da população. A maior característica ao Ayatollah Khomeini foi exatamente esta. Chegou a ser comparado com Peron pelo seu populismo e a valorização das notícias utilizava um componente extra, a relação com Deus.

- **Lei da Orquestração**

Temos aqui a repetição de um pequeno número de idéias como fator principal. "As massas não se lembrarão das idéias mais simples a menos que sejam repetidas centenas de vezes". Isso é observado nos discursos de Khomeini e nos cartazes, o discurso é sempre o mesmo, chegando a exaustão.

¹⁸² Trata-se de dividir a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível.

- **Lei da Transfusão**

A propaganda, em regra geral, age sempre sobre um substrato preexistente, seja uma mitologia nacional, seja simples complexos de ódios e de preconceitos tradicionais. Portanto, não se faz propaganda a partir do nada !

Temos em função disto, o apelo para os sentimentos represados da população. Uma sequência de 2.500 anos de monarquias , de corrupção, de fausto e de miséria e ignorância convivendo lado a lado. Acrescente-se a isto os sentimentos nacionalistas conspurcados por russos, ingleses e americanos. Perda do controle da maior riqueza do país (o petróleo) para os colonizadores, etc, etc.

- **Lei da unanimidade e do Contágio**

Aqui ocorre a pressão, inicialmente nacionalista e que depois vai se tornando religiosa progressivamente até chegar a níveis de ortodoxia impensáveis para o cidadão comum.

Houve um plebiscito para decidir se as pessoas queriam ou não uma república islâmica. A verdade é que a população não sabia o que era isto, nem os partidos que apoiavam khomeini.

Após estabelecida a sharia (lei islâmica) como base do sistema legal de um país, não existe retorno.No caso Iraniano o sistema implantado foi criado pelo próprio khomeini e se chama Velayat – e – Faqui(O Governo do jurisconsulto islâmico).

Conclusão

Poucos processos revolucionários se adequaram tão bem às leis da propaganda política como o iraniano. Pois todas as práticas funcionaram perfeitamente já que havia uma expectativa e um tom emocional altamente motivado para a realização de mudanças. Como existe hoje, novamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMIAN, Ervand. **Khomeinism - Essays on the Islamic Republic**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

AHMED, Akbar. **Pós-Modernismo e Islão**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ANSARI, Hamid. **Le Recit de L'Eveil. Rétrospectif sur la vie idéologique-scientifique et politique de L'Iman Khomeiny**. Tehran: Ed. Institut de la Rédaction et de la Publication des Oeuvres de L'Iman Khomeiny, Affair Internationales, 1996.

ALI, Tariq. **Confronto de fundamentalismos (cruzadas, jihads e modernidade)**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALLAND, Denis & RIALS, Stéphane. **Dictionnaire de la Culture Juridique**. Paris, 2003.

AL KARADHAWI, Yossef. **O lícito e o ilícito no Islam**. São Bernardo do Campo: Centro de divulgação do Islam para a América Latina, 1991.

ARBEX JR, José. **Islã - Um enigma de nossa época**. São Paulo: moderna, 1996.

ARENDT, Hannah. **A Dignidade na Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ARJOMAND, Said Amir. **The Turban for the Crown: the Islamic Revolution in Iran**. New York: Oxford University Press, 1988.

ARMSTRONG, Karen. **O Islã**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Maomé: uma biografia do Profeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 335p.

_____. **Uma História de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ARNAUD, André-Jean. **Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

AUMONT. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

AZEVEDO, Mateus Soares de. **Iniciação ao Islã e Sufismo**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 135p.

_____. **Mística Islâmica. Atualidade e convergência com a espiritualidade cristã**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZIZA, Mohamed. **L'Image et l'Islam**. Paris: Albin Michel, 1978.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales – Memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

BAKER, Stephen. **Visual Persuasion. The effect of picture on the subconscious**. Nova York: Mac-Graw Hill Book Company, 1961.

BALANDIER, George. **O Poder em Cena**. Brasília: UNB, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNICOAT, John. **Los carteles. Su historia y lenguaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

BARRY, Sir Gerald. **Os Meios de Expressão – A palavra, a imagem, a informação**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969.

BARTHOLO Jr., Roberto S. & CAMPOS, Arminda Eugenia (orgs). **Islã - O Credo é a Conduta**. Rio de Janeiro: Imago Ed.: ISER, 1990.

BASTIDE, Roger. “O islã Negro no Brasil”. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1989. 586p. (3a.ed) -capítulo VII - 203-218.

BEAUGÉ, G. & CLÉMENT, J.-F. **L'Image Dans le Monde Arabe**. Paris: CNRS Éditions, 1995.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BESANÇON, Alain. **A imagem proibida - uma história intelectual da iconoclastia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERELSON, B.R LAZARSFELD, P. F.& McPHEE, W. N. **Voting: a study of opinion formation in a Presidential campaign**. Chicago: University of Chicago Press. 1954.

BLACHÈRE, Régis. **O Corão**. Porto: RÉS-Editora, s/d.

BROOKS, Geraldine. **Nove partes do desejo - O mundo secreto das mulheres islâmicas**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1996.

BINGEMER, M.C.L(org). **Violência e Religião: Cristianismo, Islamismo, Judaísmo: três religiões em confronto e diálogo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2001.

BOBBIO, NORBERTO. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BUNGE, Mário. **La Investigación Científica**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

BURCKHARDT, Titus. **A Arte Sagrada no Oriente e no Ocidente – Princípios e Métodos**. São Paulo: Attar Editorial, 2004.

BURGOT, François. **Que Islamismo aí ao Lado**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BURTON, Richard Francis. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Mouros, Franceses e Judeus**. São Paulo: Perspectiva. 1984.

CAMPANINI, Máximo. **Islam y Política**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2003.

CARDINI, Franco. **Nosotros y el Islam**. Barcelona: Crítica, 2002.

CARTER Jimmy,. “444 Days of Agony”. **Time Magazine**, 18 out. 1982, p 28-46.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Vozes de Marrakech**. Porto Alegre: L&PM, 1987

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHEHELKOWSKI, P. & DABASHI, H. **Staging a Revolution: The Art of Persuasion in the Islamic Republic of Iran**. New York: New York University Press, 1999.

CHOMSKY, Noan. **Controle da Mídia – Os espetaculares feitos da Propaganda**. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CLARK, Toby. **Arte y Propaganda em el siglo XX**. Madrid: Ediciones Akal, 2000.

CORÃO. Português/Árabe. **Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa**. Tradução de Helmi NASR. Medina: Complexo de Rei Fahad para impressão do Alcorão Nobre, 2006.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. CD-ROM.

DAVI, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

DOMENACH, Jean Marie. **A propaganda Política**. São Paulo: DEL, 1955.

DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ELIADE, Mircea & COULIANO, Ioan P. **Dicionário das religiões**. São paulo: Martins Fontes. 1995.

ELIAS. Jamal J. **Islamismo**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELLUL, Jacques. **Propagandes**. Paris: Editora Economica, 1990

ESPOSITO, John L. & VOLL, John O. **Islam and Democracy**. New York: Oxford University Press, 1996.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FISCHER, Michael. “Imã Khomeini: quatro níveis de compreensão (biografia, imagem, política, gnose)”. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, n. 11, abril, 1984.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FUKUYAMA Francis. **O Fim da História e último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARAUDY, Roger. **Promessas do Islã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GEERTZ, Clifford. “Suq: The bazaar economy in Sefrou”. In GEERTZ, C. et alli. **Meaning and Order in Moroccan society: Three essays in cultural analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GHANI, Cyrus. **Iran and the Rise of Reza Shah: From Qajar Collapse to Pahlavi Power**. Londres: Ed. I.B. Tauris Publishers, 2000.

GORDON, Matthew. **Khomeini**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

GUBERN, Román. **Medios Icónicos de Masas**. Madrid: Historia 16, 1997.

HADDAD, Jamil Almansur. **O que é Islamismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HANANIA, Aida Ramezá. **Hassan Massoudy e a Arte da Caligrafia Árabe**. Revista de Estudos Orientais, São Paulo, v.01, no.01, p.73-91, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução às lições sobre história da filosofia**. Porto: Porto Editora, 1995.

HINNELLS, John R.(org) **Dicionário das religiões**. São Paulo: Cultrix, 1995.

HIRSCHMAN, Elisabeth. *Interpretative consumer research*. Provo: Association for Consumer Research, 1989.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUNTIGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUSAIN, Shahrukh. **O que sabemos sobre Islamismo**. São Paulo: Callis Ed, 1999.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JOMIER, Jacques. **Islamismo História e doutrina**. Petrópolis: Vozes, 1993. 318p.

KEDDIE, Nikki R. **Modern Iran: roots and results of revolution**. New Haven: Yale University Press, 2003.

KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do Islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

_____. **Al Oeste de Alá: la penetración del Islam em occidente**. Barcelona: Paidós, 1995.

_____. (Dir). **Las Políticas de Dios**. Madrid: Anaya e Mario Muchnik, 1995.

KÉY, Hormuz. **Le Cinéma Iranien: L'Image d'une Société en Bouillonnement**. Paris: Ed. Éditions Karthala, 1999.

KHAMENE'I, Sayyid Ali Hosseini. **Replies to Inquiries About Practical Laws of Islam**. Tehran: Islamic Culture and Relations Organization Publication Department, 1997.

KINZER, Stephen. **Todos os Homens do Xá: o golpe norte-americano e as raízes do terror no oriente médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1998.

LEITH, James A. **The Idea of Art as Propaganda in France, 1750-1799: A Study in the History of Ideas**. Toronto: University of Toronto Press, 1965.

LEWIS, Bernard. **Las identidades múltiples de Oriente medio**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2000.

_____. **O oriente médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LIANO, Ignacio Gómez de. **La Mentira Social – Imagens, Mitos y Conducta**. Madrid: Tecnos, 1989.

LINHARES, Maria Yedda. **O Oriente médio e o mundo Árabe**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LUCCHESI, Marco (org). **Caminhos do Islã**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MAALOUF, Amin. **As Cruzadas vistas pelos Árabes**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MACKEY, Sandra. **The Iranians . Persia, Islam and the Soul of a Nation**. New York: Plume Book, 1998.

MAICAS, Manuel Parés i. **Introducción a la comunicación social**. Ed. ESRP-PPU. Barcelona, 1992.

MATOS, Heloiza. **Abordagens da Comunicação Política no Brasil e na França - Mudanças sócio-políticas e formas de mediação**. São Paulo: USP/ECA, 1996. (Tese de Livre Docência)

MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

METZ, Christian et alli. **A Análise das Imagens**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MITCHELL. W.J.T. **Icology - Image, Text, Ideology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MOHAMMADI, Annabelle Sreberny & MOHAMMADI, Ali. **Small Media, Big Revolution. - Communication, Culture , and the Iranian Revolution.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MOLES, Abraham. **El afiche en la sociedad urbana.** Buenos Aires: Paidós, 1976.

_____. **O Cartaz.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, baron de da Brède et de. **Cartas Persas.** (Trad. Renato Janine Ribeiro). São Paulo: Paulicéia, 1991

MOTTAHEDEH, Roy. **The Mantle of the Prophet: religion and politics in Iran.** Oxford: Oneworld Publications, 2000.

NABHAN. Neuza Neif. Islamismo. De Maomé a nossos Dias. São Paulo: Ática, 1996. 125p.

NAIPUL, V.S. **Além da Fé.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre os fiéis.** São Paulo: Companhia das letras, 1999.

NORMAN, Daniel. **Islam and the West.** Oxford: Oneworld Publications, 2000.

O'SHEA, Maria. **Culture shock! Iran: A Guide to Customs and Etiquette.** Portland: Graphic Arts Center, 1999.

ORTIZ, Renato. **Anotações sobre religião e globalização.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, oct. 2001, vol.16, no.47, p.59-74. ISSN 0102-6909

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

PIAZZA, Waldomiro O. **Religiões da Humanidade.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 1991.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/ Ed.34, 1999.

PINHO, J.B. **Propaganda Institucional – Usos e funções da Propaganda em Relações Públicas.** São Paulo: Summus, 1990.

PINTO, Ivonete. **Descobrendo o Irã**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 1999.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História de la Propaganda**. Madrid: Eudema, 1993.

RICHARDSON, Jarry et alii. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODINSON, Maxime. **O Islão Político e a Crença**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ROMANO, Roberto (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Torino: Giulio Einaudi, v. 11, 1980.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAID, Edward W. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World**. New York: Vintage Books, 1997.

_____. **Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: companhia das Letras, 2001.

_____. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANT'ANNA Armando. **Propaganda: Teoria, Técnica e Prática**. São Paulo: Pioneira-Thompson Learning, 2002.

SCHRADER, Achim. **Introdução à Pesquisa Social Empírica**. Porto Alegre: Globo, 2aed. 1978.

SEYF, Hadi. **Coffee-House Painting**. Tehran: Reza Abbasi Museum, 1989.

SIBERTZ, Roman. **Die Briefmarken Irans als Mittel der Politischen Bildpropaganda**. Wien: Verlag. d. Österr. Akad. d. Wiss., 2005.

SOBOTTA, Johannes. **O Islã e o direito islâmico**. São Leopoldo: Unisinos, 1987.

TAWFIK, Younis. **Islam**. New York: Konecky & Konecky, 1998.

TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das Massas pela Propaganda Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Masses et Politique**. Paris: Editions du CNRS, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WILLIAMS, John Alden. **Islamismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WRIGHT, Robin. **The Last Great Revolution: turmoil and transformation in Iran**. New York: Vintage Books, 2001.

Fontes da INTERNET:

http://www.blackdoginstitute.org.au/media/writingcomp/files1medblackdogConsumerandCommunityWebsiteWebsitecontentMediaCalendarofeventsWritingC_002.swf

http://www.cgl.uwaterloo.ca/~csk/phd/kaplan_diss_starpatterns_print.pdf

<http://www.conflicts.org/document465.html>

<http://www.crwflags.com/fotw/flags/af.html>

<http://www.caroun.com/Painting/Iran/CoffeeHouse.html#Coffee-House>

http://www.erf.org.eg/grp/GRP_Sep03/Iran-Households.pdf

<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc>

<http://www.faithringgold.com/ringgold/d72.htm>

<http://www.indigogroup.co.uk/edge/bdogs.htm>

<http://www.iranntv.com/>

<http://www.islam.org.br>

<http://www.islamicconcern.com/dogs.asp>

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/star.html>

<http://www.moe.ir/Ehome.htm>

<http://www.mojahedin.org/>

<http://www.payvand.com/calendar/>

<http://www.shariati.com>

http://www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port_com_politica.htm

http://www.uesb.br/politeia/v1/artigo_03.pdf

<http://www.hf.uib.no/i/religion/popularikonografi/>

<http://uit.no/religion/1915/2?SubjectId=1&From=0>

<http://www.usc.edu/dept/MSA/reference/searchhadith.html>.

<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/foices/80anosfoices.asp>

OUTRAS FONTES:

Documentário “Revelações – Khomeini”. History Channel. 44’08”. Exibido em set. 2006.

ANEXOS

Relação de palavras utilizadas nas línguas árabe e farsi (persa)

lit – sentido literal

arab- árabe

far – farsi

lat - latim

A

Abddallah - servo de Deus(lit) – Pai do Profeta

Abássidas – Segunda dinastia que reinou no mundo muçulmano de 750 a 1258(data do ataque da sua capital, Bagdad, pelos Mongóis).

Abu Bakr – Sogro e conselheiro do Profeta Muhammad e primeiro califa do Islã. Com ele se inicia a expansão do Islã e a complilação do Corão.

Allah(al+illah) - Deus.Utilizado,também, pelos cristãos árabes.

Allahu Akbar: Deus é o maior!

Al-Hajar al-Aswad – A pedra Negra

Ali ibn Abi Talib – Primo e genro do Profeta Muhammad. Quarto califa do Islã.

Adhan – O chamado Islâmico para a prece , feito na torre da mesquita pelo muezzin ou almuaden. Da mesma raíz que, Mu'adhin.

AH - Anno Hegirae (lat) ou "after Hegira "

Al-Fatiha – "A abertura" é a primeira surah do Corão, sendo conhecida como a sua própria essência.

Al-hamdu-li-Llah. Todos os louvores pertencem a Allah. Usado expressão frequente de agradecimento a Allah.

Al-Hijra – Ano novo Islâmico, quando se comemora a Hégira(deslocamento do Profeta Muhammad de Meca para Medina em 622 CE), no primeiro dia do mês de Muharram.

Amina - a confiável(lit)- Mãe do Profeta

Ashura (dia 10 do mês de Muharram) – No caso dos xiitas, é um dia solene onde se dá a comemoração, através de representações teatrais e auto-flagelações, do martírio de Hussein, neto do Profeta em 680 CE, em Karbala.

Ayatollah : "sinal de Deus" (lit) e designa o título, obtido por aclamação popular e pelos acadêmicos em jurisprudência ou teologia islâmica, dos membros do alto escalão do clero xiita.

Ayatollah al-Uzma - "o maior sinal de Deus" (lit), grã-Ayatollah; O supremo mojtahed.

Arkan - São os 5 Pilares do Islã:

- 1) "Shahada" ou profissão de fé: "Não há outro deus senão Deus e Maomé é o seu profeta".
- 2) "Salat" ou oração: Realizada cinco vezes ao dia, direcionado para Meca.
- 3) "Zakat" ou esmola.
- 4) "Çawm" ou o jejum do mês do Ramadão (nono mês do calendário lunar islâmico e mês de jejum, do nascer ao pôr-do-Sol).
- 5) "Hajj" ou peregrinação a Meca: Todo o crente muçulmano deve fazê-la pelo menos uma vez na vida, se tiver saúde e meios financeiros para tal. Deve ser feita no Mês da Peregrinação (Dhu'lHijja), ou seja, no último mês do calendário lunar muçulmano, entre o 8º e 13º dias.

B

Baha'i Fé - religião fundada por Baha'ullah ou Bab (a porta) em 1850 e propagada pelo seu filho Abd al-Baha. Estabelece uma nova interpretação do Corão e do Islã. Acredita num Deus transcendente, que manifesta a sua vontade através de uma cadeia de profetas das principais religiões, e com poderes de verdade intrínseca. Bab seria o último deles. São considerados hereges pelos muçulmanos, especialmente no Irã, e em função disto, sujeitos a perseguições e execuções

Bassij Basij - polícia da "moral civil" da população. Subordinada aos Guardas Revolucionários, esta milícia é composta pelos setores mais pobres da sociedade.

Bismillah ou Basmalah– "Em nome de Deus", expressão usada pelos muçulmanos para pedir as bênçãos Divinas no início de qualquer tipo de atividade (obra, palestra, refeições, livros, etc). Também encontrada no início de todas as suratas do Corão

Burqu' (arab) ou **burqa'** (far) - longo manto véu que cobre a maior parte do corpo das mulheres muçulmanas, exceto os olhos.

C

Caaba ou kaaba - Construção em forma de cubo, recoberta com seda negra, presente no interior da grande mesquita de Meca que encerra numa das suas extremidades a pedra negra. Lugar sagrado que define a direção exata a ser tomada pelos fiéis quando das orações do dia. Segundo a tradição foi construída por Adão, mais tarde reconstruída por Abraão e Ismael e finalmente purificada pelo Profeta Muhammad e seus seguidores depois que os pagãos de Meca a usassem para a adoração dos mais diversos deuses.

Cadi ou Qadi – Juiz

Califa ou Khalifa – Títulos dos Dirigentes da comunidade Islâmica, sucessores de Muhammad e seus representantes. Os três primeiros governaram desde Medina, os Omíadas desde Damasco e os Abássidas desde Bagdah. A partir de 1517 se instalaram em Istambul. O califado foi abolido com a queda do Império Otomano, em 1924.

Carbala – ver Karbala

Charia ou Sharia - A lei islâmica, conjunto de regras, disposições, interdições e sanções advindas da tradição e da jurisprudência.

Chador ou Shador – Tenda(lit) - longa túnica e o véu negros que cobrem todo o corpo feminino. É usado no Irã e em vários países árabes.

Corão (Qur'an) – recitação(lit). É o livro mais sagrado do Islã, considerado pelos muçulmanos a palavra de Deus revelada, em língua árabe pelo anjo Gabriel(Jibril) ao profeta Maomé. O texto consiste em 114 capítulos, cada um designado como "sura". Cada "sura" está dividido em versículos.

D

Dar al-ad – Terra em que os muçulmanos podem viver em paz em um estado não muçulmano.

Dar al-harb – Terra de infiéis onde é lícito, do ponto de vista da doutrina islâmica, empreender a jihad.

Dar al-Kufr – Terra dos ímpios, oposto de Dar al-Islam.

Dar al-Islam – Terra do Islã, terra onde se aplica a Sharia.

E

Escolas Jurídicas Islâmicas:

Hambalita

Hanafita

Maliquita

Shafita

Xiíta

F

Faqih – Jurista(lit). Doutor em direito, autorizado a exercer a sua ijtihad, ou seja, sua própria interpretação para regulamentar casos concretos em estrita fidelidade ao Corão.

Fátima ou Fatemeh – Filha do Profeta, esposa de Ali e geradora da descendência

Fatwah – Advertência, aviso no sentido de opinião jurídica islâmica emitida por um faqih ou mufti.

Fiqh – Jurisprudência, cujo especialista é o faqih.

fiqhest une sorte de jurisprudence qui permet à l'islam de s'adapter à toutes les situations.

Fedayn(plural de Fedaí) – Combatentes ou guerrilheiros dispostos a dar a própria vida por uma causa sagrada. Nome que se dava habitualmente aos militares ou combatentes da Organização para a Libertação da Palestina(OLP).

Fundamentalismo islâmico - Na sua essência, esta expressão indica o desejo de regresso a um Islão ideal. Muitos fundamentalistas islâmicos acreditam que o Islão da Era Moderna e os chamados Estados islâmicos foram corrompidos, desejando regressar ao "verdadeiro" Islão, sem qualquer compromissos com o secularismo, o que frequentemente gera hostilidade em relação ao Ocidente.

G

Gabriel - Jibril (arab)

Gharbzadeh(far) – westoxicated;aquele que admira o modo ocidental de vida.

H

Hadith ou **Hadiz** - tradição e hábitos(atos, gestos e frases)do profeta na forma de relatos curtos, não constando no Corão. Em sua forma clássica se transmite através de um **garante** que a sua vez recebeu de outro e assim sucessivamente até uma testemunha ocular.

Hajar el Aswad – (Pedra Negra) é uma pedra de cor escura considerada uma das relíquias mais sagradas do Islã. Encontra-se na Caaba, cuja construção integra-se na mesquita de Al Masjid Al-Haram.

Hajj – Peregrinação(lit). A peregrinação à Meca que é um dos cinco pilares do Islã feita no décimo dia de Dhul Hijja. Também denomina o título ostentado por aqueles que fizeram a peregrinação a Meca.

Halal – Lícito,permitido.Adjetivo que qualifica ações, alimentos e bebidas permitidas aos muçulmanos.

Haram - Ilícito. Adjetivo que qualifica ações,alimentos e bebidas não-permitidas aos muçulmanos.

Harb – guerra

Hajr-I-Aswad – a pedra negra, considerada sagrada, que se localiza num dos lados da Caaba.

Hamadan ou **Ramadã**: nono mês do calendário islâmico, durante o qual o Corão foi revelado pela primeira vez a Maomé pelo anjo Gabriel.Neste mês se requer a abstenção de alimento, bebida e atividade sexual durante o horário diurno.

Hégira ou Hijrah - Viagem de Maomé de Meca a Medina (Yathrib) em 622 d.C. É a data a partir da qual o calendário islâmico é contado.

Hezbollah ou Hizb Allah – Partido de Deus, denominação originada a partir de duas suras do corão(Sura 5, versículo 56 e sura 22, versículo 58). Foi adotado por um movimento xiita fundado em 1982, no Líbano

Hejab ou Hijab - Modo de vestir das mulheres muçulmanas.

Hijrah – Migração(lit).

Hojatoleslam hujjat'l-Islam(arab) – Prova do Islã(lit). Título religioso do clero xiita, Grau de um futuro "mujtahid" (teólogo), abaixo de "ayatollah".

Hussain ou Hussein – Filho de Ali e Fátima, portanto neto do Profeta.

I

Ijma – Consenso(lit). É a terceira das quatro fontes do direito islâmico. A primeira é o Corão, a segunda a Sunnah e como quarta temos o Qiyas, que são as deduções lógicas das demais fontes. A Ijma é o estabelecimento através do consenso entre jurisconsultos e aplicados a situações não contempladas pelo Corão nem pelos Hadiths.

Ijtihad(arab)ijtehad(far) – Iniciativa(lit).Esforço pessoal de interpretação da lei Islâmica a partir de regras rígidas.

Imam – Aquele que está a frente(lit), além disto possui diversos significados:

- 1) chefiar ou conduzir a oração, tendo um primeiro significado de líder da prece.
- 2) Os primeiros doze líderes dos xiitas são referidos como Doze Imãs.
- 3) Os ismailitas reconhecem os sete primeiros imãs e o imã desempenha um papel-chave nas complexas doutrinas do ismailismo.
- 4) Nos primórdios da história islâmica, o título imã estava associado ao de califa.
- 5) Também usado simplesmente como título de respeito, como no caso do falecido Khomeini, que preferia ser tratado por imã do que por ayatollah.

Iman - Fé

In Sha Allah – Se Deus quiser!

Islã - submissão (lit), abandono completo da própria pessoa à vontade Deus. Se converteu no nome da religião criada por Muhammad, no século VII d.C, em época bem avançada de sua vida. É o infinitivo do verbo do qual muslim é o participio presente.

Ihram – Vestes usadas pelos peregrinos em Meca

J

Jihad ou djihad - esforço(lit).palavra formada a partir da raiz j.h.d, que signica aplicação, dedicação.

al jihad-l-akbar (a grande Jihad) - Esforço(luta) interior do fiel contra seus instintos e ao mesmo tempo, a busca da perfeição individual.

al jihad-l-asghar (a pequena Jihad) – A luta armada, para a defesa da fé e da pátria do Islã, guerra contra os inimigos da fé.

K

Kaaba – ver Caaba

Khalifa – ver califa

Karbala ou Kerbala – área do Iraque (hoje cidade)que serviu de palco para o martírio de Hussain, em função disso tornou-se ponto marcante do imaginário muçulmano, especialmente o xiíta.

Kafir(arab) Kafer(far) – Infíel, pagão.

Kiswa – Espécie de cortina feita em seda pura negra com inscrições do Corão em ouro e prata e que cobre a Caaba na cidade de Meca.

L

La ilaha ill Allah – É a Shahada, primeiro testemunho da Fé Islâmica

M

Madrasah(arab)madrash(far)madrassa – Escola(lit).Seminário ou Faculdade Islâmica com foco na lei islâmica.

Medina ou Madinah - Cidade(lit). Esta palavra remete à Cidade do Profeta(madinatu n-nabi).É o segundo lugar santo do Islã, depois de Meca.

Magreb – É a parte mais ocidental do mundo árabe; compreende Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia.

Mahdi – O bem dirigido(lit). Título outorgado a pessoa, descendente do Profeta, que deve aparecer no final dos tempos para reestabelecer a ordem e justiça sobre a Terra.

Majilis – Lugar de encontro, reunião(lit). A assembléia representativa do Irã
Lugar de encontro ou assembléia. A palavra sofreu consideráveis desenvolvimentos sócio-históricos e hoje é usada para designar os parlamentos de alguns países árabes e do Irão (quando se refere a este último deve escrever-se em caixa alta, já que faz parte do nome do Parlamento - Mejles-e-Shura-ye-Eslami).

Marji' al-Taqlid(Arab) - marja-e taqlid(far) – Fonte de imitação(inspiração)

Fonte de Imitação, epíteto que caracteriza os "ayatollahs" com a patente de Ayatollah al-Uzma. A um único ou supremo Marji' chama-se Marji' al-Taqlid al-Mutlaq, título usado por Khomeini, não tendo o seu sucessor, Ali Khamenei, conseguido ainda ser aclamado como tal.

Masjid – Área de prostração das mesquitas.

Mollah ou mullah ou mawla : defensor,mestre(lit).É um título religioso do clero xiita. Equivale a Sheik(shayk)no sunismo.

Mihrab – Nicho decorado nas mesquitas que indica a orientação geográfica exata da oração.

Minbar – Segundo a tradição, o minbar consistia num tronco de palmeira sobre o qual Muhammad se colocava para dirigir-se aos seus fiéis.Atualmente é um tipo de escada decorada que desde o seu alto o Imam se dirige aos presentes na mesquita.

Muezim ou muezzin. mu'adhdhin (arab) é o crente encarregado na mesquita do chamamento para a oração (Adhan)

Mufti - Aquele que emite os decretos religiosos denominados fatwa, podendo ou não ter o título de "qadi" (juiz). O mufti serve de ponte entre a pura jurisprudência e o Islã atual.

Muhammad, Mohammed, Mahomet, Mahoma, Maomé –(o mais louvado), Grafias correntes do nome do Profeta do Islã.Nesta tese optamos por Utilizar Muhammad.

Mujahidim –

Mullah – Palavra derivada do árabe "mawla", que significa "mestre". É usada como título de respeito por figuras religiosas e juristas, no Irão (onde o seu poder é simbolizado pelo turbante. Se for negro, significa descendência directa do profeta Maomé) e noutras partes da Ásia.

Mollah ou Mullah: Membro do clero xiíta.

Otomanos – Dinastia turca que reinou por último no mundo muçulmano até a abolição do califado(1924).

Omíadas – Dinastia fundada por Muawiyya logo após os quatro primeiros sucessores do Profeta.Reinaram de 661 a 750.

Oummah ou Ummah : Atualmente significa a comunidade de todos os crentes muçulmanos.A palavra é derivada de oum, que significa fonte, princípio, matriz. No tempo de Muhammad significava mãe de todas as tribos da Arábia.

P

Pasdaram – Guardiões da Revolução Islâmica do Irã.

Q

Qibla – É a direção exata para Meca que os muçulmanos tomam quando rezam.Na cidade de São Paulo, por exemplo, o direcionamento seria: 23°32"S (latitude) e 46° 37" W (longitude).

R

Ramadã ou Hamadam –

Rasul – Mensageiro, enviado de Deus em missão, Profeta de Allah.

Risalah – A mensagem enviada

S

Salat – oração

Salam – Paz(lit)

SAAWS – *Sallah Allahu Aleihi Wa-Sallam* – Que a paz e benção de Deus esteja com ele. Fórmula colocada nos textos escritos por muçulmanos, logo após o nome do Profeta.

SAVAK - (*Sazman-e Etela-at va Amniyat-e Keshvar*)foi a Organização Nacional de Segurança e Inteligência.Estruturada com a orientação de oficiais de inteligência americanos e israelenses em 1957.

Sepah-e Din – Corporações religiosas.

Shahada – da raiz s.h.d, significando assistir a, ser testemunha de(lit). Em termos religiosos significa dar o testemunho da fé islâmica, o que corresponde a fórmula:

La Ilaha Illa Allah, Muhammad Rasul Allah (Não existe Deus além de Allah e Muhammad é o seu Profeta).

Também possui um sentido de martírio, o shahid é o mártir.

Sunita - Aquele que adere à suna(sunat annabi) ou às ações do profeta. Acreditam em Abu Bakr, um dos primeiros companheiros e convertidos do profeta. Ramo majoritário do Islã.

Surata ou Surah – Fase, etapa, degrau(lit)ou seja os capítulos dos Corão, como forma de evolução pessoal para chegar a Deus.

Sharia – O sentido original(caminho, via)tornou-se lei, legislação, portanto Lei Islâmica.É baseado no Corão e na Sunnah.

Shiaat Ali – Partidários de Ali(Xiitas).

Sufi – de Sufa (lã)ou roupa de lã usadas pelos sufis..Místico muçulmano, seguidor do sufismo, movimento ascético-místico, tradicionalmente considerado heterodoxo devido às influências cristãs, judaicas, hindus e helenísticas.

Sunna – Significa costume ou tradição(lit).É o conjunto das palavras, gestos, hábitos e gostos do Profeta, relatados pelos seus companheiros na forma de haddiths.

T

Talibam – Plural de Talib(far). Estudante(lit) de uma escola religiosa. Guerrilha da guerra civil afegã fundada em 1994 pelo mulah Muhammad Umar e integrada por estudantes sunitas radicais.

Taqliq – Imitação(lit)

Tawhid – da raiz w.h.d, que significa uno(lit). É a essência do monoteísmo, a afirmação da unicidade de Deus.

Da mesma forma, designa a teologia, entendida como ciência da unicidade de Deus.

Tasawuuf – Tradição mística(sufi)

U

Ulema – Plural de alem(sábio)lit.Líderes religiosos Professores religiosos, juristas, sábios, imãs, juízes, ayatollahs são geralmente referidos como um grupo monolítico de intelectuais e acadêmicos, guardiões da ortodoxia.

Ummah – da raiz u.m.m (mãe, fonte, matriz)cujos sentido alargou-se para Comunidade (dos crentes muçulmanos), povo, nação.

Umrah (Umratul-Qada) - É a pequena peregrinação a Meca, que pode ser feita em qualquer época do ano, exceto no período da grande peregrinação (Hajj).

V

Velayat-e-faqih - Princípio religioso xiita que institui a supremacia do líder espiritual.

W

Wahabismo – Movimento fundado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab(1703-1792), pregador radical cuja influencia predomina até hoje na Arábia Saudita e que propugna pelo retorno a uma certa pureza primitiva dos tempos heróicos dos Islã aplicando as leis em sua estrita autenticidade.

Waqf – Terras

Baseado num enfoque literal do significado do Corão.Tornou-se a doutrina religiosa oficial da dinastia da Arábia Saudita e preconiza um retorno a um Islã puro.

X

Xiíta ou Shiita – Deriva de Shi'a (partido) e designa os seguidores de Ali e a sua descendência. A doutrina é baseada na idéia de que, após a morte do Profeta, a legitimidade da direção da comunidade muçulmana recairia em Ali(1º Imam), depois o filho Hassan(2º Imam),em seguida o segundo filho Hussein(3º Imam) e seus descendentes.

A população xiita é estimada em 10% do conjunto de muçulmanos. Vivem na sua maior parte no Irã, Iraque, Líbano, paquistão e Índia.

Y

Yizya – Tributo, imposto que pagam os não-muçulmanos que estão sob proteção de um governo muçulmano.

Z

Zakat – É a esmola legal obrigatória, sendo um dos cinco pilares do Islã.

Constituição da República Islâmica do Irã

Capítulo Primeiro Princípios Gerais

Artigo 1º

O Governo do Irã é uma República Islâmica que a nação do Irã, baseada na sua crença eterna num governo de verdade e justiça do Alcorão, em seguimento à vitoriosa Revolução islâmica, liderada pelo Ayatollah Imam Khomeini, confirmou por Referendo Nacional que teve lugar em 10 e 11 de Farvardin, 1358, da Hégira Solar, correspondendo a 01 e 02 de Jamad al-awwal, 1399 da Hégira Lunar (= 30 e 31 de Março de 1979), com uma maioria de 98,2% dos votos.

Artigo 2º

A Revolução islâmica é um sistema baseado na fé nos seguintes pontos:

1. No Monoteísmo (como se conclui da frase, "Não há outra Divindade senão Deus"). Na Sua Soberania e no Seu Poder de Legistar, que só a Ele pertence e na necessidade de nos submetermos a Ele.
2. Na Revelação Divina e no seu papel fundamental na expressão das leis.
3. Na Ressurreição e no seu papel fundamental na evolução dos seres humanos para Deus.
4. Na Justiça Divina, na Criação e nas Leis Divinas.
5. No Imamate e na direção permanente e positiva no seu papel fundamental na continuidade da Revolução Islâmica.
6. Na Dignidade do ser humano e nos nobres valores da humanidade que ultrapassam os humanos e no livre-arbítrio ligado com a sua responsabilidade perante Deus. A República Islâmica do Irã é garantida da justiça e da independência política, econômica, social e cultural e da integridade nacional baseadas no seguinte:
7. Um constante esforço intelectual e de competência dos eruditos da jurisprudência Islâmica reunindo as condições exigidas baseadas no Sagrado Alcorão e nas Tradições dos Puros (Profetas e Imams) – que a Paz esteja com eles.
8. No aproveitamento das Ciências e da tecnologia e das experiências avançadas da Humanidade e em todos os esforços feitos para a sua evolução.
9. Na negação de toda a forma de opressão e domínio, bem como de toda a dependência ou submissão a ela.

Artigo 3º

O Governo da República Islâmica do Irã é responsável pela consecução dos objetivos citados no Artigo 2º, e aplicará todos os meios ao seu alcance para a realização do seguinte:

1. Criação de um ambiente adequado para o desenvolvimento de valores morais baseados na fé e na piedade e na luta contra toda a espécie de vício e corrupção.
2. Elevar o nível geral em todos os campos, utilizando corretamente a imprensa e os meios de comunicação social e outros meios de comunicação.
3. Prover uma educação livre e o desenvolvimento físico para todos os níveis, fornecer facilidades e generalizar a educação superior.
4. Fortalecer o espírito de pesquisa, empreendimentos e invenção em todos os campos quer científicos, técnicos, culturais e islâmicos, instituindo centros de pesquisa e estimulando os estudiosos.
5. Rejeição total do colonialismo e prevenção da influência estrangeira.
6. Abolição de qualquer espécie de ditadura, despotismo e monopólio.
7. Assegurar a liberdade política e social dentro dos limites marcados pela lei.
8. A participação de todo o povo na determinação do seu destino político, econômico, social e cultural.
9. Suprimir toda a discriminação injusta e criar possibilidades iguais para todos os aspectos materiais e espirituais.
10. Criar um sistema educativo correto, eliminando os departamentos desnecessários.
11. Fortalecer a estrutura defensiva nacional mediante a educação militar geral com o objetivo de salvaguardar a independência e a integridade territorial e o sistema Islâmico do País.
12. Criar uma economia justa e correta de acordo com os princípios islâmicos para fomentar o bem estar, erradicar a pobreza e eliminar todas as privações nos campos da alimentação, da moradia, do trabalho, da saúde e generalizar a segurança social.
13. Assegurar a auto-suficiência na ciência, tecnologia, indústria, agricultura e questões militares, tal como nos demais campos.
14. Garantir todos os direitos aos indivíduos, tanto à mulher como ao homem, criar garantias justas para todos e igualdade de direitos de todos perante a lei.
15. Desenvolver e fortalecer a fraternidade islâmica e a cooperação pública entre todos.
16. Organizar a política externa do país baseada em critérios islâmicos, no compromisso fraterno para com todos os muçulmanos e proteção total a todos os desprotegidos do mundo.

Artigo 4º

Todas as leis e decretos civis, penais, financeiros, econômicos, administrativos, culturais, militares e políticos, etc. e no que respeita a recursos naturais devem basear-se em preceitos islâmicos. Este artigo tem absoluta e universal prioridade sobre todos os outros artigos da Constituição tal como cobre todos os decretos e regulamentos que venham a ser decididos pelos jurisprudentes do "Conselho de Vigilância".

Artigo 5º

Durante o tempo em que o 12º Imam (que Deus acelere sua reaparição) estiver oculto, a direção dos negócios e a chefia do povo da República Islâmica do Irã será da responsabilidade de um jurisprudente justo e piedoso, conhecedor da sua época, corajoso, eficaz e hábil a quem a maioria do povo conhece e aceita ser o seu Líder. Caso o jurisprudente não tenha tal maioria, um Conselho Dirigente, ou Conselho de Direção

consistindo de jurisperitos que reunam as qualificações acima, assumirá a mesma responsabilidade.

Artigo 6º

Na República Islâmica do Irã os assuntos do País devem ser administrados de acordo com a votação geral do povo quer no que respeita à eleição de um Presidente da República, Representantes da assembléia Islâmica, Membros dos Conselhos e dos demais ou por referendo, como providenciados e determinados noutros princípios desta Constituição.

Artigo 7º

De acordo com as diretrizes do Alcorão, "Os seus assuntos é aconselhar-se entre eles" (42:38), "aconselha-te com eles no assunto" (3:152), os conselhos constituem os principais órgãos de tomada de decisão e de administração dos assuntos do País: O Conselho da Assembléia Nacional, os Conselhos Provinciais, os Conselhos Municipais, os Conselhos de Cidade, os Conselhos Vicinais, os Conselhos de Distritos, os Conselhos de Aldeia e assim por diante.

Os limites da atuação, como se constituem, o seu âmbito de competência e as funções dos conselhos especificam-se nesta Constituição, tal como as especificações legais que eles podem emitir.

Artigo 8º

Na República Islâmica do Irã, o povo é convidado à virtude, ordenando o bem e proibindo o mal, é um dever mútuo e universal de uns para os outros e do governo no que respeita ao povo e do povo no que respeita ao governo. As especificações, limitações e natureza deste dever são estabelecidas pela lei. "E os crentes, homens e mulheres, são amigos uns dos outros, eles rejubilam no Bem e proíbem o Mal" – (Alcorão 9:71).

Artigo 9º

Na República islâmica, a liberdade, a independência, a unidade e integridade territorial do País são inseparáveis uma das outras, e a sua preservação é da responsabilidade do governo e de cada indivíduo da nação iraniana. Nenhuma pessoa, grupo ou autoridade tem o direito de violar minimamente a independência política, cultural, económica e militar, e/ou a integridade do Irã, usando erroneamente a palavra liberdade e nenhuma autoridade pode negar as liberdades legítimas sob o pretexto de salvaguardar a independência e a integridade territorial do país, mesmo que seja feito pela elaboração de leis e regulamentos.

Artigo 10º

Considerando que a unidade familiar é a unidade fundamental da sociedade islâmica, todas as leis permanentes, decretos e programas correspondentes devem servir a finalidade de facilitar e estabelecer famílias e de salvaguardar o carácter sagrado da instituição familiar, fortalecendo as relações familiares baseadas na Lei e Moral Islâmicas.

Artigo 11º

De acordo com o verso corânico, "Certamente esta vossa comunidade é uma comunidade, e Eu sou o vosso Senhor, por isso servi-Me" (21:9), todos os muçulmanos são uma só nação e o governo da República Islâmica do Irã é responsável que a sua política geral baseada na aliança e solidariedade das nações islâmicas e que se façam esforços contínuos para conseguir a realização da unidade política, económica e cultural do mundo do islã.

Artigo 12º

A religião oficial do Irã é o Islã e de doutrina Já'afaria crente nos 12 Imams. Este Artigo é perpetuamente inalterável. As outras escolas de jurisprudência islâmica, quer sejam a Hanafi, Shafe'i, Maleki, Hanbali e Zaidi gozam de todo respeito. Os seus seguidores gozam de completa liberdade de celebração dos seus ritos religiosos, de acordo com a sua própria jurisprudência. Elas desfrutam de oficialidade em relação com a sua instrução religiosa, estatuto pessoal (incluindo casamento, divórcio, herança) bem como as querelas judiciais relacionadas com essas matérias ante os tribunais. Em todos os lugares, onde os seguidores de qualquer das escolas mencionadas gozem maioria, os assuntos locais serão formulados de acordo com as leis daquela doutrina e sob as leis de jurisdição dos Conselhos daquela região, com a certeza que os direitos dos crentes das restantes doutrinas serão respeitados.

Artigo 13º

Os Zoroastras, Judeus e Cristãos iranianos são as únicas minorias religiosas oficiais que perante a lei islâmica têm liberdade de praticar as suas cerimônias religiosas. Em assuntos pessoais e ensino religioso podem atuar em conformidade com os ditames das suas próprias leis religiosas.

Artigo 14º

A soberania nacional, de acordo com o verso Corânico, "Deus não te proíbe, no que respeita aqueles que não lutaram contra ti por causas religiosas, nem te expulsaram das tuas casas, que sejas amável para com eles e que sejas justo para com eles; na verdade, Deus ama os justos", (60:8), o governo da República Islâmica do Irã e todos os muçulmanos são obrigados a conduzir-se com moderação, justiça e equidade para com os não-muçulmanos e devem salvaguardar os seus direitos humanos. Este princípio é válido somente para aqueles que não conspiram ou agem contra o Islã e contra a Revolução Islâmica do Irã.

Capítulo Segundo **A Língua, a Escrita, a História e a** **Bandeira Oficial do País**

Artigo 15º

A língua e a escrita oficial do povo do Irã é o Persa. Toda a correspondência oficial, documentos, textos, tal como o texto de livros devem ser nesta língua e escrita; permite-se contudo a utilização de dialetos locais e tribais juntamente com a língua persa em publicações e órgãos de comunicação social e as instruções da sua literatura nas escolas.

Artigo 16º

Como a língua do Alcorão é árabe, tal como a língua das ciências e ensinamentos islâmicos e porque a língua persa está completamente entrelaçada com ela, aquela língua deve ser ensinada em todas as aulas e em todos os campos, desde a escola primária até o final do ensino escolar.

Artigo 17º

O início oficial da história do País começa com a migração = (Hégira) do Profeta do Islã (Que a Paz esteja com ele). São aceites os calendários solar e lunar, mas a data a ser usada pelo governo é a solar. O dia do descanso semanal oficial é Sexta-feira.

Artigo 18º

A bandeira oficial do Irã é verde, branca e vermelha, com a insígnia da República Islâmica e a frase "allaho akbar" (Deus é Grande).

Capítulo Terceiro Os Direitos dos Cidadãos

Artigo 19º

Todos os cidadãos da nação, seja qual for a sua origem tribal, cor, raça, língua ou outras particularidades, não têm direito a privilégios e não terão quaisquer preferências.

Artigo 20º

Todos os cidadãos da nação, tanto homens como mulheres, terão igual proteção perante a lei e todos os direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais serão baseados nos princípios islâmicos.

Artigo 21º

O governo é obrigado a garantir os direitos das mulheres de acordo com os preceitos islâmicos e providenciar o seguinte:

1. Criar condições favoráveis ao desenvolvimento da personalidade da mulher e a defesa dos seus direitos materiais e espirituais.
2. Apoio às mães, especialmente no período de gestação, lactação e educação e proteção às crianças sem tutor.
3. Criação de tribunais competentes para a proteção da existência e continuação da família.
4. Criação de um seguro especial para as viúvas, idosas e pessoas sem qualquer espécie de assistência.
5. Outorgar a tutela de crianças a mães dignas para benefício das crianças no caso de não haver tutor legal (de acordo com a lei islâmica).

Artigo 22º

O respeito, a vida, a prioridade, os direitos, a habitação e a ocupação das pessoas são invioláveis, exceto em situações em que a lei o permita.

Artigo 23º

É proibida qualquer perseguição relacionada com as crenças das pessoas, e ninguém pode ser penalizado pelo simples fato de acreditar numa determinada crença.

Artigo 24º

As publicações e a imprensa gozam de liberdade de expressão a não ser que sejam injuriosas para com os fundamentos do Islã ou para com os direitos públicos. A lei determinará com pormenor esta questão.

Artigo 25º

Proíbe-se violar e interceptar a correspondência, assim como gravar e tornar público as comunicações telefônicas, telegráficas ou por telex, censurá-las e também interrompê-las, impedindo que cheguem a seu destino, bem como a escuta sub-reptícia e a espionagem de qualquer espécie, com exceção do prescrito na lei.

Artigo 26º

As pessoas serão livres de criar partidos religiosos, políticos e profissionais, associações e sociedades islâmicas ou sociedades de minorias religiosas oficiais, desde que essa associação não esteja em contradição com os princípios de independência, liberdade, soberania, unidade nacional e os preceitos islâmicos e a constituição da república Islâmica. Os indivíduos são livres de participar de tais grupos. Ninguém pode ser impedido ou forçado a participar de tais grupos.

Artigo 27º

É permitido organizar reuniões ou assembléias bem como manifestações desde que as mesmas não sejam injuriosas para com os princípios islâmicos.

Artigo 28º

Todos têm o direito de escolher a ocupação de sua livre escolha, desde que esta não seja contrária ao Islã, ao interesse público ou aos direitos de terceiros. O governo tem a obrigação de criar condições iguais de acesso ao emprego a todos os indivíduos bem como possibilidades iguais para todos de escolherem a sua profissão.

Artigo 29º

É um direito universal de todos gozarem de seguro social ou outra qualquer forma de segurança para casos de reforma, desemprego, velhice, invalidez, falta de tutela, miséria, assim como em casos de acidente ou catástrofe. A necessidade de dispor de serviço de saúde, farmacêutico e hospitalar com ou sem seguro social é um direito público. O governo, de acordo com as leis, e utilizando os fundos públicos, tem a obrigação de assegurar os serviços sociais e a proteção financeira, anteriormente mencionada, a todos os cidadãos do país.

Artigo 30º

O governo é obrigado a criar meios educacionais gratuitos para toda a nação até o fim da educação geral e sistemas gratuitos de educação superior, de forma que o país satisfaça suas próprias necessidades.

Artigo 31º

Ter uma habitação apropriada é o direito de cada indivíduo e de cada família iraniana. O governo é obrigado a providenciar a implementação deste artigo, dando prioridade àqueles que sejam mais necessitados, especialmente os residentes em zonas rurais e os trabalhadores.

Artigo 32º

Ninguém pode ser preso, exceto se a lei assim o determinar e da maneira por ela prescrita. Em caso de prisão, o acusado deve ser imediatamente informado, em pessoa, das acusações, e num período máximo de 24 horas deve ser entregue ao juiz competente um processo preliminar, tomando-se medidas pertinentes ao julgamento, no mais breve espaço de tempo. A violação deste princípio será punida de acordo com a lei.

Artigo 33º

Ninguém pode ser exilado do seu local de residência, ou impedido de viver no lugar que escolheu, ou obrigado a viver num determinado local, exceto em casos prescritos pela lei.

Artigo 34º

O direito de recorrer à justiça é um direito inalienável de todos. Quem quer que seja pode recorrer aos tribunais competentes para submeter um caso a julgamento. Todos os indivíduos têm direito a ter acesso a esses tribunais. Não se pode proibir ninguém de recorrer ao tribunal correspondente.

Artigo 35º

Em todos os tribunais, as duas partes em litígio têm o direito de escolher o advogado que cada parte quiser. Caso uma das partes não possa assegurar um conselheiro legal, devem ser-lhe fornecidos estes serviços através de ajuda legal.

Artigo 36º

A pronúncia de sentença e a execução da mesma só podem ser feitas por um tribunal competente e de acordo com a lei.

Artigo 37º

Por princípio, toda a pessoa é inocente e ninguém pode ser considerado culpado, a não ser que o tribunal competente prove que é culpado.

Artigo 38º

É proibida qualquer tortura física ou psicológica, a fim de extrair uma confissão. É absolutamente proibido obrigar uma pessoa a testemunhar, a confessar ou a jurar. Tais testemunhos, confissões ou juramentos carecem de valor e validade. O infrator deste artigo, será punido de acordo com a lei.

Artigo 39º

É proibido violar, de qualquer forma, a honra e a dignidade de um indivíduo que tenha sido preso, encarcerado ou exilado. Tal violação será punível por lei.

Artigo 40º

Ninguém pode usar os seus direitos em prejuízo de terceiros ou infringir os interesses públicos.

Artigo 41º

A nacionalidade iraniana é um direito absoluto de todos os cidadãos e o governo não pode privar de cidadania qualquer iraniano, salvo se o mesmo o pedir, ou caso o mesmo torne-se cidadão de outro país.

Artigo 42º

Os cidadãos de outros países podem obter a cidadania iraniana de acordo com as leis. A cidadania só lhes pode ser tirada quando outro estado lhes conceder a nacionalidade ou em caso de a pessoa assim o requerer.

Capítulo Quarto

A Economia e os Assuntos Financeiros

Artigo 43º

Para assegurar a independência econômica da sociedade e para erradicar a pobreza e a miséria e satisfazer as necessidades humanas no decurso do seu crescimento, salvaguardando a sua dignidade, a economia da República Islâmica do Irã baseia-se nos seguintes critérios:

1. Providenciar as necessidades básicas: habitação, alimentação, vestuário, saúde pública, tratamento médico, educação e os meios necessários para constituir uma família.
2. Assegurar as possibilidades e oportunidades de trabalho para todos com o fim de alcançar o pleno emprego para todos, fornecendo meios de trabalho a todos os que podem trabalhar mas que carecem de meios, na forma de cooperativas, de empréstimos sem juros, ou através de qualquer outro meio legal, de modo que a riqueza não fique centralizada ou seja transmitida para a posse de indivíduos ou grupos de terminados, de modo a que o governo não se torne um padrão absoluto. Isto deve fazer-se, tendo em conta as necessidades existentes, constantes dos programas econômicos gerais do país, em todas as suas formas de desenvolvimento.

3. A elaboração dos programas econômicos do País deve organizar-se de forma a que o modo, conteúdo e horário de trabalho sejam de maneira a que cada indivíduo, para além do seu esforço no trabalho, possa Ter a oportunidade e a energia suficiente para um auto-desenvolvimento espiritual, social e político, tal como participação ativa na direção do País, aumentando a sua eficiência e iniciativa.
4. Respeitar a liberdade do indivíduo na escolha de uma profissão, não forçando as pessoas a fazer um determinado trabalho e impedir a exploração do trabalho alheio para benefício próprio.
5. Proibir prejuízos a outrem, assim como o monopólio, o exclusivismo, a usura, o açambarcamento e qualquer outra transação declarada proibida ou ilícita.
6. Proibir o desperdício de quaisquer que sejam os recursos em todas as áreas da economia, incluindo o consumo, o investimento, a produção, a distribuição e os serviços.
7. Utilizar das ciências e tecnologia e a instrução de indivíduos capazes, em proporção às necessidades para o desenvolvimento e progresso econômico do País.
8. Prevenir a dominação estrangeira sobre a economia do País.
9. Insistir no incremento da produção agrícola, animal e industrial, a fim de satisfazer as necessidades do País, permitindo à nação que alcance um nível de auto-suficiência neste campo que a liberte de toda dependência.

Artigo 44º

A economia da República Islâmica do Irã é baseada em três setores: público, cooperativo e privado.

O setor público abrange todas as grandes indústrias, as indústrias básicas, o comércio externo, as grandes minas, bancos, os seguros, os programas energéticos, as grandes barragens e sistemas de irrigação, rádio e televisão, os correios, os telégrafos, a aviação, a navegação marítima e as estradas de ferro devem estar sob a responsabilidade do governo.

O setor cooperativo inclui companhias e empresas cooperativas de produção e distribuição que estão estabelecidas em cidades e aldeias, de acordo com critérios islâmicos.

O setor privado abrange a parte da agricultura, indústria, criação de animais, comércio e serviços que complementam as atividades econômicas, tanto estatais como cooperativas. A lei da República Islâmica protege a propriedade nestes três setores, sempre que estiver de acordo com os outros princípios que figuram neste capítulo, não transgredindo os limites da lei islâmica. A propriedade conduz ao progresso e ao desenvolvimento econômico nacional e não prejudica a sociedade. A lei determinará os pormenores, as normas, os campos e as condições pertinentes aos três setores.

Artigo 45º

Os recursos naturais e a riqueza nacional, tal como as terras abandonadas e desertos, as minas, os mares, os lagos, os cursos de água, os bosques naturais, a terra virgem e as pastagens não circundadas fazem parte do domínio público. As propriedades sem herdeiros, as propriedades de donos desconhecidos e as propriedades públicas recuperadas dos usurpadores estão na posse do governo islâmico que determinará a sua melhor utilização no interesse da nação. A lei determinará os pormenores e o modo de se dispor da utilização de cada uma destas propriedades.

Artigo 46º

Todas as pessoas são donas do produto da sua profissão e trabalho legítimo, e ninguém poderá privar os outros de oportunidades de profissão e trabalho sob o pretexto de que lhe pertencem os frutos da profissão e trabalho do outro.

Artigo 47º

A propriedade privada, adquirida por meios legítimos, é respeitada. Os seus limites serão determinados por lei.

Artigo 48º

Não deve existir qualquer discriminação na exploração dos recursos naturais e na utilização dos rendimentos nacionais a nível provincial, tal como na distribuição das atividades económicas entre as províncias e as diferentes zonas do país, de modo que cada região possa ter acesso ao capital e aos meios essenciais de acordo com as suas necessidades e potencialidades.

Artigo 49º

O governo tem a obrigação de confiscar toda a riqueza proveniente da usura, da usurpação, do suborno, da apropriação de fundos públicos, do roubo, dos jogos de azar, da apropriação de doações, de contratos e transações públicas, da venda de terras abandonadas e dos recursos naturais, de centros de corrupção e outras práticas ilícitas e de devolver essas riquezas aos seus legítimos donos. E nos casos em que o dono for desconhecido, a riqueza deverá ser transferida para o Erário Público. Este preceito deve ser executado depois de uma investigação prévia e adequada apresentação de provas baseadas na Lei Divina pelo governo.

Artigo 50º

Na república Islâmica a proteção do meio ambiente, no qual a atual geração e as gerações vindouras devem gozar uma vida social de desenvolvimento, é um dever público de todos os cidadãos. Daí que todas as atividades económicas e outras que envolvem poluição e destruição irreparável do meio ambiente são proibidas.

Artigo 51º

Nenhum imposto será criado a não ser os que provenham da lei. A lei também determinará as isenções fiscais, isenção do pagamento de impostos e reduções fiscais.

Artigo 52º

O Orçamento Nacional anual será elaborado pelo governo e será submetido à aprovação da Assembléia islâmica no modo prescrito pela lei. Qualquer revisão do Orçamento deve ser também sujeito aos procedimentos prescritos pela lei.

Artigo 53º

Todas as receitas do governo serão centralizadas nas contas da Tesouraria Geral. Todos os pagamentos serão efetuados nos prazos fixados previstos nas leis.

Artigo 54º

O Departamento de Contabilidade Geral do País está sob a supervisão direta da Assembléia islâmica; os respectivos serviços, bem como a organização e a administração destes assuntos em Teerã e nos centros das províncias serão determinados pela lei.

Artigo 55º

O Departamento de Contabilidade Geral realizará as auditorias do modo prescrito na lei de todas as contas dos ministérios, das organizações governamentais, das companhias

do governo e de outras organizações que, de algum modo, utilizam fundos do Orçamento Nacional. Este Departamento assegurará que nenhuma despesa exceda as quantias aprovadas e que todos os gastos sejam utilizados para os seus fins específicos. O Departamento reunirá as contas e todos os documentos e submeterá todos os anos à Assembléia uma relação detalhada dos gastos referidos no Orçamento, juntamente com as suas considerações. Este relatório deve ser tornado público.

Capítulo Quinto **A Soberania Nacional e os Poderes** **que dela emanam**

Artigo 56º

Deus Todo Poderoso, cuja supremacia sobre o mundo é Absoluta, permitiu à humanidade ter soberania sobre o seu próprio destino social. Ninguém pode privar a humanidade deste direito divino que é descrito nas cláusulas seguintes.

Artigo 57º

Os três poderes soberanos na República Islâmica do Irã são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que são exercidos sob a supervisão dos dirigentes religiosos (imamate), de acordo com os artigos, que se seguem da presente Constituição. Estes três poderes são independentes uns dos outros e o Presidente é o elo entre os três.

Artigo 58º

O Poder Legislativo exercer-se-á através da Assembléia Islâmica que é composta de representantes eleitos pelo povo. Os Decretos ratificados pela Assembléia serão comunicados ao Poder Executivo e Judiciário para serem executados, depois de concluídos os trâmites legais descritos nos artigos que se seguem.

Artigo 59º

Em questões importantes relativas ao futuro do País, ou decisões econômicas muito importantes, a aprovação das leis pode efetuar-se, recorrendo a um referendun e a uma consulta direta aos votos do povo. O pedido para a realização de um referendun deve ser aprovado por dois terços do total dos representantes da Assembléia.

Artigo 60º

O Poder Executivo deve ser exercido pelo Presidente da República, pelo Primeiro Ministro e pelo Conselho de Ministros, exceto em casos em que o Líder seja diretamente responsável de acordo com a Lei.

Artigo 61º

O Poder Judiciário será exercido pelos tribunais, que deverão constituir-se na base dos preceitos islâmicos e que se devem aplicar na resolução de disputas, na proteção dos direitos públicos e na expansão e administração da justiça e na execução dos preceitos Divinos.

Capítulo Sexto **O Poder Legislativo** **Primeira Parte** **A Assembléia Islâmica**

Artigo 62º

A Assembléia Islâmica é constituída pelos representantes da nação, eleitos por votação direta e secreta. As decisões de uma maioria destes Representantes compromete toda a

nação. As condições requeridas aos eleitores e votantes deverão ser determinados por Lei.

Artigo 63º

Os Representantes da Assembléia Islâmica deverão ser eleitos por um período de quatro anos. As eleições para cada período legislativo devem celebrar-se antes do final da legislatura anterior, de tal modo que a República Islâmica não fique em momento algum sem Assembléia Islâmica.

Artigo 64º

A Assembléia Islâmica será composta de 270 membros. No final de cada período de dez anos, e no caso da população do País Ter aumentado, em cada circunscrição eleitoral, juntar-se-á um representante para cada 150.000 habitantes. Os Zoroastas e os judeus terão cada um, um representante e os cristãos assírios e os cristãos caldeus terão um representante conjunto e os cristãos armênios do norte e do sul terão um representante cada um. Cada uma das minorias terá um representante adicional para cada 150.000 habitantes. As disposições relativas às eleições serão determinadas por Lei.

Artigo 65º

Depois da realização de eleições gerais, a Assembléia Islâmica será oficialmente considerada como tendo quorum com um mínimo de dois terços dos representantes presentes. A ratificação dos projetos e das moções será efetuada de acordo com o estatuto interno aprovado, exceto nos casos em que a Constituição especificou um quorum especial. É necessária uma votação majoritária de dois terços para que uma lei possa ser aprovada e ratificada.

Artigo 66º

O processo para a eleição do Presidente da Assembléia e para o Presidente das comissões e a sua duração, a nomeação das várias comissões e subcomissões, a respectiva duração e outros assuntos internos serão determinados pelo regimento interno da Assembléia, assim como os assuntos relacionados com a Assembléia, deliberações e ordens de procedimento.

Artigo 67º

Os membros da Assembléia devem fazer o seguinte juramento na primeira sessão e devem assinar o texto desse juramento: "Eu, assino este documento em nome de Deus, o Beneficente, o Misericordioso, e juro por Deus Todo Poderoso respeitar o Santo Alcorão, e a honra humana, honrar as leis do Islã, os furtos da Revolução Islâmica da nação iraniana e os princípios da República Islâmica e defender com fé a justiça como um fiel representante, a confiança que a Nação depositou nas minhas mãos, cumprir com devoção os deveres de um Representante, e permanecer sempre firme na defesa da independência e grandeza do País, comprometendo-me na salvaguarda dos direitos da Nação e no serviço do Povo; defender a integridade da Constituição, e quer ao falar, ao escrever ou ao expressar as minhas opiniões considerar somente a independência do País e a liberdade do Povo". Os Representantes das minorias religiosas farão este juramento, referindo as suas próprias Santas Escrituras. Quaisquer representantes que não estejam presentes na primeira sessão, devem fazer o seu juramento na primeira sessão em que estiverem presentes.

Artigo 68º

Em caso de guerra ou ocupação militar do País, as eleições das regiões ocupadas ou de todo o País serão suspensas durante um período específico desde que essa proposta provenha do presidente e seja aprovada por três quartos do número total de representantes da Assembléia e seja aprovada pelo Conselho de Vigilância. Se não for reunida uma nova sessão, a anterior continuará o seu trabalho como antes.

Artigo 69º

As deliberações da Assembléia devem ser públicas e deverá fazer-se um relatório completo dos debates ao País, através da imprensa e dos órgãos de comunicação social. Numa situação de emergência, quando a segurança do estado o exigir, a Assembléia realizará sessões secretas, a pedido do Primeiro-Ministro, de um Ministério ou de 10 representantes da Assembléia. As decisões que a Assembléia tomar em sessões secretas serão válidas e obrigatórias somente depois de ratificadas em presença do Conselho de Vigilância e aprovadas por três-quartos dos representantes da Assembléia. Deverá fazer-se um relatório completo dos debates feitos, em sessões secretas, à nação depois de findar a situação de emergência.

Artigo 70º

O Presidente, o Primeiro-Ministro e os Ministros podem participar das sessões abertas da Assembléia quer individual quer coletivamente e podem estar acompanhados dos seus conselheiros nas sessões. O Presidente, o Primeiro-Ministro e o Gabinete são obrigados a comparecer perante a Assembléia se isso lhes for solicitado pela maioria dos seus membros e deverão ser ouvidos, se tal for solicitado. Um convite ao Presidente para assistir à Assembléia Islâmica deve ser aprovado pela maioria dos representantes da Assembléia.

Segunda Parte

Poderes e competências da Assembléia Islâmica

Artigo 71º

A Assembléia Islâmica pode legislar em todas as matérias dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.

Artigo 72º

A Assembléia Islâmica não pode promulgar leis que estejam em contradição com os princípios e os preceitos da Constituição, ou com a religião oficial do País. Com base no Artigo 96º, a determinação deste princípio é da responsabilidade do Conselho de Vigilância.

Artigo 73º

A interpretação das leis comuns é da competência da Assembléia Islâmica. Este artigo não impedirá a interpretação das leis feita pelos juizes na administração da justiça.

Artigo 74º

Os projetos-lei, depois de serem aprovados pelo Conselho de Ministros serão apresentados à Assembléia para aprovação. As propostas legais que tenham o apoio de 15 representantes da Assembléia, podem ser discutidas nas sessões da Assembléia Islâmica.

Artigo 75º

As moções, propostas e emendas apresentadas pelos Representantes sobre os projetos-lei e que conduzam à diminuição dos rendimentos gerais ou ao aumento dos gastos gerais poderão ser debatidas na Assembléia só quando estas propostas esclarecerem os

meios previstos para compensar a diminuição dos rendimentos ou o aumento das despesas.

Artigo 76º

A Assembléia Islâmica tem poderes de investigar e inquirir sobre todos os assuntos do País.

Artigo 77º

Os tratados internacionais, protocolos, contratos e acordos internacionais devem ser aprovados pela Assembléia Islâmica.

Artigo 78º

Qualquer alteração das fronteiras do país e das linhas fronteiriças é proibido, a não ser retificações insignificantes que sejam compatíveis com os interesses da nação e não prejudiquem a independência e integridade territorial do país desde que não sejam unilaterais. Tal alteração deverá ser aprovada por quatro- quintos dos membros da Assembléia Islâmica.

Artigo 79º

É proibida a declaração do estado de sítio. Em tempo de guerra ou numa situação de emergência, o governo tem o direito de criar certas limitações temporárias com a aprovação da Assembléia Islâmica, mas a duração das limitações legais não deve exceder 30 dias. Em caso de ser necessário continuar com as limitações em curso, o governo deve obter a permissão da Assembléia Islâmica para esta finalidade.

Artigo 80º

A contração ou o prolongamento de empréstimos internos e ao estrangeiro, tal como ajudas a fundo perdido, feitas pelo governo, devem ser aprovados pela Assembléia Islâmica.

Artigo 81º

É absolutamente proibido ao governo dar concessões a estrangeiros para a constituição de companhias públicas e organizações ou empresas nos setores comerciais, da agricultura, industriais e de minas e serviços.

Artigo 82º

É proibida a contratação de peritos estrangeiros, pelo Governo a não ser em serviços eminentemente essenciais. Essa contratação deve ter a aprovação da Assembléia Islâmica.

Artigo 83º

Os edifícios e bens públicos que fazem parte do patrimônio nacional não são transferíveis a terceiros, a não ser com a aprovação da Assembléia, e isto no caso do patrimônio não ser único e raro.

Artigo 84º

Todos os representantes da Assembléia são individualmente responsáveis perante toda a nação e desse modo têm direito de expressar os seus pontos de vista sobre todos os assuntos internos ou externos do país.

Artigo 85º

A função do deputado é pessoal não podendo pois ser transferível. A Assembléia não pode delegar os seus direitos de legislar em qualquer outro órgão ou pessoa, mas em certos casos necessários pode delegar, baseada no Artigo 72º, o poder de promulgar certas leis às suas próprias comissões internas. As leis assim criadas devem ser

aplicadas a título experimental durante um período determinado pela Assembléia. A aprovação final será da competência da Assembléia.

Artigo 86º

Os representantes da Assembléia não podem ser presos ou perseguidos por pontos de vista que expressaram na Assembléia, ou pela sua votação no cumprimento dos seus deveres como Representantes.

Artigo 87º

O Conselho de Ministros, a seguir à sua formação e apresentação, deve primeiramente obter um voto de confiança da Assembléia. Durante o seu mandato, o governo também pode pedir à Assembléia votos de confiança em questões de importância que criem conflitos, ou quando surjam discrepâncias.

Artigo 88º

Qualquer pessoa pode apresentar uma queixa à Assembléia contra os procedimentos dos seus Representantes e do organismo judicial. Se a queixa disser respeito a um ou mais Representantes, deverá a mesma receber a resposta adequada; se a queixa disser respeito ao Governo ou ao organismo judicial, ela terá de ser conduzida ao referido Ministério para investigação.

Artigo 89º

Os Representantes da Assembléia Islâmica podem, em casos que achem necessários, interpelar o Conselho de Ministros ou qualquer Ministro do Gabinete na Assembléia. O Ministro pode ser interrogado na Assembléia se, pelo menos, 10 membros da Assembléia o solicitarem por escrito. Um Ministro ou o Primeiro-Ministro deve apresentar-se perante a Assembléia num prazo não superior a 10 dias depois da solicitação da sua presença na Assembléia. Ele deve responder as perguntas que lhe forem postas pelos membros da Assembléia e conseguir o seu voto de confiança. A Assembléia pode negar um voto de confiança ao Conselho de Ministros ou ao Ministro se este não se apresentar à Assembléia para responder as questões postas. Se a Assembléia negar o voto de confiança ao Conselho de Ministros ou ao Ministro, estes cessarão funções. Em ambos os casos, o Primeiro-Ministro ou o Ministro que não recebeu o voto de confiança, não poderá tomar parte no Conselho de Ministros que se seguir imediatamente.

Artigo 90º

Quando a queixa se relacionar com o Poder Executivo ou com o Poder Judiciário, a Assembléia deve convocá-lo para investigar e fornecer respostas adequadas e a Assembléia deve anunciar, num período de tempo considerado razoável, os respectivos resultados. E no caso em que a queixa se relacione com o próprio povo, a Assembléia deverá anunciar publicamente o resultado.

Artigo 91º

Com o fim de assegurar que as decisões da Assembléia não ignorem os preceitos islâmicos e os princípios da Constituição, deverá constituir-se um Conselho de Vigilância da Constituição, que será composto por:

1. Seis juristas qualificados bem versados na jurisprudência islâmica e cientes das virtudes e necessidades da época. A sua designação será da responsabilidade do Líder ou do Conselho de Direção.

2. Seis advogados de vários ramos de leis dentre os juristas muçulmanos apresentados à Assembléia pelo Conselho Superior Judicial. A sua nomeação deve ser feita pela Assembléia.

Artigo 92º

Os membros do Conselho de Vigilância serão eleitos por um período de seis anos, mas, no decurso do primeiro Conselho, depois de passados três anos, metade dos membros de cada grupo será substituído por novos membros, designados por sorteio.

Artigo 93º

Sem o Conselho de Vigilância, a Assembléia não tem validade legal como tal, exceto no que respeita à aprovação dos membros e à eleição de seis juristas pertencentes ao Conselho de Vigilância.

Artigo 94º

Toda a legislação emanada pela Assembléia deverá ser enviada ao Conselho de Vigilância para exame. O Conselho de Vigilância num período máximo de 10 dias deve certificar-se se o conteúdo da legislação não é contrário aos preceitos islâmicos e aos princípios da Constituição. Se houver qualquer contravenção deve devolvê-la à Assembléia para ser novamente examinada. Em caso contrário, a Legislação deverá entrar em vigor.

Artigo 95º

Se o Conselho de Vigilância considerar que 10 dias são inadequados para o exame da legislação, pode pedir à Assembléia mais 10 dias, expondo as razões de tal pedido.

Artigo 96º

A decisão sobre se a legislação, emanada pela Assembléia, está ou não conforme com os preceitos islâmicos, ficará a cargo dos juristas religiosos do Conselho de Vigilância. No que diz respeito à questão se está ou não de acordo com a Constituição, compete à maioria dos membros do Conselho de Vigilância debater este assunto.

Artigo 97º

Os Membros do Conselho de Vigilância têm liberdade de assistir às sessões da Assembléia durante as deliberações dos membros sobre várias disposições legais, a fim de acelerar os seus trâmites. Mss, quando na ordem de trabalhos da Assembléia haja um projeto ou disposição urgente, os membros do Conselho de Vigilância devem assistir à sessão e expressar a sua opinião.

Artigo 98º

A interpretação da Constituição é da responsabilidade do Conselho de Vigilância, decidida na base de uma decisão majoritária por três-quartos dos seus membros.

Artigo 99º

O Conselho de Vigilância tem a responsabilidade de supervisionar as eleições do Presidente, da Assembléia Islâmica, as eleições gerais e os referendums.

Capítulo Sétimo Os Conselhos

Artigo 100º

Com o fim de implementar rapidamente os planos sociais, econômicos, de desenvolvimento, saúde, cultura e educação e outros programas de bem-estar social com a cooperação do povo, tomando em consideração as necessidades locais, a direção dos assuntos em todos os distritos rurais, cidades, vilas e províncias, far-se-á sob a supervisão de conselhos, chamados Conselhos de Aldeia, de Distritos, de Cidade, de Vila ou Provincial cujos membros serão eleitos pelo povo da respectiva localidade. As condições relacionadas com as qualificações dos eleitores e dos candidatos, tal como os respectivos deveres e responsabilidades, processos de eleição e supervisão sobre determinadas por lei com a devida consideração dos princípios de unidade nacional e integridade territorial da República Islâmica do Irã, e a correspondente vinculação ao Governo Central.

Artigo 101º

A fim de evitar parcialidades e discriminações na preparação dos programas de bem-estar e desenvolvimento para as províncias, e supervisionar a sua coordenação, constituir-se-á o Supremo Conselho das províncias. Os seus membros consistirão de membros de vários conselhos locais na província. A lei determinará os pormenores da formação e as obrigações deste conselho.

Artigo 102º

O Conselho Supremo das Províncias tem o direito – dentro do quadro dos seus deveres e responsabilidades – de propor planos diretamente à Assembléia ou através do Governo. Estes projetos e propostas devem ser analisados pela Assembléia.

Artigo 103º

Os Governadores, governadores da comarca, governadores gerais e outras autoridades de governo local que sejam nomeados pelo Governo têm a obrigação de cumprir as decisões dos conselhos locais dentro do âmbito da sua autoridade.

Artigo 104º

A fim de salvaguardar a justiça islâmica na preparação e coordenação de programas para o progresso dos assuntos em unidades industriais e agro-industriais, e entre patrões e diretores no que respeita à educação, administração, serviços e afins, devem formar-se conselhos compostos de representantes dos membros dessas unidades. Os pormenores da formação destes conselhos, tal como os respectivos direitos e poderes serão determinados por lei.

Artigo 105º

As decisões dos conselhos não deverão ser incompatíveis com os princípios do Islã e com as leis do País.

Artigo 106º

A dissolução dos conselhos é proibida a não ser que possa concluir Ter havido desvios das funções legais. A autoridade para distinguir os desvios e o processo pelo qual esses conselhos podem ser dissolvidos, tanto como a sua constituição de novo são determinadas pela lei. Se o conselho tiver quaisquer objeções à sua dissolução tem o direito de levar o assunto a tribunal e o tribunal deve dar prioridade ao pedido do conselho neste assunto.

Capítulo Oitavo

O Líder ou o Conselho de Direção

Artigo 107º

Sempre que qualquer teólogo reúna as condições estabelecidas no Artigo 5º desta Constituição, e, de acordo com a maioria do povo, será reconhecido como Líder, passando a ser o dirigente, como aconteceu com a distinta autoridade religiosa (marjaie) e Líder da Revolução, o Ayatollah Imam Khomeini. Este Líder estará encarregado da gestão de todos os assuntos e todas as responsabilidades dele emanantes. Em caso contrário, os peritos eleitos pelo povo tomarão conselho uns com os outros acerca da competência de todos os candidatos à liderança. Quando for encontrado um candidato com características especiais para a direção, essa pessoa será apresentada ao povo como o único líder. Em caso negativo três ou cinco autoridades religiosas competentes que reúnam as condições necessárias à Liderança serão escolhidos para o posto do Conselho Dirigente e serão apresentados ao povo.

Artigo 108º

A lei referente ao número e qualificação dos peritos e o respectivo método de eleição, tal como as normas internas que regulam as suas sessões para a primeira legislatura deve ser preparada e aproveitada pela maioria dos jurisperitos religiosos do primeiro Conselho de Vigilância e ratificada pelo Líder da Revolução. Daí em diante, qualquer mudança ou revisão nesta lei será da competência da Assembléia de Peritos.

Artigo 109º

Qualidades e características do Líder ou dos membros do Conselho de Direção:

1. Elegibilidade no que respeita a competência científica e virtude essencial para a liderança religiosa e a emissão de leis religiosas bem como no exercício da autoridade.
2. Ter visão política e social, coragem, capacidades e aptidões administrativas suficientes para desempenhar a liderança.

Artigo 110º

Deveres e responsabilidades do Líder:

1. Designar os jurisconsultos do Conselho de Vigilância.
2. Nomear a suprema autoridade judicial do País.
3. Na capacidade de comandante-chefe das forças armadas:
 - a. Nomear e demitir o Chefe do Estado Maior.
 - b. Nomear e demitir o Sepah Pasdaram (Corpo de Guardas) da Revolução Islâmica.
 - c. Constituir o Conselho Superior da Defesa, que consiste dos sete membros seguintes:
 1. O Presidente
 2. O Primeiro-Ministro
 3. O Ministro da Defesa

4. O Chefe do Estado-Maior
5. O Comandante-Geral dos Corpo de Guardas (Sepah Pasdaran) da Revolução Islâmica
6. E dois conselheiros nomeados pelo Líder.
1. Assinar as credenciais do Presidente depois da eleição pelo povo. A competência dos candidatos à presidência que reúnem as condições citadas na presente lei deverá ser confirmada pelo Conselho de Vigilância antes das eleições e, em caso do primeiro período presidencial, pelo Líder.
2. Demitir o Presidente devido a considerações de interesse nacional, depois que tal decisão foi emitida pelo Supremo Tribunal confirmando a desobediência do Presidente às responsabilidades que oficialmente lhe competem, ou por votação da Assembléia por incompetência política do Presidente.
3. Garantir anistia aos condenados ou reduzir-lhes as penas no enquadramento dos princípios islâmicos e sob proposta prévia do Supremo Tribunal.

Artigo 111º

Em caso do Líder ou qualquer membro do Conselho de Dirigentes ser incapaz de cumprir os seus deveres oficiais ou que perca alguma das condições mencionadas no Artigo 109º, será demitido do seu cargo. A determinação de tal incompetência é da responsabilidade dos peritos mencionados no artigo 108º. As regras para determinar a reunião dos peritos no sentido do estudo e execução deste Artigo serão fixadas na primeira sessão da Assembléia de Peritos.

Artigo 112º

O Líder ou os membros do Conselho de Liderança são iguais perante a lei como todos os outros membros da nação.

Capítulo Nono

O Poder Executivo

Primeira Parte

A Presidência da República

Artigo 113º

O Presidente da República é a autoridade máxima oficial do País, depois da posição do Líder. Presidente é responsável pelo cumprimento da Constituição, coordenando a inter-relação entre os três ramos do governo, assim como a presidência do Poder Executivo, exceto nos casos que correspondem diretamente ao Líder.

Artigo 114º

O Presidente da República será eleito por um período de 4 anos por votação popular e pode ser reeleito por mais um só mandato, consecutivo.

Artigo 115º

O Presidente da República deverá ser eleito entre as personalidades religiosas e políticas que reünam as seguintes condições: ser de origem e nacionalidade iranianas; Ter bons antecedentes; ser um experiente gestor; ser digno de confiança e virtuoso, crente nos princípios da República Islâmica do Irã e na doutrina oficial do País.

Artigo 116º

Os candidatos à presidência da República deverão anunciar oficialmente a sua candidatura antes do começo das eleições. A lei determinará os procedimentos a seguir para a eleição do Presidente da República.

Artigo 117º

O Presidente da República será eleito por uma maioria absoluta de votos. Se, contudo, nenhum dos candidatos obtiver essa maioria absoluta no primeiro turno, efetuar-se-á um segundo turno na Sexta-feira da semana seguinte. Somente dois candidatos que obtiverem o maior número de votos no primeiro turno participarão do segundo. Do mesmo modo, se algum dos candidatos que obteve o maior número de votos não participar do segundo turno, dois dos candidatos restantes, assegurando a maioria de votos na primeira votação, participariam outra vez da eleição.

Artigo 118º

A responsabilidade de supervisionar as eleições presidenciais é da competência, de acordo com o Artigo 99º da presente Constituição, do Conselho de Vigilância; contudo, antes da formação da primeira sessão deste conselho, esta competência recai sobre um conselho supervisor, designado por lei para este fim, que presidirá as eleições.

Artigo 119º

O novo Presidente da República será eleito pelo menos um mês antes do término do mandato do presidente cessante. No período compreendido entre a eleição de um novo Presidente e o término do mandato do presidente anterior, competem ao último todos os deveres presidenciais.

Artigo 120º

Em caso de um dos candidatos presidenciais, cuja elegibilidade estiver conforme a presente Constituição, morrer dez dias antes das eleições acontecerem, as eleições serão adiadas por um período de duas semanas. Aplicar-se-á o mesmo processo na eventualidade da morte de um dos dois candidatos no intervalo entre as duas eleições que tiverem maior número de votos na primeira eleição.

Artigo 121º

O Presidente eleito da República prestará e assinará o juramento seguinte na Assembléia durante uma sessão especial a que assistirão o chefe do Supremo Tribunal e membros do Conselho de Vigilância.

"Em Nome de Deus, o Beneficente, o Misericordioso, Eu, como Presidente da República, sobre o Sagrado Alcorão e perante a nação iraniana, juro, em Nome de Deus Todo Poderoso que serei guardião da doutrina oficial, do sistema republicano islâmico e da Constituição do País, e que utilizarei todos os meus poderes e capacidades para cumprir as minhas responsabilidades, para devotar-me ao serviço da nação e do país, propagar a religião e a moral, abster-me de todos os atos de tirania e proteger a liberdade e dignidade dos indivíduos e os direitos da nação reconhecidos pela Constituição a todos os indivíduos, salvaguardar as fronteiras e a liberdade política, econômica e cultural do País, defender o poder que me foi dado pela nação em custódia sagrada, como um honesto depositário com fê que procura a ajuda de Deus Todo Poderoso, e seguindo o exemplo do Profeta do Islã e dos Sagrados Imams preservarei o poder e a confiança que a nação depositou em mim e entregá-lo-ei a quem a nação escolher para me suceder".

Artigo 122º

O Presidente da República é responsável perante a nação, dentro dos limites dos seus deveres e autoridade. A lei determinará quais as providências em caso de violações.

Artigo 123º

O Presidente da República é obrigado a ratificar as leis aprovadas pela Assembléia ou os resultados de um referendun, depois de devidamente aprovadas e enviadas ao

Presidente. O Presidente as porá então à disposição dos responsáveis para que as façam cumprir.

Artigo 124º

O Presidente da República designará um candidato para o cargo de Primeiro-Ministro e depois desta obter o voto de confiança da Assembléia, o Presidente confirmará a designação.

Artigo 125º

É da competência do Presidente da República ou do seu representante legal assinar tratados, acordos e contratos celebrados pelo Governo do Irã com outros governos e quaisquer acordos com organismos internacionais, depois dos mesmos serem ratificados pela Assembléia.

Artigo 126º

Os decretos e regulamentos do Governo , depois de aprovados pelo Conselho de Ministros, serão levados ao Presidente da República. Se o Presidente da República concluir que tais regulamentações são contrárias às leis da nação, devolve-las-á ao Conselho de Ministros para serem revistas, mencionando os motivos da sua devolução.

Artigo 127º

O Conselho de Ministros convocará uma sessão sempre que for julgada necessária pelo Presidente da república, que assistirá e presidirá a mesma.

Artigo 128º

O Presidente assinará as credenciais dos embaixadores iranianos e receberá as credenciais dos embaixadores estrangeiros no Irã.

Artigo 129º

Honras e condecorações do Governo serão outorgadas pelo Presidente da República.

Artigo 130º

Na ausência do Presidente da República devido à doença ou por outras razões, um Conselho Provisório composto pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente da Assembléia e pelo Presidente do Supremo Tribunal desempenhará as suas funções, desde que a ausência do Presidente da República não ultrapasse dois meses, ou em caso de demissão do Presidente, ou no caso de ter terminado o mandato presidencial e ainda não Ter sido eleito o novo Presidente por quaisquer dificuldades, os deveres presidenciais serão desempenhados por esse mesmo Conselho.

Artigo 131º

Em caso de falecimento, resignação ou demissão do presidente da República, ou em caso de uma ausência que ultrapasse um período de dois meses devido à doença ou quaisquer outros motivos, o Conselho Provisório da Presidência encarregar-se-á de fazer as diligências necessárias para a eleição de um novo Presidente da República dentro de cinquenta dias, durante os quais o Conselho Provisório assumirá todos os deveres e competências do Presidente da República, exceto em caso de referendun.

Artigo 132º

Durante o período em que o Conselho Provisório assumir as funções do Presidente da República, o governo não poderá ser interpelado, nem lhe ser dado um voto de desconfiança, nem poderá tomar medidas para rever a Constituição.

Segunda Parte

O Primeiro-Ministro e os Ministros

Artigo 133º

A nomeação dos Ministros será feita sob proposta do Primeiro-Ministro, com a aprovação do Presidente da República. Depois disto serão apresentados à Assembléia para receberem um voto de confiança. O número de Ministros e as suas competências serão determinadas por lei.

Artigo 134º

A presidência do Conselho de Ministros será da competência do Primeiro-Ministro que presidirá as atividades dos Ministros, e tomará as medidas necessárias para coordenar as decisões feitas pelo governo. Além disso, o Primeiro-Ministro delineará a política do governo em colaboração com os Ministros e aplicará as leis. O Primeiro-Ministro será responsável perante o Parlamento por todas as ações levadas a cabo pelos Ministros.

Artigo 135º

O Primeiro-Ministro permanecerá em funções enquanto ele ou ela conservar a confiança da Assembléia. O Conselho de Ministros apresentará a sua demissão ao Presidente da República. O Primeiro-Ministro permanecerá em funções até a formação de um novo Conselho de Ministros.

Artigo 136º

Se o Primeiro-Ministro decidir demitir um Ministro e nomear outra pessoa para este posto, deverá obter a aprovação prévia do presidente da república para ambos os casos. O Primeiro-Ministro deverá Ter o voto de confiança da Assembléia para um novo Ministro. Caso, depois do Conselho de Ministros Ter obtido a confiança da Assembléia, mudar menos de metade dos respectivos membros, o governo deverá pedir novamente à Assembléia um voto de confiança.

Artigo 137º

Cada um dos Ministros é responsável perante a Assembléia pelas suas funções específicas, mas, no que diz respeito a assuntos aprovados pelo Conselho de Ministros, cada Ministro será igualmente responsável pelas ações de outros Ministros.

Artigo 138º

Além dos casos em que o Conselho de Ministros ou um Ministro for designado para redigir regulamentos processuais da lei, o Conselho de Ministros terá o direito de elaborar decretos e regulamentos a fim de cumprir as obrigações administrativas e garantir a execução das leis e dirigir também os organismos administrativos. Todos os Ministros têm direito, dentro das suas atribuições e com os decretos do Conselho de Ministros, de formular decretos e elaborar circulares. No entanto, a finalidade desses documentos não deve ser contrário ao texto ou ao espírito da lei.

Artigo 139º

Qualquer compromisso referente a litígios relativos a bens públicos ou respeitantes à arbitragem de tais casos será sujeita à aprovação pelo Conselho de Ministros, devendo-se ainda notificar a Assembléia. Nos casos em que uma das partes em litígio seja estrangeira, ou no caso de importante assunto interno, será também preciso contar com a aprovação da Assembléia. A importância de um caso deverá ser determinada pela lei.

Artigo 140º

Acusações feitas contra o Presidente da República, contra o Primeiro-Ministro ou contra um Ministro, desde que se trate de delitos comuns, serão tratados pelos tribunais públicos do Ministério da justiça com o conhecimento prévio da Assembléia.

Artigo 141º

O Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os Ministros e os empregados governamentais não poderão Ter mais do que um cargo público, nem lhes será permitido Ter qualquer outra ocupação em instituições cujo capital é total ou parcialmente estatal ou propriedade de organismos públicos. É-lhes igualmente proibido exercer o cargo de advogados oficiais, conselheiros legais, ou ser presidente, governador geral ou membro da administração em qualquer tipo de companhia privada, a não ser em instituições e organizações de sociedades cooperativas. Este artigo não é aplicável a cargos educacionais em universidades e institutos de investigação. O Primeiro-Ministro, se for necessário, poderá dirigir provisoriamente alguns ministérios.

Artigo 142º

O patrimônio do Líder ou dos membros do Conselho de Liderança, do Presidente, do Primeiro-Ministro, dos Ministros, das suas esposas e filhos será examinado pelo Supremo Tribunal antes de assumir e ao finalizar o cargo para se verificar que não foram adquiridos bens ilegalmente.

Terceira Parte

As Forças Armadas e os Sepah Pasdaran (Os Guardas da Revolução)

Artigo 143º

As Forças Armadas da República Islâmica do Irã estão encarregadas de salvaguardar a independência e a integridade territorial do país e preservar o sistema da nação da República Islâmica.

Artigo 144º

As Forças Armadas da República Islâmica do Irã devem ser um exército islâmico de natureza popular e ideológica, devendo recrutar pessoas competentes, fiéis aos objetivos da Revolução Islâmica e devotados à causa de sua realização.

Artigo 145º

Nenhum estrangeiro pode ser membro do exército ou da polícia.

Artigo 146º

Nenhuma base militar estrangeira pode ser instalada no Irã mesmo se usada para fins pacíficos.

Artigo 147º

Em tempo de paz, o governo deve empregar o pessoal militar e as suas instalações técnicas para ajudar em trabalhos na área da educação e da produção dos Corpos de

Reconstrução, respeitando completamente os preceitos da justiça islâmica de modo a não prejudicar a preparação das tropas para o combate.

Artigo 148º

Qualquer utilização, seja ela qual for, para fins pessoais, dos meios do exército, ou o emprego particular do pessoal do exército para servir como empregado ou motorista ou em trabalhos similares, é estritamente proibido.

Artigo 149º

A promoção e a despromoção de militares terá lugar tal como previsto na lei.

Artigo 150º

O Sepah Pasdaran (Guardas Revolucionários) da Revolução Islâmica, instituídos nos dias subseqüentes à vitória da Revolução, continuarão a fim de prosseguir o seu papel de salvaguarda da revolução e de tudo o que a mesma visava. A determinação das obrigações e competências deste Corpo, em relação com as outras forças armadas será fixada por lei, insistindo na cooperação e coordenação fraterna entre eles.

Artigo 151º

De acordo com o versículo sagrado, " E preparai contra eles seja qual for a força que puderem e cavalos de guerra para com isso afugentar o inimigo de Deus e vosso e outros para além deles que vós não conheceis, mas que Deus conhece " (Alcorão 8:60), o governo tem a obrigação de proporcionar, a todo povo, meios e programas militares em conformidade com os princípios islâmicos, de forma que todos os súditos da nação tenham a possibilidade de pegar em armas e defender o país e o sistema da República Islâmica do Irã. Contudo, o porte e prioridade de armas deve ser oficialmente autorizados.

Capítulo Décimo A Política Externa

Artigo 152º

A política externa da República Islâmica do Irã baseia-se na negociação e todas as formas de dominação ou submissão a esta, na preservação da independência em todos os aspectos e na integridade territorial do país, defendendo os direitos de todos os muçulmanos, o não-alinhamento com as potências dominantes e relações mútuas de paz com os Estados não-hostis.

Artigo 153º

Não é permitido concluir qualquer contrato que envolva a dominação estrangeira dos recursos naturais e econômicos, a cultura, o exército e outros domínios da nação.

Artigo 154º

A Revolução Islâmica do Irã aspira à liberdade dos seres humanos no conjunto da comunidade humana e reconhece a independência, a liberdade e a prática da justiça como direitos universais de todos os povos do mundo. Consequentemente, ao mesmo tempo que se abstém de qualquer interferência nos assuntos internos de outras nações, a República Islâmica apoiará qualquer luta justa de povos oprimidos contra as classes opressoras em qualquer parte da face da terra.

Artigo 155º

A República Islâmica do Irã pode garantir asilo político a todo aquele que procure refúgio no Irã, com exceção daqueles que sejam reconhecidos como traidores e criminosos de acordo com as leis do País.

Capítulo Décimo-Primeiro **O Poder Judiciário**

Artigo 156º

O Poder Judiciário é um poder independente que apoia os direitos individuais e sociais do povo e é responsável pela administração da Justiça. O Poder Judiciário tem também as seguintes obrigações:

1. investigar e emitir decisões concernentes a queixas, litígios e casos de injustiça, solucionar as reclamações e causas, reconciliar disputas e adotar as medidas necessárias sobre assuntos não-litigiosos determinados pela lei.
2. Restabelecer os direitos públicos e promover a justiça e liberdade legais.
3. Supervisionar a correta aplicação da lei.
4. Detectar crimes e ofensas, perseguição, castigo e punição de malfeitores e aplicar o código penal islâmico.
5. Tomar medidas adequadas para evitar o crime e reformar os delinqüentes.

Artigo 157º

Com o fim de cumprir as responsabilidades do poder judiciário formar-se-á um conselho, chamado Conselho Supremo de Justiça para ser a mais alta autoridade judicial, com as seguintes responsabilidades:

1. Criação de organizações de justiça apropriadas conforme os requisitos referidos no Artigo 156º acima.
2. Preparação de projetos judiciais compatíveis com os princípios da República Islâmica.
3. Recrutamento de juizes competentes e retos, sua nomeação e demissão, promoção, determinação das respectivas funções, transferências e outros assuntos administrativos de acordo com a lei.

Artigo 158º

O Conselho Supremo de Justiça será composto dos seguintes membros:

1. O Presidente do Supremo Tribunal.
2. O Procurador Geral.
3. Três Juizes versados em teologia islâmica e jurisprudência e eleitos pela magistratura judicial do País.

Os membros do Conselho serão eleitos por um período de cinco anos de acordo com a lei, nada impedindo a sua reeleição, para um outro período igual. As habilitações dos candidatos e dos eleitores serão determinadas por lei.

Artigo 159º

A autoridade oficial para pronunciar-se sobre litígios e queixas é o Ministério da Justiça. A formação de tribunais e a determinação das suas competências serão determinadas por lei.

Artigo 160º

O Ministro da Justiça será responsável por todos os assuntos referentes às eleições do Poder Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e será nomeado entre os candidatos propostos pelo Conselho Supremo de Justiça ao Primeiro Ministro.

Artigo 161º

O Supremo Tribunal do País será formado com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho Supremo de Justiça a fim de vigiar a correta aplicação das leis nos tribunais e de manter um procedimento judicial idêntico e de cumprir as responsabilidades que lhe foram conferidas pela lei.

Artigo 162º

O Presidente do Supremo Tribunal e o Procurador Geral são escolhidos entre personalidades probas no Islã, bons conhecedores de assuntos judiciais, e serão para tal nomeados pelo Líder ou pelo Conselho de Direção, por um período de cinco anos.

Artigo 163º

Os requisitos e a legitimidade do Poder Judiciário serão determinados por lei, e em conformidade com os princípios da jurisprudência islâmicos.

Artigo 164º

Os juizes não poderão ser destituídos provisória ou permanentemente sem o respectivo julgamento legal, e a determinação do crime ou ofensa em que se baseie tal destituição, nem tão pouco poderão ser transferidos para outros postos ou passar por uma mudança de posição sem seu prévio consentimento, exceto em casos em que os interesse da sociedade o exija. Tais decisões serão tomadas por aprovação unânime dos membros do Conselho Supremo de Justiça. As transferências periódicas de juizes ocorrerão de acordo com as normas gerais determinadas por lei.

Artigo 165º

Os julgamentos deverão decorrer em sessões públicas, nada impedindo a assistência dos cidadãos, exceto quando o tribunal decidir que as sessões públicas são contrárias à decência ou à ordem públicas, ou, quando em litígios particulares, as partes envolvidas requisitam que as sessões do tribunal não sejam públicas.

Artigo 166º

As decisões do tribunal devem ser tomadas baseando-se em provas e razão suficientes e na força das leis e princípios pertinentes.

Artigo 167º

Os juizes são obrigados a fazer os esforços necessários para que a sentença aplicada a qualquer litígio corresponda à lei escrita. Caso não consigam, deverão decidir esse julgamento com base na força das fontes islâmicas fidedignas ou em precedentes aplicados por autoridades religiosas reconhecidas. O Juiz não pode recusar-se a investigar um litígio e abster-se de emitir um veredito sob pretexto de que as leis escritas são omissas, ambíguas, deficientes ou contraditórias sobre a questão.

Artigo 168º

Os processos relacionados com ofensas políticas e de imprensa serão públicos e ocorrerão nos Tribunais de Justiça na presença de um júri. O processo de designação dos membros do júri, a sua elegibilidade e jurisdição tal como a definição de uma ofensa serão determinadas por lei de acordo com os critérios islâmicos.

Artigo 169º

Nenhum ato ou omissão serão considerados uma ofensa à força da lei elaborada posteriormente.

Artigo 170º

Os Juizes dos Tribunais de Justiça devem evitar a aplicação de quaisquer decretos ou regulamentos governamentais que se mostrem contrários às leis e preceitos islâmicos ou que estão além do poder Executivo. Todas as pessoas podem solicitar aos tribunais administrativos a anulação de tais decretos ou regulamentos.

Artigo 171º

Em caso de uma pessoa sofrer danos materiais ou morais devido a negligência ou erro de um juiz, se o juiz estiver em falta, esse juiz é responsável segundo os preceitos islâmicos, e, em casos de erro do Governo, a perda é recompensada por este, e o acusado será reabilitado.

Artigo 172º

Para investigar as ofensas relacionadas com deveres especiais militares ou de segurança do pessoal das forças armadas, guarda, polícia e dos Guardas da Revolução Islâmica serão formados tribunais militares de acordo com a Lei. Contudo, as ofensas comuns de tal pessoa ou as suas ofensas na sua qualidade de oficiais da justiça serão investigadas nos tribunais de justiça comuns. Os tribunais militares e a respectiva fiscalização são parte integrante do sistema judicial do país e serão sujeitos aos princípios relacionados com este ramo.

Artigo 173º

Um tribunal intitulado Tribunal de justiça Administrativa será constituído sob a supervisão do Conselho Supremo de Justiça para investigar queixas e protestos das pessoas contra os oficiais, os organismos ou as disposições do governo, e também para administrar a justiça e estabelecer os seus direitos. A jurisdição e procedimentos para o funcionamento deste tribunal serão determinados por lei.

Artigo 174º

Baseada no direito do poder judicial de controlar o bom curso dos assuntos e a devida aplicação das leis nas organizações administrativas, formar-se-á uma instituição sob o nome de Organização Geral da Inspeção do Estado sob a supervisão do Conselho Supremo de Justiça. A jurisdição e o procedimento para o funcionamento desta instituição serão determinados por lei.

Capítulo Décimo-Segundo Os Meios de Comunicação Social

Artigo 175º

A liberdade de publicidade e propaganda nos Meios de Comunicação Social (rádio e televisão) será assegurada com base nos princípios islâmicos. A administração dos meios de comunicação social ficará sob a supervisão conjunta do Poder Judiciário (o Conselho Supremo de Justiça), do Poder Legislativo e do poder Executivo. Os pormenores de tal administração serão estabelecidos por lei.

A Constituição da República Islâmica do Irã preparada em doze capítulos, compreendendo cento e setenta e cinco artigos, que foi aprovada por uma maioria de dois terços dos representantes da Assembléia Constituinte encarregada para a consideração final da Constituição, foi definitivamente ratificada em 24 de Aban 1358 da Hégira solar, correspondendo a 24 Zihajj 1399 da Hégira lunar (15 de Novembro de 1979).